



Prefeitura Municipal de Campinas

Plano Municipal da Assistência Social

PMAS 2018 - 2021

Sumário

1.	Dados de Identificação	5
2.	Apresentação	6
3.	Introdução.....	8
4.	Diagnóstico Socioterritorial de Campinas-SP	9
5.	Objetivos gerais e específicos do Plano	53
6.	Diretrizes e prioridades deliberadas	54
7.	Ações e estratégias para implementação	59
8.	Previsão Orçamentária e Financeira	62
9.	Referências Bibliográficas.....	66
10.	Anexos	68

Índice de Tabelas

Tabela 1 - População residente nos municípios da Região Metropolitana de Campinas (Fonte: Censo IBGE 2010 – IBGE Cidades)	9
Tabela 2 - Distribuição dos moradores de Campinas e Brasil por idade e sexo com razão de sexo (Fonte: Censo IBGE 2010 – IBGE Cidade)	10
Tabela 3 - Divisão dos habitantes de Campinas, em número e percentuais, por Região Administrativa da Assistência Social (Fonte: IBGE Censo 2010 - Elaboração própria)	11
Tabela 4 - Valor Adicionado Total, por Setores de Atividade Econômica, Produto Interno Bruto Total e per capita a Preços Correntes – ano de 2015 (Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE; Fundação Seade (1) O PIB do Município é estimado somando os impostos ao VA total. (2) O PIB per Capita foi calculado utilizando a população estimada pela Fundação Seade. Nota: Dados sujeitos à revisão.)	13
Tabela 5 - 20 cidades mais populosas x Arrecadação de impostos. (Fonte: IBGE e Impostômetro). Elaboração: Associação Comercial de São Paulo/ G1 Campinas. (https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/campinas-e-a-7a-entre-as-cidade-mais-populosas-do-brasil-em-arrecadacao-de-tributos-diz-impotometro.ghtml)	14
Tabela 6 - Índice de Desenvolvimento Humano por raça/cor no município de Campinas - Censo 2010 IBGE. (Fonte: PNUD, IPEA e FJP)	15
Tabela 7 - Faixa de Rendimentos no município - Censo IBGE distribuídos por região (Fonte: Seplama - IBGE)	15
Tabela 8 - Percentual de rendimentos em relação ao total de trabalhadores em atividade produtiva por região (Fonte: Seplama/ Censo 2010)	16
Tabela 9 - Evolução da renda per capita e percentuais de pessoas extremamente pobres, pobres e índice de Gini em Campinas – IBGE (Fonte: IBGE - Censos)	16
Tabela 10 - Condição dos domicílios recenseados em Campinas em 2010 por tipo e ocupação de domicílios e média de hab/domicílio (Fonte: IBGE Cidades)	19
Tabela 11 - Domicílios particulares permanentes (DPP) por tipo (Fonte: SEPLAMA/ IBGE - Censo 2010)	19
Tabela 12 - Condição dos domicílios particulares permanentes quanto a abastecimento de água, energia elétrica, coleta de lixo e existência de banheiro de uso exclusivo dos moradores ou sanitário (Fonte: SEPLAMA/ IBGE - Censo 2010)	19
Tabela 13 - Condição dos domicílios particulares permanentes quanto à propriedade, aluguel, cessão ou ocupação (Fonte: SEPLAMA/ IBGE - Censo 2010)	20
Tabela 14 - Índices de saúde de Campinas, Guarulhos, Santos e do Estado de São Paulo - Fundação Seade	23
Tabela 15 - Coeficiente geral de mortalidade em Campinas, 2000-2017 (Fonte: SIM – Campinas - Coordenadoria Setorial de Informática - Dados Populacionais - SEADE)	24
Tabela 16 - Matrículas no ensino regular em 2012 e 2017. Fonte: INEP, Censo Escolar, 2016. Elaboração própria	25
Tabela 17 - Matrículas na educação especial em Campinas nos anos de 2012 e 2017. Fonte: INEP, Censo Escolar, 2016. Elaboração própria	25
Tabela 18 - Taxa de aprovação escolar. Fonte: INEP, Censo Escolar, 2016. Elaboração própria	27
Tabela 19 - Taxa de reprovação escolar em Campinas – 2016. Fonte: INEP, Censo Escolar, 2016. Elaboração própria	27
Tabela 20 - Número de Ocorrências Lavradas nas Delegacias de Campinas nos anos de 2016 e 2017 divididas por natureza da ocorrência. Fonte: SSP/SP - Departamento de polícia civil, polícia militar e superintendência da polícia técnico-científica	28
Tabela 21 - Distribuição das Famílias Cadastro Único – por Região	32
Tabela 22 - INFORMAÇÃO DECLARADA SOBRE SITUAÇÃO DE TRABALHO - POR REGIÃO	33
Tabela 23 - Faixa etária, por região	33
Tabela 24 - Escolaridade por região	34
Tabela 25 - Pessoas com Deficiência na Família	34
Tabela 26 - EVOLUÇÃO BPC 2014-2015-2016-2017	38
Tabela 27 - EVOLUÇÃO BPC IDOSO 2014-2015-2016-2017	39
Tabela 28 - EVOLUÇÃO BPC PCD 2014-2015-2016-2017	40
Tabela 29 - SCFV - 6 a 14 anos	41
Tabela 30 - Centro de Convivência Inclusivos e Intergeracionais	42
Tabela 31 - SCFV em unidades itinerantes	42

Tabela 32 - Eixo I – Proteção Social Básica	59
Tabela 33 - Eixo II - Proteção Social Especial.....	60
Tabela 34 - Eixo III – Gestão do SUAS	61
Tabela 35 - Eixo IV – Controle Social	62
Tabela 36 - Íntegra das propostas e números de votos recebidos para o eixo PSB durante as plenárias regionais	98
Tabela 37 - Íntegra das propostas e números de votos recebidos para o eixo PSE durante as plenárias regionais	100
Tabela 38- Íntegra das propostas e números de votos recebidos para o eixo Gestão durante as plenárias regionais	102
Tabela 39 - Íntegra das propostas e números de votos recebidos para o eixo Controle Social durante as plenárias regionais	103

Índice de Figuras

Figura 1 - Mapa do Município de Campinas por divisão regional da Assistência Social (Fonte: http://www.iar.unicamp.br/disciplinas/am540_2003/jorge/sitio_amarais/amarais.htm)	11
Figura 2 - Núcleos residenciais, loteamentos e conjuntos habitacionais, com números de domicílios/lotês, divididos pelas regiões administrativas de Campinas - SEHAB 2018.	21
Figura 3 - Números de unidades habitacionais do Programa MCMV e Programa CP em Campinas - 2011 - 2018 por região.	22
Figura 4 - Taxa de distorção Idade-Série em Campinas 2016. Fonte: INEP, Censo Escolar, 2016. Elaboração própria	26
Figura 5 - Taxa de Abandono por série em Campinas. Fonte: INEP, Censo Escolar, 2016. Elaboração própria.	26
Figura 6 - Evolução do Cadastro Único-2017	31
Figura 7 - TRANSFERÊNCIAS CADÚNICO POR REGIÃO - 2017	31
Figura 8 - Porcentagem de famílias que recebem o benefício de superação de pobreza do PBF em Campinas por região	36
Figura 9 - Famílias novas no PBF - 2017.....	36
Figura 10 - % Famílias em Território de CRAS.....	37
Figura 11 - Número de metas por proteção, por região.....	48
Figura 12 - Número de serviços, OSC's e Unidades por região.....	48
Figura 13 - Número de unidades da assistência social, por proteção.	48
Figura 14 - RH total da secretaria de assistência social, por vínculo (poder público). Fonte: Censo SUAS 2017 – Dados de Gestão Municipal.	49
Figura 15 - RH da assistência social, por formação (poder público). Fonte: Censo SUAS, 2017 – Dados de Gestão Municipal.	50
Figura 16 - RH da assistência social, comparativo 2014x2017. Fonte: Censo SUAS 2017 – Dados de Gestão Municipal.	50
Figura 17 - Quantidade de trabalhadores, por vínculo: Acolhimento. Fonte: Censo SUAS 2017.	51
Figura 18 - Quantidade de trabalhadores, por vínculo: Centros de Convivência. Fonte: Censo SUAS 2017.....	51
Figura 19 - Quantidade de trabalhadores, por vínculo: Centro Dia. Fonte: Censo SUAS 2017.....	51
Figura 20 - Quantidade de trabalhadores, por vínculo: Família Acolhedora. Fonte: Censo SUAS 2017.	52
Figura 21 - Número de unidades públicas para oferta de políticas públicas em Campinas (unidades públicas). Fonte: RIS.	52

1. Dados de Identificação

Jonas Donizette

Prefeito Municipal

Eliane Jocelaine Pereira

Secretária Municipal de Assistência Social, Pessoa com Deficiência e Direitos Humanos

Silvia Jeni Luiz Pereira de Brito

Departamento de Operações da Assistência Social

Pedro Ângelo Costa

Departamento de Gestão Administrativa, Orçamentária e Financeira

Domis Vieira Lopes

Departamento de Segurança Alimentar e Nutricional

Gisleide Abreu Viana

Vigilância Socioassistencial – VS

2. Apresentação

Direito Fundamental de todo cidadão que dela necessitar e dever do Estado, a Assistência Social é definida como política pública no campo social, integrando o tripé da Seguridade Social. A sua inserção na seguridade, em conjunto com saúde e previdência social, ratifica o seu caráter de política de proteção social, articulada a outras políticas públicas voltadas a garantia de direitos.

Assim, a Política Pública de Assistência Social, tem um lócus de legítimo exercício da análise situacional, passível de captar as diferentes realidades sociais, e entender que as variantes circunstanciais que circundam os indivíduos, suas famílias e comunidade são determinantes para o provimento da proteção social e da autonomia.

Como política de proteção social configura-se como um marco no Brasil, que significou um elo importante de garantia de direitos aos demandatários dos serviços socioassistenciais. Promulgada sob a égide da Constituição Cidadã, a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) nº 8.742 de 7 de dezembro de 1993 estabeleceu diretrizes gerais para a organização da assistência social e balizou todo um arcabouço legal que dela são decorrentes.

Entendendo que a dimensão societária se dá e se desenvolve nas subjetividades culturais, políticas, econômicas e sociais, e também na construção e reconstrução coletiva, na heterogeneidade de questões relacionais que atravessam o cotidiano e na imensa desigualdade social, se impõe a busca e o fortalecimento dos vínculos e do pacífico convívio social fundamentado no respeito à dignidade humana.

Portanto, novos marcos legais precisavam surgir, para dar maior materialidade à proteção social, e assim, após amplo debate, o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) aprovou, em 2004, a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) que criava um regime próprio de gestão (Sistema Único de Assistência Social – SUAS), regulamentado pela Norma Operacional Básica (NOB/SUAS) aprovada em 2005 e formalmente instituído pela Lei Federal nº 12.435 de 06 de julho de 2011.

A instituição do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), cujo modelo de gestão em território nacional integra os três entes federativos e objetiva consolidar um sistema descentralizado e participativo, tem sido um processo progressivo de institucionalização de procedimentos, articulação de ações e de organicidade à assistência social, de forma a refutar juridicamente qualquer laivo de assistencialismo ou clientelismo, em um modelo de quebra de paradigma e superação da cultura do favor ou da caridade. E é neste sentido que a política pública de assistência social tem trilhado seus passos em busca de efetivos avanços e amplitude de oferta de serviços em âmbito nacional.

A Gestão da Política Municipal de Assistência Social, nesta mesma esteira, dentro das diretrizes nacionais e no construto da organicidade do SUAS, vem, ao longo dos últimos anos, apresentando resultados metodológicos e qualiquantitativos importantes, sempre em um esforço de garantia de oferta de serviços socioassistenciais e amplitude de direitos.

Sabemos que em um contexto de necessário reforço das lutas afetas à defesa dessa política pública e de impedimentos de retrocessos nos avanços organizacionais conquistados, torna-se cada vez mais importante a unicidade em torno do objetivo de manutenção e consolidação dos eixos estruturantes do SUAS, especialmente o financiamento compartilhado, de forma efetivamente federativa, e a valorização do papel do controle social, por isso temos buscado diálogos e ações que permitam afiançar esses eixos.

A Gestão de uma política pública tem como elemento primordial o planejamento e o estabelecimento de ações a serem realizadas e metas alcançadas, para que todos os caracteres objetivos de um sistema tenham concretude, e é este caminho que a gestão municipal da Política de Assistência Social vem palmilhando.

O Processo de elaboração do Plano Municipal de Assistência Social (PMAS) do Município de Campinas teve como premissa estruturante a condução participativa. Sendo um instrumento de gestão técnico e político, e baseado em diagnósticos elaborados de forma estratégica e metodológica e também em análises situacionais do território local, sua formatação e racionalidade deu-se em bases fundamentadas e de modo democrático.

Todo o percurso de construção contou com a participação dos trabalhadores do SUAS, conselheiros de direitos e órgãos de defesa, assim como usuários, tendo sido acrescido de uma plataforma de consulta pública com o intuito de uma maior amplitude de participação, e em estrita observância às deliberações da última Conferência Municipal de Assistência, incorporando os anseios das instâncias legítimas de discussão da política pública de assistência social.

Assim, é com satisfação e com senso de responsabilidade, que apresentamos o Plano Municipal de Assistência Social – 2018 / 2021, que expressa, em ações e metas, o estrito compromisso dessa gestão com o avanço da política municipal de assistência social, em um pleno reconhecimento de que cabe ao Estado prover a oferta de serviços públicos de qualidade, e na crença de que esses avanços devem ser conquistados.

Finalmente, acreditamos que com este fundamental instrumento, em conjunto com o compromisso institucional em percorrer os rumos da qualificação dos serviços socioassistenciais, em consonância com a unicidade de objetivo de todos os atores envolvidos neste sistema no alcance da consolidação desta política pública, e em plenitude democrática, poderemos propiciar maior efetividade na oferta da proteção social no município de Campinas.

Eliane Jocelaine Pereira

Secretária Municipal de Assistência Social, Pessoa com Deficiência e Direitos Humanos

3. Introdução

O Plano de Assistência Social, de que trata o art. 30 da LOAS, é um instrumento de planejamento estratégico que organiza, regula e norteia a execução da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) na perspectiva do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) nos municípios.

Conhecer a realidade é um dos fundamentos da construção do PMAS, que visa responder efetivamente as necessidades e anseios da população, visando obter impactos positivos nos grupos familiares e sociais nos seus territórios de vida (MDS, 2008).

Desta forma, este Plano Municipal de Assistência Social apresenta, inicialmente, uma síntese de um diagnóstico socioterritorial de Campinas, com especial atenção aos dados de renda, escolaridade, sexo, cor ou raça, utilizados pelos diferentes institutos de pesquisas (como IBGE, Fundação Seade, dentre outros), que devem servir de insumo à elaboração dos demais tópicos deste documento. Esclarece-se que este estudo, na íntegra, poderá ser acessado no site da Prefeitura Municipal de Campinas, no link da Vigilância Socioassistencial, no documento intitulado "*Estudo da realidade de Campinas e suas contradições: alguns elementos para subsidiar o PMAS 2018-2021*".

Na sequência são apresentados os objetivos gerais e específicos, os quais se encontram organizados de acordo com os eixos que serão utilizados no Plano, sendo: Proteção Social Básica, Proteção Social Especial, Gestão do SUAS e Controle Social.

Depois, apresentam-se as diretrizes e prioridades, bem como as metas do Plano Decenal de Assistência Social e as deliberações da última Conferência Municipal de Assistência Social, para finalmente delinear as ações e estratégias de implementação.

A partir da organização supracitada, construiu-se este PMAS, para o período 2018-2021, de tal forma que possa ser uma referência no planejamento de ações para a assistência social do município.

Para esta finalidade, o documento está organizado da seguinte maneira: a seção 1 apresentou dados gerais de identificação do município; a seção 2 fez uma introdução ao PMAS; a seção 3 apresenta um diagnóstico socioterritorial que deve servir de insumo para as demais discussões; a seção 4 apresenta os objetivos gerais e específicos; a seção 5 apresenta as diretrizes e prioridades deliberadas; e a seção 6, as ações e estratégias para implementação.

O processo de construção do Plano contou com o apoio de uma consultoria externa, para a organização inicial, discussão das estratégias para elaboração de forma participativa e por meio do levantamento de propostas a partir de cinco encontros regionais.

A equipe da Vigilância Socioassistencial foi responsável pela elaboração do diagnóstico socioterritorial e estruturação do Plano, com participação efetiva das coordenações e equipes do Departamento de Operações da Assistência Social, que estiveram na organização dos encontros regionais, bem como em reuniões do Grupo de Trabalho, para discussão e sistematização das propostas apresentadas pelos participantes nos encontros de cada região.

O Plano contou ainda com um período de consulta pública, através de disponibilização no site oficial da Prefeitura Municipal de Campinas, na página da SMASDH, para divulgação das propostas e recebimento de sugestões, contribuições e outras propostas que, não tenham sido contempladas nas discussões regionais.

Após esse período, com a consolidação das propostas, o PMAS foi submetido ao Conselho Municipal de Assistência Social, para deliberação, sendo aprovado por meio da Resolução CMAS nº 013/2019, de 30 de abril de 2019 (anexa ao Plano), com recomendações que foram contempladas, quando relacionadas diretamente às ações já propostas.

4. Diagnóstico Socioterritorial de Campinas-SP

Caracterização Geral

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE-Cidades), o município de Campinas tinha, na oportunidade de realização do Censo de 2010, 1.080.113 pessoas. É a 14ª maior cidade do país em número de habitantes (do total de 5.570 municípios elencados), 3ª do Estado de São Paulo e a maior cidade da região metropolitana composta por 19 municípios.

Conforme aponta a Tabela 1, mais de 1/3 da população local (38,61%) reside na cidade de Campinas, com densidade populacional de 1.359,60 hab/km², o que já é significativo, pois suscita desafios a serem enfrentados. A questão toma contornos ainda mais expressivos quando se constata que há muitas pessoas das cidades do entorno que, comumente, precisam fazer uso da sede metropolitana para sua sobrevivência econômica ou para acesso a recursos como comércio e serviços. Portanto, o tamanho da população, não só do município, mas também da região, sugere que as questões que se põem à sua administração podem carregar uma complexa gama de desafios em relação aos municípios de porte menor e, para dar conta disso, Campinas precisa estar atenta ao seu modelo de gestão abarcando questões macrorregionais, da própria cidade ou das suas divisões administrativas internas.

Tabela 1 - População residente nos municípios da Região Metropolitana de Campinas (Fonte: Censo IBGE 2010 – IBGE Cidades)

Local	População	%
Americana	210638	7,53
Artur Nogueira	44177	1,58
Campinas	1080113	38,61
Cosmópolis	58827	2,10
Engenheiro Coelho	15721	0,56
Holambra	11299	0,40
Hortolândia	192692	6,89
Indaiatuba	201619	7,21
Itatiba	101471	3,63
Jaguariúna	44311	1,58
Monte Mor	48949	1,75
Nova Odessa	51242	1,83
Paulínia	82146	2,94
Pedreira	41558	1,49
Santa Bárbara d'Oeste	180009	6,44
Santo Antônio de Posse	20650	0,74
Sumaré	241311	8,63
Valinhos	106793	3,82
Vinhedo	63611	2,27
Total	2797137	100,00

Quando se faz um detalhamento do número de homens e mulheres por grupo etário, chega-se a questões importantes quanto à configuração demográfica no Brasil e no município (Tabela 2).

Tabela 2 - Distribuição dos moradores de Campinas e Brasil por idade e sexo com razão de sexo (Fonte: Censo IBGE 2010 – IBGE Cidade)

Idade	Homens	Mulheres	Razão de sexo Campinas	Homens	Mulheres	Razão de sexo Brasil
0-4	32541	31330	103,87	7016614	6778795	103,51
5-9	33570	32214	104,21	7623749	7344867	103,80
10-14	39891	38690	103,10	8724960	8440940	103,36
15-19	41344	40346	102,47	8558497	8431641	101,50
20-24	48225	48593	99,24	8629807	8614581	100,18
25-29	51178	52883	96,78	8460631	8643096	97,89
30-34	47315	49301	95,97	7717365	8026554	96,15
35-39	40812	43304	94,25	6766450	7121722	95,01
40-44	37955	41355	91,78	6320374	6688585	94,49
45-49	34630	38876	89,08	5691791	6141128	92,68
50-54	31354	35795	87,59	4834828	5305231	91,13
55-59	25295	29515	85,70	3902183	4373673	89,22
60-64	19059	23211	82,11	3040897	3467956	87,69
65-69	13766	16986	81,04	2223953	2616639	84,99
70-74	10457	13743	76,09	1667289	2074165	80,38
75-79	6832	10260	66,59	1090455	1472860	74,04
80-84	4094	7291	56,15	668589	998311	66,97
85-89	1777	3650	48,68	310739	508702	61,08
90-94	605	1456	41,55	114961	211589	54,33
95-99	134	382	35,08	31528	66804	47,19
100 ou mais	31	67	46,27	7245	16987	42,65
TOTAL	520865	559248		93402905	97344826	

Quando se destaca a razão de sexo (diferença entre o número de homens e o de mulheres) constata-se um cenário que requer atenção, pois verifica-se que o número de homens, entre 0 a 19 anos, é maior que o número de mulheres e isso se altera, justamente, no grupo etário subsequente, quando o número de mulheres passa a ser maior, sendo que no Brasil esta razão sofrerá alterações na faixa etária entre 25 e 29 anos. Ou seja, é provável que os homens jovens (entre 20 e 24 anos) estejam morrendo mais e isso suscita a necessidade de estudos quanto às causas mortes e demais elementos que caracterizam o perfil destes jovens. É preciso compreender este dado relacionando, também, com a realidade das metrópoles onde, aparentemente, este fenômeno costuma acontecer. Pode-se relacionar, também, com outras informações do município, como mortalidade, causas mortes pela saúde, violência urbana, dentre outras, além da oferta de serviços nas diferentes áreas como saúde, educação, cultura, esporte, trabalho para uma melhor compreensão desta informação.

Essa diferença entre o número de homens e mulheres se acentua, proporcionalmente, na fase em que as pessoas se tornam idosas, o que suscita, também, a possibilidade de cruzamento de dados com o Ministério da Saúde, do Trabalho, Previdência Social, entre outros.

Isso aponta, também, a necessidade de se pensar na questão de gênero nas suas diferentes expressões para se pensar na condição da mulher que, possivelmente, envelhece sozinha e/ou responsável pelo sustento e cuidados familiares.

Quanto à organização das políticas públicas, a gestão municipal acaba optando por gestões organizadas em territórios e micro territórios, sendo que, em boa parte das situações, as divisões não são as mesmas. Ou seja, uma escola, da política pública de educação, pode pertencer, na sua organização, à região Sudoeste, enquanto que para a Saúde ou Assistência, pode ser da Noroeste. As divisões das duas últimas políticas mencionadas são as que mais se assemelham, o que favorece o uso de informações comuns. No caso da Assistência Social é feita a opção por gestão regionalizada organizada em Distritos de Assistência Social Norte, Sul, Leste, Noroeste e Sudoeste, conforme pode ser observado na Figura 1.



Figura 1 - Mapa do Município de Campinas por divisão regional da Assistência Social (Fonte: http://www.iar.unicamp.br/disciplinas/am540_2003/jorge/sitio_amarais/amarais.htm)

Quanto ao número de habitantes por região, organizados a partir do Censo Demográfico de 2010, consideram-se os dados da Tabela 3.

Tabela 3 - Divisão dos habitantes de Campinas, em número e percentuais, por Região Administrativa da Assistência Social (Fonte: IBGE Censo 2010 - Elaboração própria).

Região	Habitantes	%
Norte	197022	18
Sul	293824	27
Leste	230979	21
Noroeste	123484	11
Sudoeste	234804	22
Total	1080113	100

Constatou-se número maior de moradores na região Sul da cidade (296.824), seguidos pela Sudoeste (234.804), Leste (230.979), Norte (197.022) e Noroeste (123.484). São regiões de grandes proporções em número de habitantes (maior que boa parte dos municípios brasileiros), com realidades diferenciadas entre elas. Estes distritos realizam a gestão das ações de Proteção Social Básica e se subdividem em micro territórios de abrangência de CRAS. Os Centros de Referência Especializados de Assistência Social

(CREAS), na lógica da proteção social especial de média complexidade, também se organizam de forma regionalizada, nas regiões Sul, Noroeste e Sudoeste. Apenas as regiões Norte e Leste ainda possuem a mesma sede, equipe de trabalhadores e de gestão. Os demais serviços da Assistência possuem abrangência municipal.

De acordo com dados do Sistema de Registro de Nascimentos – SINASC, organizados por regiões administrativas da Assistência Social em Campinas, pode-se verificar que o maior índice (28,5%) de nascimentos em 2017 se deu na região Sul, justamente a mais populosa do município, seguida pela Sudoeste (23,8%), que ocupa, na mesma lógica, a segunda posição em número de habitantes de acordo com o Censo de 2010. Todavia, na terceira posição está a região Noroeste, com 16,8% dos nascimentos, o que sugere possibilidade de crescimento populacional significativo nesta localidade, pois, no cenário de habitantes por região ela ocupava, em 2010, a última posição entre as cinco regiões do município. Isso tanto pode sugerir uma movimentação/ deslocamento da população no interior do município, quanto a possibilidade de maior crescimento populacional na região noroeste, o que precisa ser melhor compreendido com outros estudos. Vale mencionar que, após a realização do Censo de 2010, vários empreendimentos imobiliários populares foram implantados na região Noroeste (a exemplo do Jardim Bassoli e Residencial Sirius) e famílias de áreas de risco e em condição de vulnerabilidade de toda a cidade foram transferidas para lá, o que também pode contribuir na compreensão do quadro. Verifica-se, também, que o percentual de nascimentos na região Norte (12,1% do total) é o menor das regiões, seguido pela Leste (15,3%), o que também pode contribuir para uma inversão do ranking das regiões em número de população em pesquisas futuras. Destaca-se que isso aponta, também, a necessidade de se observar o índice de envelhecimento da população, considerando a hipótese das regiões Norte e Leste avançarem neste dado.

Quando se analisam as informações organizadas por territórios de abrangência da Assistência Social, há, ainda, outros dados observados quanto à escolaridade, idade, raça-etnia das genitoras ou mesmo onde há maior ocorrência de gravidez na adolescência e esses dados permitem demarcar cenários de contradições intra-município que merecem atenção. Para acesso a tais informações, sugere-se a observância do estudo mais detalhado no site da Vigilância Socioassistencial.

Mas vale ressaltar que, em síntese, ao se pensar na Política Pública de Assistência Social para os próximos anos, os dados do estudo apontam um processo de mudanças em curso quanto ao perfil da população, já que atualmente a maior parte dos habitantes não é formada por crianças, mas por pessoas na fase jovem e, principalmente adulta. Também apontam para o processo de envelhecimento, suscitando a necessidade da atenção a estes ciclos de vida no âmbito da prevenção e do cuidado. Também são significativas as situações que demarcam questões de gênero, principalmente se for considerado que as mulheres, historicamente, foram e ainda são responsabilizadas pelos cuidados com a família, o que também precisa ser repensado e trabalhado. Ressalta-se que elas estão envelhecendo sozinhas e/ou sobrecarregadas, o que também suscita a necessidade de cuidados especiais, tanto no sentido de romper com a lógica que culpabiliza a mulher, quanto com questões específicas sobre envelhecimento feminino. A desigualdade étnico-racial também é temática importante para se pensar no cenário municipal e intra-município. Estes dados ganharão ainda mais significância para este Plano à medida que outras informações também forem trazidas, o que será feito na sequência.

Dados Econômicos

Campinas é um município que possui importância econômica e social significativa no cenário nacional. Um dos dados, fornecidos pelo IBGE e Fundação Seade, que contribuem para esta percepção é o

valor adicionado total de riqueza, no âmbito municipal, com volume total e divididos por setores de atividade econômica, Produto Interno Bruto (PIB) e Produto Interno Bruto Per capita (PIB per capita), a preços correntes de 2015. Para contribuir para uma análise comparativa e maior dimensionamento da riqueza presente em Campinas, seguirão dados, também, de outros municípios do Estado de São Paulo que, em comum, tem o fato de serem sedes de regiões metropolitanas.

Nota-se, a partir da Tabela 4, que o PIB de Campinas já era, em 2015, superior aos das cidades elencadas (Guarulhos e Santos), com valor de 56.400.146 bi. Quando se considera o valor de PIB per capita, Campinas também ocupava a primeira posição. Destaca-se que Santos, com pouco mais de 426.000 habitantes, é uma cidade de porte menor em relação a Campinas (com pouco mais de 1100 mi hab.). Guarulhos já é um município maior, com mais de 1.300.000 habitantes.

Tabela 4 - Valor Adicionado Total, por Setores de Atividade Econômica, Produto Interno Bruto Total e per capita a Preços Correntes – ano de 2015 (Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE; Fundação Seade (1) O PIB do Município é estimado somando os impostos ao VA total. (2) O PIB per Capita foi calculado utilizando a população estimada pela Fundação Seade. Nota: Dados sujeitos à revisão.).

Municípios	Valor Adicionado					Impostos	PIB (1)	PIB per Capita (2)
	Agropecuária	Indústria	Serviços		Total geral			
			Administração Pública	Total (exclusive Administração Pública)				
ESTADO DE SÃO PAULO	157.445	31.509.519	14.384.583	95.144.533	141.196.081	30.114.320	171.310.400	45.065
Campinas	109.339	9.657.261	4.414.560	32.146.363	46.327.523	10.072.623	56.400.146	49.712
Guarulhos	37.822	10.580.338	4.896.346	27.831.800	43.346.306	8.852.824	52.199.130	40.516
Santos	2.777	1.788.875	2.203.066	13.352.978	17.347.694	2.617.897	19.965.592	47.135

Destaca-se, ainda, que Campinas ocupa a primeira posição na área prestação de serviços sem o setor público (com montante de 32.146.363bi), na Agropecuária (R\$ 109.339bi), e na arrecadação de impostos (R\$ 10.072.623 bi). Guarulhos desponta na área da indústria (10.580.338bi) e na administração pública (R\$4.896.346).

Conforme já foi apontado, Campinas é a 14ª maior cidade do país em número de habitantes, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Melhor, ainda, vale destacar, é a posição que ocupa (7ª) (entre 5.570 municípios) em volume de arrecadação de impostos, sendo que entre 01 de janeiro a 06 de julho de 2018, de acordo com tabela publicada na reportagem do canal G1 Campinas e região, em 07/07/2018, a cidade tinha arrecadado R\$ 1.108 bilhão (Tabela 5). Proporcionalmente, Campinas, apesar de menor em habitantes, está a frente em arrecadação, dos municípios de Fortaleza (CE), Recife (PE), Goiânia (GO), Guarulhos (SP), Manaus (AM), Campo Grande (MS), Belém (PA), São Luís (MA), Natal (RN), Duque de Caxias (RJ), Maceió (AL) e São Gonçalo (RJ). Destaca-se que estas cidades, em número significativo, são, na maioria, as capitais dos seus Estados e que foram consideradas, apenas para ilustração, as 20 maiores cidades do Brasil em número de população.

Tabela 5 - 20 cidades mais populosas x Arrecadação de impostos. (Fonte: IBGE e Impostômetro). Elaboração: Associação Comercial de São Paulo/ G1 Campinas. (<https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/campinas-e-a-7a-entre-as-cidade-mais-populosas-do-brasil-em-arrecadacao-de-tributos-diz-impostometro.ghtml>.)

Município	População estimada IBGE 2018	Impostos arrecadados (R\$)
São Paulo (SP)	12.106.920	15.073 bilhões
Rio de Janeiro (RJ)	6.520.266	6.605 bilhões
Brasília (DF)	3.038.444	...
Salvador (BA)	2.953.986	1.399 bilhões
Fortaleza (CE)	2.627.482	1.020 bilhões
Belo Horizonte (MG)	2.523.794	2065 bilhões
Manaus (AM)	2.130.264	658 milhões
Curitiba (PR)	1.908.359	1596 bilhões
Recife (PE)	1.633.697	995 milhões
Porto Alegre (RS)	1.484.941	1264 bilhões
Goiânia (GO)	1.466.105	786 milhões
Belém (PA)	1.452.275	446 milhões
Guarulhos (SP)	1.349.113	681 milhões
Campinas (SP)	1.182.429	1108 bilhões
São Luís (MA)	1.091.868	418 milhões
São Gonçalo (RJ)	1.049.826	182 milhões
Maceió (AL)	1.029.129	306 milhões
Duque de Caxias (RJ)	890.997	373 milhões
Natal (RN)	885.180	388 milhões
Campo Grande (MS)	874.210	561 milhões

Dados atuais publicados no site “Impostômetro.com” dão conta de que até 26/09/2018, Campinas arrecadou R\$ R\$ 2.016.916.296,74 apenas em impostos (R\$ 1.105 bilhão a mais que a contagem publicada pelo G1 Campinas e região em julho). Foram R\$590.565.032,16 (41,40%) a mais que o mesmo período do ano em 2017 (de 01/01 a 26/09/2017), que foi de R\$ 1.426.351.264,58.

Considerando as cidades de Campinas, Guarulhos e Santos, Campinas configura-se como a mais rica das três, do ponto de vista econômico, e os índices de Desenvolvimento Humano (que consideram longevidade, educação e renda) apresentam, também, bons resultados: o Índice de Desenvolvimento Humano é o mesmo do de Santos (0,805) e superior ao de Guarulhos (que tem 0,763). Observa-se que o índice municipal (de Campinas e Santos) é considerado muito alto, pois todos os que compreendem entre 0,8 a 1,0 se adéquam nesta avaliação realizada pela Fundação Seade.

Há, no entanto, dados que precisam ser melhor estudados com muito cuidado, pois revelam quadros de desigualdade social importante no interior do município e que diz respeito ao acesso a trabalho e renda, desigualdade étnico-racial, inclusive com concentrações da população mais empobrecida em determinadas regiões do município. A tabela 6 poderá contribuir, por exemplo, para a análise da desigualdade étnico racial.

Tabela 6 - Índice de Desenvolvimento Humano por raça/cor no município de Campinas - Censo 2010 IBGE. (Fonte: PNUD, IPEA e FJP).

IDHM e componentes	Negros	Branços
IDHM Educação	0,655	0,783
% de 18 anos ou mais com fundamental completo	56,14	72,83
% de 5 a 6 anos na escola	91,22	95,02
% de 11 a 13 anos nos anos finais do fundamental regular seriado ou com fundamental completo	91,09	93,58
% de 15 a 17 anos com fundamental completo	61,75	75,11
% de 18 a 20 anos com médio completo	38,61	61,26
IDHM Longevidade	0,854	0,868
Esperança de vida ao nascer	76,23	77,07
IDHM Renda	0,727	0,861
Renda per capita	735,52	1.696,71
IDHM Geral	0,741	0,84

Ou seja, a população negra está mais vulnerável no município, considerando que acessa menos a escola, vive menos, tem renda inferior. Considerando os dados do SINASC apresentados no estudo completo publicado no site da Vigilância, há maior concentração da população parda/negra na região Noroeste como um todo e nos territórios de abrangência do CRAS Novo Tempo (Sudoeste) e CRAS Campo Belo (Sul), dado que reforça a necessidade de atenção à questão, assim como suscita ao município políticas de redistribuição da riqueza socialmente produzida e rompimento com os ciclos de desigualdade.

O dado de desigualdade de acesso à renda também é revelador de um quadro municipal que demarca contrastes significativos (Tabela 7).

Tabela 7 - Faixa de Rendimentos no município - Censo IBGE distribuídos por região (Fonte: Seplama - IBGE)

REGIÃO	até 1 sm	de 1 a 3 sm	de 3 a 5 sm	de 5 a 10 sm	de 10 a 15 sm	de 15 a 20 sm	mais de 20 sm	Sem renda	Total hab/ região
LESTE	5771	22414	13658	18555	5958	5926	5347	8219	85848
NOROESTE	5586	18287	3833	1540	148	86	56	6612	36148
NORTE	6700	24538	9295	8819	2289	2077	1528	7527	62773
SUL	11403	39531	14154	11593	2176	1578	989	11793	93217
SUDOESTE	9804	34048	9480	4264	417	197	82	12275	70567
	39264	138818	50420	44771	10988	9864	8002	46426	348553

Quando se pensa na renda dos munícipes que trabalham, pode-se observar a aglutinação, em quantidade, de pessoas sem renda, primeiramente, na região Sudoeste, seguida da Sul. Quanto ao rendimento de até 1sm, as primeiras colocações também ficam entre Sul e Sudoeste. No contraponto, a maior ocorrência dos salários mais altos se dá na Leste (tanto no agrupamento de 5 a 10, quanto de 10 a 15, 15 a 20 e mais de 20 salários mínimos).

Quando se compara o percentual de rendimentos em relação ao total de trabalhadores em atividade produtiva por região, esse quadro assume proporções que também sugerem análises importantes (Tabela 8).

Tabela 8 - Percentual de rendimentos em relação ao total de trabalhadores em atividade produtiva por região (Fonte: Seplama/ Censo 2010).

REGIÃO	até 1 sm (% em relação ao total de hab/região)	de 1 a 3 sm(% em relação ao total de hab/região)	de 3 a 5 sm (% em relação ao total de hab/região)	de 5 a 10 sm (% em relação ao total de hab/região)	de 10 a 15 sm (% em relação ao total de hab/região)	de 15 a 20 sm (% em relação ao total de hab/região)	mais de 20 sm (% em relação ao total de hab/região)	sem renda (% em relação ao total de hab/região)
LESTE	6,72	26,11	15,91	21,61	6,94	6,90	6,23	9,57
NOROESTE	15,45	50,59	10,60	4,26	0,41	0,24	0,15	18,29
NORTE	10,67	39,09	14,81	14,05	3,65	3,31	2,43	11,99
SUL	12,23	42,41	15,18	12,44	2,33	1,69	1,06	12,65
SUDOESTE	13,89	48,25	13,43	6,04	0,59	0,28	0,12	17,39

Nesta relação proporcional da renda por montante de trabalhadores por região, percebe-se maior concentração dos mais pobres (sem renda ou com renda de 1 a 3 salários mínimos) na região Noroeste, seguida da Sudoeste. A Leste fica na primeira posição dos grupos de 3 a mais de 20 salários mínimos. A Sul ocupa a segunda posição no grupo de 3 a 5 salários mínimos e a Norte fica em segunda posição em todos os grupos a partir da renda de 5 salários mínimos a mais de 20. Ou seja, proporcionalmente, a Noroeste e a Sudoeste são as regiões onde estão as pessoas com menores rendimentos no município e a Leste e Norte concentram as pessoas com rendas maiores.

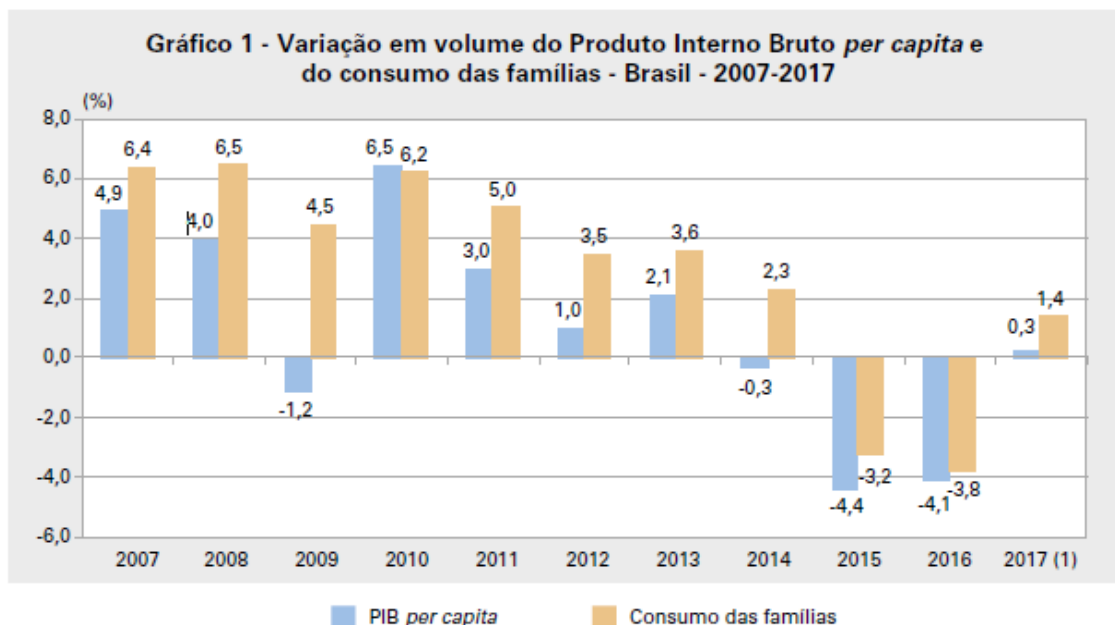
Outro elemento que precisa ser considerado ao analisar a realidade municipal é que havia, na ocasião de realização do Censo, 27.209 pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza, ou seja, pessoas que têm renda per capita até meio salário mínimo mensal para pobres e um quarto do salário mínimo para extremamente pobres (Tabela 9).

Tabela 9 - Evolução da renda per capita e percentuais de pessoas extremamente pobres, pobres e índice de Gini em Campinas – IBGE (Fonte: IBGE - Censos).

Período	1991	2000	2010
Renda per capita	995,15	1.223,77	1.390,83
% de extremamente pobres	0,99	1,52	1,06
% de pobres	5,48	6,24	3,16
Índice de Gini	0,53	0,57	0,56

Quanto a este dado ressalta-se que em 2017, o IBGE divulgou dados atualizados que apontaram que, em todo o país, mesmo tendo sido constatado aumento do PIB e redução da inflação no ano de 2017, constatou-se o aumento do número de pessoas consideradas extremamente pobres. Em reportagem publicada pelo G1 em 13/04/2018, foi apontado que a pobreza avançou 11,2%, alcançando um patamar de 15 milhões de pessoas nesta situação. E, em relação ao número de extremamente pobres, o número aumentou 1,49 milhão. Essa condição é explicada por pesquisadores que apontam que o aumento do desemprego em 12,7% em 2017 (maior índice desde 2012), acaba impactando na redução da renda e do poder de consumo das pessoas, além do impacto no fisco. Há, também, a redução dos investimentos em Programas Sociais. Destacam, ainda, que o aumento do PIB é gerado pela concentração de riquezas entre os mais ricos, em boa parte na área agropecuária, onde são gerados poucos empregos.

No estudo "Síntese de indicadores sociais", recém-lançado pelo IBGE no ano de 2018, é apontado um processo de pauperização dos brasileiros a partir do movimento da economia registrado nos últimos três anos (mesmo que 2017 tenha apresentado leve melhora dos indicadores), conforme pode ser observado abaixo.



Ou seja, considerando o processo de redução da inserção no mercado de trabalho formal, intensificação da desocupação, subutilização da força de trabalho e aumento da informalidade, a população está com menos renda e com menor capacidade de consumo de bens e serviços.

O PIB *per capita* e o consumo das famílias atingem, no triênio final do período, taxas cumuladas de decréscimo de 8,1% e 5,6%, mesmo considerando a ténue recuperação dos indicadores observada em 2017. Assim, durante os últimos três anos da série, tais resultados trouxeram impactos negativos para o mercado de trabalho brasileiro, como o aumento da desocupação, da subutilização da força de trabalho e da informalidade (...). A menor geração de renda implicou na menor produção de bens e serviços, o que tornou mais difícil a colocação dos trabalhadores no mercado, obrigando-os a buscarem ocupações informais, ou a se tornarem desocupados, ou ainda a se retirarem da força de trabalho. Tal fenômeno ampliou não só as taxas de desocupação e a proporção de trabalhadores informais no total, mas também impactou negativamente os rendimentos dos trabalhadores, assalariados ou autônomos (...). (IBGE/Síntese de Indicadores Sociais, 2018, p. 6)

Quanto a Campinas, especificamente, esse processo pode ser percebido, o que sinaliza a pesquisa de doutorado de Pier Francesco de Maria (apud SUGIMOTO, 2018) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Ele analisou as mudanças sociodemográficas, espaciais e migratórias da população da região de Campinas entre 1991 e 2015. Constatou que o índice da condição dos pobres no Estado de São Paulo atingiria 0,54 (destacando-se que quanto mais próximo de 1,0, pior a condição) excluindo a região. Todavia, quando os dados locais foram incluídos, a taxa do Estado pulou para 0,6, o que revela que a pobreza, na região, é mais agravada.

O levantamento considerou quatro grupos: os não pobres (salário acima de R\$ 1.800), os vulneráveis à pobreza (até R\$ 1.800) os pobres (até meio salário mínimo) e extremamente pobres (até um quarto do salário mínimo). Usou, ainda, a categoria de pobreza multidimensional, envolvendo outros aspectos como qualidade da moradia, acesso a serviços, nível de escolaridade para concorrer no mercado de trabalho, o fato de estar trabalhando, dentre outros elementos. (SUGIMOTO, 2018).

Essas pessoas não vêm tendo acesso a políticas sociais ou não foram identificadas pelo Estado; sabemos ainda de indivíduos sem registro de nascimento e, conseqüentemente, sem carteira de identidade para obter os benefícios. Outra possibilidade é de o governo não ter chegado até elas por problemas na gestão dessas políticas. Programas como o Brasil sem Miséria [lançado em junho de 2011, no governo Dilma Rousseff] vieram, de certa forma, identificar e atender esse grupo que ficou esquecido.”(DI MARIA apud SUGIMOTO, 2018).

A pesquisa de De Maria indica que os níveis de pobreza caíram no período analisado (em consonância com o observado em estudos produzidos no país), mas que isso não implicou em redução da desigualdade entre os pobres, especialmente entre aqueles em situação de extrema pobreza. Aponta, ainda, que tem aumentado a desigualdade de renda entre os pobres e extremamente pobres, o que reflete uma combinação de pobreza e desigualdade no acesso às políticas de transferência de renda, o que suscita questões relevantes para a Assistência e Previdência Social, além de políticas voltadas para educação, saneamento, saúde, trabalho, habitação.

Ou seja, o fato da cidade possuir grandes riquezas não implica condição de boa distribuição da mesma, o que ficou evidente nas concentrações de pessoas com maior poder aquisitivo na Leste e Norte e, em contraponto, em maior condição de pobreza na Sudoeste e Noroeste, sem considerar, com isso, as realidades intra-regionais que também podem apontar disparidades nestes números. As condições de Habitação e Saneamento também comporão a análise de forma a deixar o estudo mais elucidativo quanto à realidade do município.

Condições de Habitação e Saneamento

O IBGE traz os dados gerais do município quanto aos domicílios conforme a Tabela 10. A partir destes dados, é possível inferir que a maioria da população da cidade reside em área urbana (98,28%), em domicílios particulares (99,85%), com média de 3,08 moradores por domicílio. Apesar de a população rural ser bem menor, é importante considerar que são quase 20.000 pessoas vivendo nas regiões mais afastadas dos centros urbanos da cidade. Destaca-se que, de acordo com estes dados, havia em Campinas, na oportunidade de realização do Censo, cerca de 39 mil moradias (10,10%) desocupadas e que, com o avanço dos subsídios para a área da construção civil no Brasil nos últimos anos, é possível que este número tenha sofrido alterações significativas para mais, o que deverá ser observado no próximo estudo do Instituto.

Tabela 10 - Condição dos domicílios recenseados em Campinas em 2010 por tipo e ocupação de domicílios e média de hab/domicílio (Fonte: IBGE Cidades).

Domicílios	Campinas	Unidade	Percentuais e taxas	Tipo
Coletivos	599	domicílios	0,15	% do total de domicílios
Particulares	387.664	domicílios	99,85	% do total de domicílios
Particulares ocupados	348.503	domicílios	89,90	% de domicílios particulares ocupados
Particulares não ocupados	39.161	domicílios	10,10	% de domicílios particulares não ocupados
Total de domicílios Recenseados	388.263	domicílios	100	% do total de domicílios
População residente	1.080.113	peças	100	% do total de pessoas
Situação domiciliar				
Urbana	1.061.540	peças	98,28	% do total de pessoas
Rural	18.573	peças	1,72	% do total de pessoas
Média de moradores em domicílios particulares ocupados	3,08	moradores

Destaca-se, neste quesito, que não há registros específicos nesta apresentação do IBGE quanto aos números de pessoas vivendo nas ruas ou mesmo o detalhamento dos números de moradores por domicílios. O cruzamento de tais dados poderia favorecer a compreensão de possíveis elementos que expressam desigualdade no acesso à moradia em Campinas.

A Secretaria de Planejamento da Prefeitura fez um estudo, também a partir dos dados do último Censo, que explicita melhor algumas das condições de habitabilidade da população. Para tanto, foi utilizada a nomenclatura de domicílios particulares permanentes, o que acabou gerando algumas configurações diferenciadas da apresentação do IBGE, que traz a categoria de domicílios particulares, domicílios recenseados e domicílios coletivos. Os dados da SEPLAMA ajudam a ilustrar, melhor, algumas questões para a compreensão da realidade da população. De acordo com este estudo Campinas dispunha, na ocasião de realização do Censo IBGE em 2010, de 353.754 domicílios sendo que, destes, 98% (no total de 348.268) eram particulares permanentes. Quanto a estes, vale considerar a sua divisão por tipo de moradia, condições de saneamento, de posse privada, locação, cessão, ocupação (Tabela 11, Tabela 12 e Tabela 13).

Tabela 11 - Domicílios particulares permanentes (DPP) por tipo (Fonte: SEPLAMA/ IBGE - Censo 2010)

Condição dos domicílios particulares permanentes (DPP) - Tipo de moradia	Fr.	%
DPP do tipo casa	252.029	73
DPP do tipo casa de vila ou em condomínio	9.879	3
DPP do tipo apartamento	85.011	24

Tabela 12 - Condição dos domicílios particulares permanentes quanto a abastecimento de água, energia elétrica, coleta de lixo e existência de banheiro de uso exclusivo dos moradores ou sanitário (Fonte: SEPLAMA/ IBGE - Censo 2010).

Condição dos domicílios particulares permanentes	Fr.	% em relação ao total de DPP
Domicílios particulares permanentes	348.268	100,00
DPP com abastecimento de água da rede geral	341.751	98,13
DPP com banheiro de uso exclusivo dos moradores ou sanitário	348.090	99,95
DPP sem banheiro de uso exclusivo dos moradores	1.681	0,48
DPP com lixo coletado	346.669	99,54
DPP com lixo coletado por serviço de limpeza	332.592	95,50
DPP com energia elétrica	348.109	99,95
DPP com energia elétrica de companhia distribuidora	345.380	99,17

Tabela 13 - Condição dos domicílios particulares permanentes quanto à propriedade, aluguel, cessão ou ocupação (Fonte: SEPLAMA/ IBGE - Censo 2010).

Condição dos domicílios particulares permanentes (DPP) - Tipo de moradia	Fr.	%
DPP próprios e quitados	223.285	64
DPP próprios em aquisição	32.592	9
DPP alugados	69.221	20
DPP cedidos por empregador	3.281	1
DPP cedidos de outra forma	15.525	5
DPP em outra condição de ocupação (não são próprios, alugados, nem cedidos)	4.318	1

A maioria (98%) dos residentes em Campinas mora em domicílios particulares sendo que, destes, 73% vivem nas 252.029 casas, 24% em 9.879 apartamentos e 3% em 9.879 casas de vila ou condomínio.

Quando se destacam as condições dos domicílios na cidade, constata-se dados relevantes para compreender alguns elementos das condições de vida dos seus moradores.

Boa parte dos domicílios (98,13) dispõe de abastecimento de água da rede geral. Todavia, apesar de em menor grau, 3,29% do restante, equivalentes a 6.517 domicílios, ainda não dispõem de água encanada. Também há 1.681 domicílios em que não há banheiro ou sanitário de uso exclusivo dos moradores.

Todavia, para compreender os elementos que podem compor a realidade dos usuários da Política Pública de Assistência Social, considera-se que boa parcela vive nos bairros formados por núcleos habitacionais, loteamentos e condomínios populares, ofertados pela Companhia de Habitação Popular de Campinas (COHAB¹), ou acompanhados (casos que, geralmente, requerem processos de regularização/urbanização) pela Secretaria Municipal de Habitação (SEHAB²).

Campinas apresenta, de acordo com os dados da Secretaria Municipal de Habitação, 222 Núcleos, Loteamentos e Conjuntos Habitacionais acompanhados pela mesma, ou seja, 36,21% dos 613 bairros existentes no município, o que é bastante significativo. Há aproximadamente, 60.000³ domicílios nestes locais. Quanto a sua divisão regionalizada, vale observar o gráfico:

¹ No site da COHAB, ela é descrita como empresa de cunho eminentemente social tem por objetivo a realização do programa habitacional do município, em conformidade com as diretrizes traçadas pela Administração Municipal, promovendo o planejamento, a produção, o financiamento e a comercialização de moradias para a faixa de interesse social. Sua missão é Executar as alternativas habitacionais possíveis, inclusive a regularização fundiária, objetivando a redução do déficit habitacional e da taxa de seu crescimento. Contribuir para o atendimento das necessidades habitacionais da população carente, o desenvolvimento do seu bem estar social e a total satisfação pelo produto recebido.

² Conforme aponta o site da Prefeitura/ SEHAB, criada em 15 de dezembro de 1993, a Secretaria Municipal de Habitação (Sehab) tem as seguintes atribuições: formular, coordenar e executar a política municipal de habitação; elaborar e implantar programas visando à produção de empreendimentos habitacionais de interesse social, de melhoria das condições das unidades habitacionais e de auxílio moradia; formular, coordenar e executar os programas de regularização fundiária e a política de reassentamento de moradores de áreas de risco e áreas impróprias para a moradia; coordenar os programas de aquisição de áreas para o desenvolvimento de projetos habitacionais de interesse social; estimular a pesquisa de formas alternativas de construção possibilitando a redução dos custos; promover meios de assegurar a participação da comunidade no processo de discussão, para elaboração e execução dos programas que lhe são afetos e contribuir para o fortalecimento e organização independente dos movimentos populares que lutam por moradia digna; promover intercâmbios, convênios, parcerias e contratos com entidades internacionais, federais, estaduais, municipais e da iniciativa privada, visando atingir os objetivos da Política Habitacional e de Regularização Fundiária do Município; garantir a captação de recursos financeiros, institucionais, técnicos e administrativos destinados a investimentos habitacionais de interesse social; produzir e manter atualizado o Banco de Dados de interesse da Secretaria e sistematizar e controlar o cadastro dos beneficiários da concessão de uso especial para fins de moradia e da concessão de direito real de uso; desenvolver estudos e pesquisas quanto à realidade socioeconômica e habitacional do município; supervisionar o Fundo de Apoio à População de Subabitação Urbana (Fundap) e o Fundo Municipal de Habitação (FMH); estimular a iniciativa privada a contribuir para promover a melhoria das condições habitacionais e aumentar a oferta de moradias adequadas e compatíveis com a capacidade econômica da população.

³ São dados aproximados porque a SEHAB divide as informações em domicílios (para Núcleos e Conjuntos habitacionais) e lotes (para Loteamentos), sendo que, em poucos registros havia a ocorrência das duas informações verificando, inclusive, que havia, em boa parte destes casos, mais de 1 domicílio por lote. Mas dada a insuficiência de informações detalhadas quanto ao quesito, optou-se por somar apenas o número inicial de domicílios (para Núcleos e conjuntos) e de lotes (para Loteamentos). Também ressalta-se que os Conjuntos Habitacionais apontam número de lotes e domicílios, sendo o primeiro número bem inferior que o segundo, e verifica-se que foram construídas habitações verticais nestes espaços.

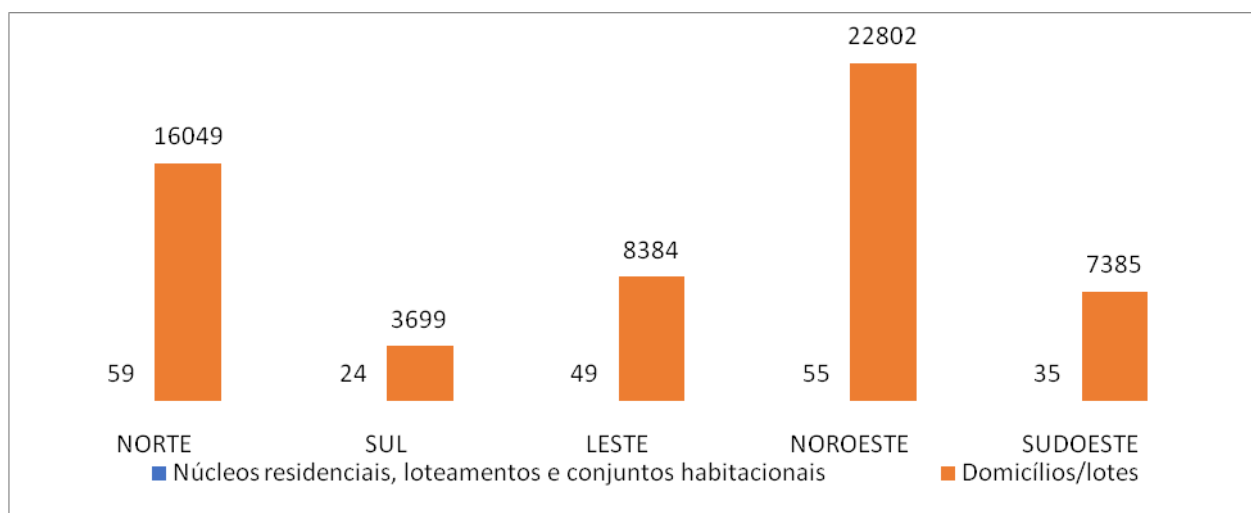


Figura 2 - Núcleos residenciais, loteamentos e conjuntos habitacionais, com números de domicílios/lotes, divididos pelas regiões administrativas de Campinas - SEHAB 2018.

Observa-se que a região Norte é a que apresenta maior número de núcleos, loteamentos e conjuntos habitacionais, no total de 59, seguida da Noroeste (55) e Leste, com 49. A Sudoeste (com 35) e a Sul (24), com menor ocorrência. São territórios com concentração de pessoas da classe trabalhadora que foram viver nestes locais motivadas por diversos fatores, principalmente pela possibilidade de acesso à habitação de forma gratuita (não tinham como pagar aluguel etc.) ou com baixos custos (vislumbrando futuros processos de regularização do local ou remanejamentos futuros). Ressalta-se que parte destes lugares se deu a partir de movimentos sociais por acesso à moradia, e as pessoas destes locais viviam (ou ainda vivem) em condições de habitabilidade bem difíceis (barracos de lona, madeirite, sem infraestrutura de saneamento básico, alguns domicílios em áreas de risco, dentre outros fatores). Com o tempo, e a partir da intervenção dos próprios moradores e dos serviços públicos, essas condições, para alguns, foram melhorando. A SEHAB realiza estudos quanto à destinação das áreas para providências de processos de regularização de áreas viáveis/passíveis e/ou remanejamento das pessoas. Todavia, há argumentos de falta de recursos (financeiros, humanos, estruturais) para dar conta das demandas para este fim.

Quando se comparam os dados de números de domicílios destes locais, verifica-se que a Noroeste assume a primeira posição, com 22.802 domicílios, seguida da Norte, com 16049 domicílios, 6743 a menos que a primeira. Juntas, as regiões somam 66,62% das ocorrências de domicílios nessa condição. A Leste tem 8384 domicílios nestas condições, a Sudoeste tem 7385 e, por fim, a Sul, com 3699. O maior número de locais regularizados concentra-se na Leste (10), seguidos da Norte e Sudoeste (com 6 cada), Noroeste (3). A Sul não tem locais regularizados.

Parte das estratégias de atenção a esta população também está no seu remanejamento para Condomínios Habitacionais Populares, utilizando recursos atuais do Estado (Programa Casa Paulista⁴) ou da

⁴ O Programa Casa Paulista - Agência Paulista de Habitação Social foi criado pelo Governo do Estado de São Paulo em setembro de 2011 com o objetivo de facilitar a aquisição da tão sonhada casa própria em qualquer região do estado. Neste programa o Governo Estadual entra com os subsídios necessários para a complementação do valor do imóvel e a aquisição se dá por meio de financiamentos. As principais exigências para se participar do **Programa Casa Paulista** são que o comprador não deverá ter ou já haver possuído qualquer imóvel próprio registrado em seu nome, ou algum outro tipo de financiamento para fins de habitação, ou ainda ter participado e ter sido contemplado em qualquer outro programa habitacional do governo, seja estadual ou federal. Além disso, para ter acesso à assistência, o participante terá que ter crédito aprovado em agência bancária pública ou privada e ter acesso ao Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) ou Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). O comprador não poderá, ainda, ter seu nome incluído no Serviço de Proteção ao Crédito (SPC) ou Centralização de Serviços de Bancos (Serasa). (PMC/SEHAB).

União (Programa Minha Casa Minha Vida⁵). Desde 2011 (após, portanto, a realização do último Censo Demográfico em 2010), foram implantados empreendimentos com os recursos nas regiões conforme o que segue:

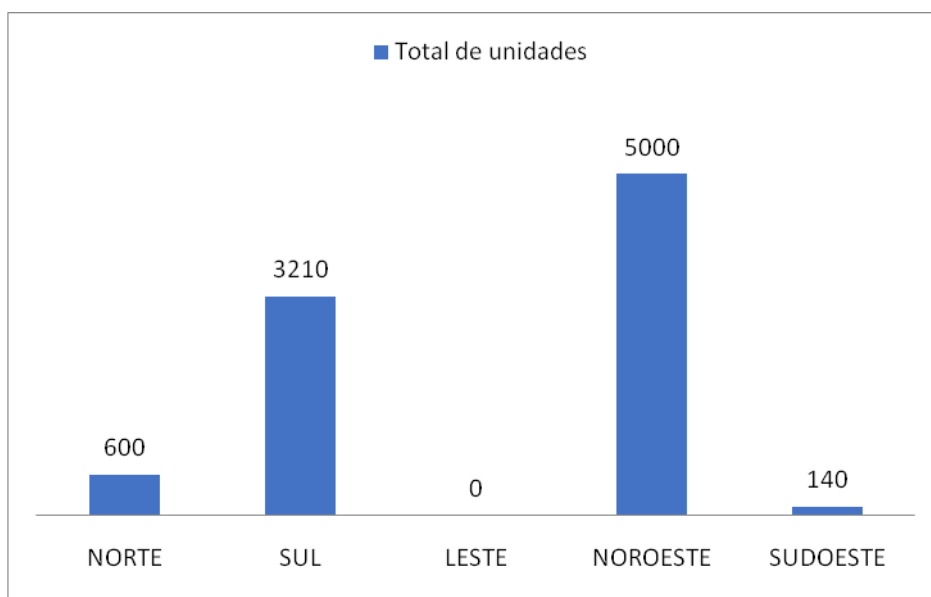


Figura 3 - Números de unidades habitacionais do Programa MCMV e Programa CP em Campinas - 2011 - 2018 por região.

O gráfico mostra a distribuição das unidades habitacionais populares do PMCMV e PCP em cada região e permite observar que a distribuição se deu de forma desigual, pois a região Noroeste e a Sul detiveram cerca de 91,73% das unidades (8.210 unidades) ao passo que a região Leste, mais antiga e com maior concentração de riquezas, não teve nenhuma. Essa diferenciação da distribuição espacial dos empreendimentos populares pode ser explicada mais pela disponibilização de áreas com tal destinação estarem alocadas nestas regiões, que pela observância das demandas regionais, pois famílias de todo o município, que moravam em áreas consideradas de risco ou pleiteavam acesso à habitação a preços populares, foram deslocadas para estes empreendimentos. Isso traz um dado de movimentação interna da população mais empobrecida no interior do município.

Outra questão é que estas famílias assumiram compromissos financeiros para acesso a estas moradias e parte delas, quando moravam nas áreas de risco, não tinham tal preocupação, pois viviam em ocupações. Isso pode ter representado impacto na realidade econômica das famílias, já que pode ter ampliado o endividamento das mesmas. Algumas faziam uso do espaço de moradia para acondicionar recicláveis e perderam a possibilidade de trabalhar nesta área.

Ressalta-se que parte destes empreendimentos apresentaram problemas de estrutura, com rachaduras, infiltrações, gerando inseguranças e incertezas para os moradores locais. Também foram construídos em áreas distantes das regiões mais urbanizadas, sendo que os serviços públicos locais não foram adequados para atender a população residente que chegava, ficando muito aquém de absorver as demandas geradas. Por

⁵ O Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), instituído pelo Governo Federal, surgiu em 2009. A forma de atendimento foi determinada pela Portaria n° 465 de outubro de 2011, posteriormente, substituída pela Portaria n° 595 de dezembro de 2013 e, novamente, substituída pela Portaria n° 829 de dezembro de 2014. O PMCMV tem transformado o sonho da casa própria em realidade para muitas famílias brasileiras que se enquadram na Faixa 1, isto é, que possuem renda mensal de até R\$ 1.800,00 (Mil e oitocentos reais). Em geral, o PMCMV acontece em parceria com estados, municípios, empresas e entidades sem fins lucrativos.(PMC/S.M..Habitação). A seleção da demanda e forma de atendimento estabelecidos pelo Ministério das Cidades se dá da seguinte forma: 50% do total de unidades disponíveis são destinadas às famílias indicadas pelo município – moradores de áreas impróprias (risco geológico ou insalubridade) e 50% do total de unidades disponíveis são destinadas às famílias hierarquizadas através do sorteio do CIM – Cadastro de Interessados em Moradia. Os critérios de seleção do Programa com relação ao processo de seleção e hierarquização da demanda se dá por sorteio. Quanto aos critérios estabelecidos pelo Ministério das Cidades: famílias residentes ou que tenham sido desabrigadas de área imprópria ou insalubre; famílias com mulheres responsáveis pela unidade familiar; e famílias da qual façam parte pessoas com necessidades especiais. Critérios locais - Aprovados pelo Conselho Municipal de Habitação: famílias moradoras em Campinas há mais de 10 anos; famílias com renda per capita inferior a ½ salário mínimo; e pessoas com, no mínimo, 02 dependentes habitacionais. (PMC/SMH)

estas e outras razões, os empreendimentos, apesar de apontarem para o direito à habitação, foram alvos de questionamentos realizados pelos próprios mutuários, Conselhos Municipais, trabalhadores sociais e políticos da cidade e vem requisitando intervenções do Estado e da sociedade para afiançar melhoria nas condições de vida local.

Por fim, destaca-se o Auxílio Moradia Emergencial⁶ como um "benefício mensal", atualmente no valor de R\$ 558,00, para famílias que foram atingidas por situações de calamidade ou removidas por viverem em áreas de risco eminente. Há a possibilidade de disponibilização do recurso também para os casos de obras públicas. O acesso se dá mediante intervenções da Secretaria de Habitação e/ou solicitação de outros órgãos da Prefeitura, após avaliação técnica conjunta.

Saúde

Para se analisar as informações de saúde, optou-se por traçar a realidade a partir de alguns indicadores elencados pela Fundação Seade, fazendo um comparativo entre os municípios de Campinas, Guarulhos e Santos, assim como com a média do Estado de São Paulo. Para tanto, considera-se a tabela comparativa:

Tabela 14 - Índices de saúde de Campinas, Guarulhos, Santos e do Estado de São Paulo - Fundação Seade.

Índices de Saúde (2016)	Campinas	Guarulhos	Santos	Estado
Taxa de natalidade (por mil hab)	13,38	15,91	10,67	13,84
Taxa de fecundidade geral (por mil mulheres entre 15 e 49 anos)	47,5	54,95	41,56	49,73
Taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos)	9,16	12,47	14,34	10,91
Taxa de mortalidade na infância (por mil nascidos vivos)	10,6	14,21	16,55	12,58
Nascimentos de baixo peso (menos 2,5Kg - Em %)	9,56	9,7	8,68	9,11
Nascidos vivos de mães com menos de 18 anos (%)	4,87	6,44	4,72	5,87
Partos cesáreos (%)	63,36	54,93	65,35	58,34
Gestações pré-termo (%)	10,98	10,37	9,56	10,90
Mães que fizeram 7 e mais consultas pré-natal (em %)	81,92	69,43	86,03	79,05
Taxa de mortalidade da população de 15 a 34 anos (por cem mil habitantes nessa faixa etária)	91,51	120,27	89,77	104,02
Taxa de mortalidade da população de 60 anos e mais (por cem mil habitantes nessa faixa etária)	3094,49	3570,95	3958,69	3500,93
Leitos SUS (coeficiente por mil hab)	1,17	1,12	1,92	1,28

Fonte: Fundação Seade

Os indicadores de saúde, apontados pela Fundação Seade, no comparativo com as cidades de Guarulhos, Santos e com a média do Estado, dão conta de que Campinas tem índice menor de natalidade (13,38) que o Estado (13,84) e também em relação ao município de Guarulhos (15,91). Entre as cidades comparadas, fica na frente apenas de Santos (10,67) onde nascem menos crianças por mil habitantes. Estes dados também podem ser considerados em relação ao índice de fecundidade geral, em que são considerados

⁶ Criado pela Lei Municipal 13.197/2007, posteriormente alterado pela Lei Municipal 13.784/2010, e regulamentada pelo Decreto N° 16.153/2008, o Auxílio Moradia é um benefício pago até que se efetive o reassentamento das famílias em unidades habitacionais construídas por meio dos programas habitacionais Minha Casa Minha Vida (PMCMV) e Casa Paulista. O benefício também pode ser estendido a beneficiários envolvidos em ações previstas no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). As famílias regularmente cadastradas têm direito de receber o benefício pelo período de até um ano, período este que poderá ser prorrogado, dependendo do caso. Os recursos que garantem os pagamentos provêm do Orçamento Municipal ou do FUNDAP. Existem diversos critérios socioeconômicos para que o benefício seja concedido, como possuir renda familiar de até 3 salários mínimos, não possuir imóveis, ou não ter sido beneficiado habitacionalmente pelo Poder Público. O futuro imóvel alugado deve ser no município de Campinas, e em área regularizada, lembrando que empreendimentos do Minha Casa Minha Vida não podem ser locados, qualquer irregularidade na utilização do benefício pode ocorrer na suspensão do mesmo. (PMC/SEHAB)

os nascimentos por mulheres entre 15 e 49 anos, ou seja, em idade produtiva. Guarulhos tem maior ocorrência de nascimentos (54,95/1000), seguida de Campinas (47,5/1000) e Santos (41,56/1000). Tanto Campinas quanto Santos ficam atrás do índice estadual, que é de 49,73/1000, o que reforça a ideia de que, nestes municípios, pode estar em curso um processo de envelhecimento mais rápido da população.

No que se refere ao índice de mortalidade geral da população de Campinas, no comparativo, ano a ano desde 2014, os dados do Sistema de Mortalidade (SIM) apontam que este índice, no município, apresentou pequena queda em 2015 em relação a 2014, voltando a crescer nos anos subsequentes (Tabela 15).

Tabela 15 - Coeficiente geral de mortalidade em Campinas, 2000-2017 (Fonte: SIM – Campinas - Coordenadoria Setorial de Informática - Dados Populacionais - SEADE).

Ano	Óbitos	População	CGM
2014	7053	1.123.241	6,28
2015	6757	1.134.546	5,96
2016	7057	1.142.620	6,18
2017	7322	1.150.753	6,36

Quando este dado é observado apenas no ano de 2016, mas no comparativo entre Campinas, Guarulhos, Santos e Estado de São Paulo, divididos, também, por ciclos de vida, outros elementos chamam a atenção.

Quanto à taxa de mortalidade infantil⁷, por exemplo, Campinas é a cidade onde menos ocorrem mortes de crianças por mil nascidos vivos (9,16/mil nascidos vivos). Ressalta-se que a taxa de mortalidade infantil compreende, segundo o site do DATASUS, o “número de óbitos de menores de um ano de idade, por mil nascidos vivos, em determinado espaço geográfico, no ano considerado”. *Destaca-se que o DATASUS aponta que a "mortalidade infantil compreende o número de óbitos de menores de um ano de idade, por mil nascidos vivos, em determinado espaço geográfico".* (DATASUS, 2018). Quanto à taxa de mortalidade na infância⁸, que trata da "proporção de óbitos de menores de 5 anos, dentre cada mil nascidos vivos, em determinado limite geográfico" (Observatório da Criança e do Adolescente, 2018), o resultado se repete, pois Campinas apresenta a menor ocorrência, com taxa de 10,6/1000 nascidos vivos, contra 14,21 de Guarulhos, 16,55 de Santos e 12,58 da média Estadual. Diante destes índices, Campinas, apresenta, a partir destes dois indicadores, os melhores indicadores de atenção e cuidado da saúde na infância na análise comparativa proposta.

No que se refere à taxa de mortalidade da população de 15 a 34 anos (por cem mil habitantes nessa faixa etária), Guarulhos tem a maior ocorrência (120,27/100 mil hab.), ou seja, é a cidade onde ocorrem mortes na adolescência/ juventude e na fase adulta com maior frequência. A média do Estado de São Paulo é menor, com taxa de 104,02/cem mil hab. Campinas, com taxa de 91,51/cem mil hab., e Santos, 89,77/cem mil, encontram-se em situação melhor voltada a este grupo.

Já as taxas de mortalidade da população de 60 anos e mais (por cem mil habitantes nessa faixa etária), deixam claro que é onde ocorrem mais mortes. Campinas fica com os menores índices, tendo 3094,49/cem mil habitantes nessa faixa, seguida de Guarulhos (3570,95/cem mil), e, por fim, da cidade de Santos (3958,69/cem mil), onde o índice é significativamente maior. Destaca-se que o índice de Campinas é o único abaixo da taxa estadual, que é de 3500,93/cem mil nessa faixa etária.

⁷ Número de óbitos de menores de um ano de idade, por mil nascidos vivos, em determinado espaço geográfico, no ano considerado. A mortalidade infantil compreende a soma dos óbitos ocorridos nos períodos neonatal precoce (0-6 dias de vida), neonatal tardio (7-27 dias) e pós-neonatal (28 dias e mais). (DATASUS, 2018)

⁸ O cálculo da taxas de mortalidades infantis deriva da relação entre o número de óbitos de crianças menores de 1 ano, a quantidade de nascidos vivos durante o ano e em determinado espaço geográfico, multiplicados por mil. (Observatório da Criança e do Adolescente).

No cômputo geral, é possível verificar que Campinas apresenta indicadores favoráveis de saúde em relação ao Estado. Está melhor que Guarulhos em relação a todos os indicadores elencados na Tabela 14. Assim como Campinas, Santos também apresenta indicadores bons de saúde, sendo inferior nos dados sobre mortalidade infantil e da infância. Ressalta-se que Campinas é campeã na realização de partos prematuros (pré-termo), e está em segundo lugar no número de crianças que nascem abaixo dos 2,5 kg, o que suscita necessidade de compreensão melhor deste cenário e se esses dados apresentam alguma relação.

Educação

O Censo Escolar 2016 apresenta o número de matrículas efetuadas no ano divididas em Ensino Regular e Educação Especial (Tabela 16 e Tabela 17).

Tabela 16 - Matrículas no ensino regular em 2012 e 2017. Fonte: INEP, Censo Escolar, 2016. Elaboração própria.

MATRÍCULA	2012	2017
Educação Infantil	30.488	33.587
Ensino Fundamental	100.301	85.967
Ensino Médio	35.637	32.856
EJA	9.245	7.764
TOTAL	175.671	160.174

Tabela 17 - Matrículas na educação especial em Campinas nos anos de 2012 e 2017. Fonte: INEP, Censo Escolar, 2016. Elaboração própria.

MATRÍCULA	2012	2017
Educação Infantil	229	405
Ensino Fundamental	1736	1.989
Ensino Médio	197	473
EJA	370	212
TOTAL	2532	3079

A Figura 4 mostra a taxa de distorção idade-série nas escolas de Campinas, tanto rede pública quanto privada por níveis de ensino. É possível observar que a distorção varia bastante quando são tratados os dados comparando os anos iniciais do Ensino Fundamental em relação aos anos finais do Ensino Médio, sendo uma distorção de 5 anos para o primeiro ciclo e 11,1 anos para o segundo ciclo. No Ensino Médio a distorção chega a 13,4 anos sendo maior no 1º ano, e menor no 3º ano.

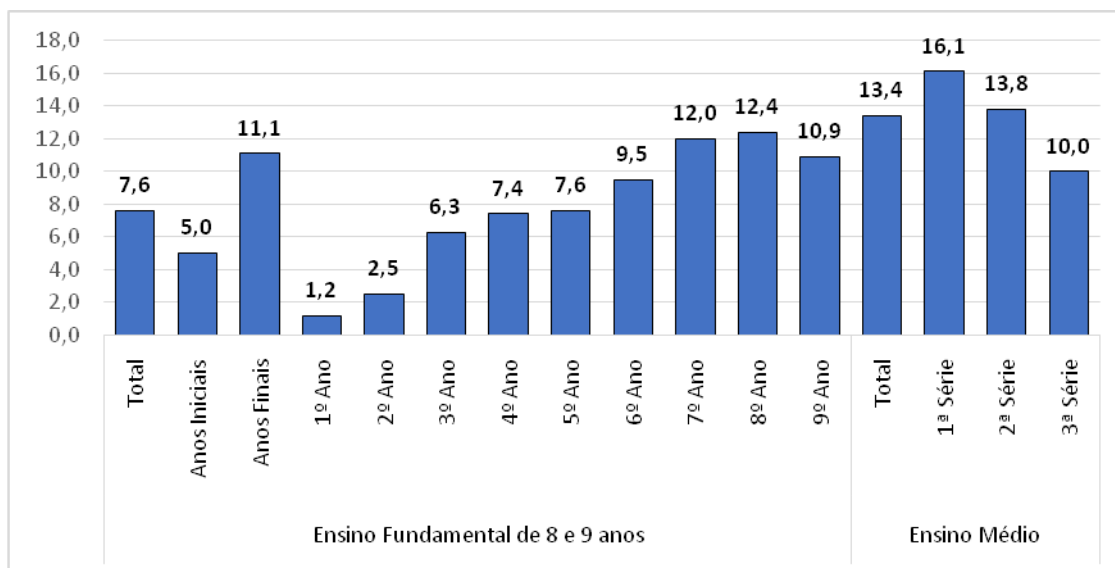


Figura 4 - Taxa de Distorção Idade-Série em Campinas 2016. Fonte: INEP, Censo Escolar, 2016. Elaboração própria

Outro dado que mostra uma variação enorme em relação ao nível de ensino é a taxa de abandono, a Figura 5 mostra que no ensino fundamental a taxa de abandono é mínima nos anos iniciais, porém aparece mais elevada nos anos finais, mas a maior taxa aparece quando observamos a realidade do ensino médio no município, na qual o total para esse nível de ensino aparece com uma taxa de 3,4.

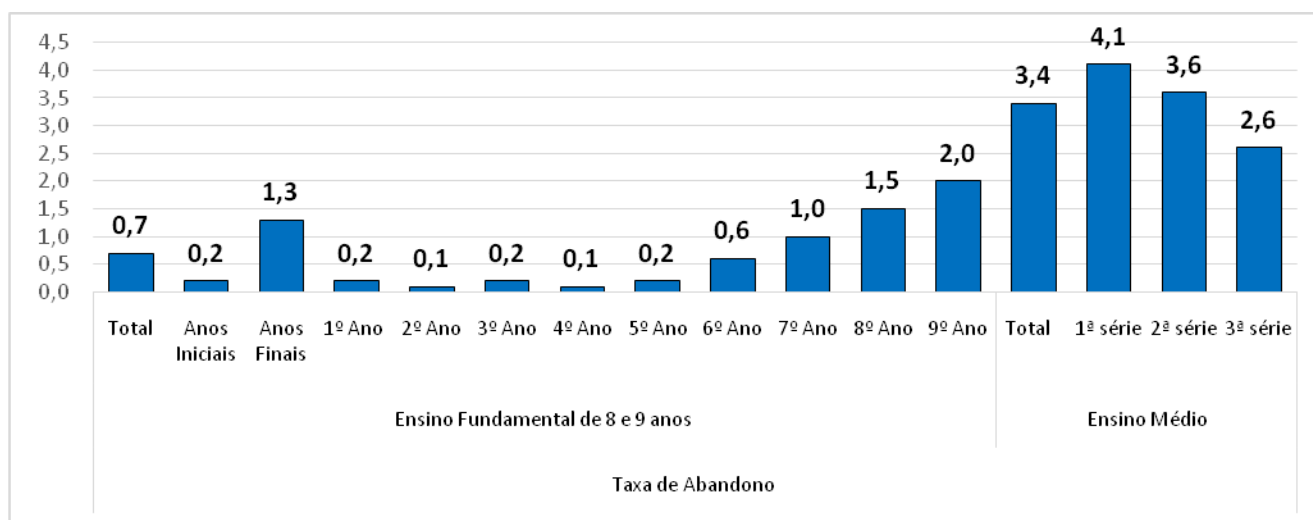


Figura 5 - Taxa de Abandono por série em Campinas. Fonte: INEP, Censo Escolar, 2016. Elaboração própria.

A taxa de aprovação, segundo o Censo Escolar de 2016 (Tabela 18), não apresenta grande variação em Campinas, pois a taxa para a rede privada aparece como sendo equivalente a 98,3 nos anos iniciais do ensino fundamental, 96,9 nos anos finais e 95,3 no ensino médio.

Tabela 18 - Taxa de aprovação escolar. Fonte: INEP, Censo Escolar, 2016. Elaboração própria.

Nome do Município	Dependência Administrativa	Taxa de Aprovação		
		Ensino Fundamental de 8 e 9 anos		Ensino Médio
		Anos Iniciais	Anos Finais	Total
Campinas	Privada	98.3	96.9	95.3
Campinas	Pública	97.7	91.7	84.7

A taxa de reprovação (Tabela 19) também é um dado coletado no Censo Escolar 2016 e mostra a reprovação nas escolas de Campinas tanto públicas quanto privadas e por níveis de ensino, sendo que a tabela mostra que há uma variação grande entre os anos iniciais e os anos finais do ensino fundamental, sendo de 1,7 na rede privada nos anos iniciais e 2,1 na rede pública para o mesmo nível de ensino. Já quando se observa o dado referente aos anos finais do ensino fundamental é possível notar que a taxa de reprovação para a rede privada é de 3,1 e para a rede pública é de 6,5, ou seja, nos anos finais a diferença entre pública e privada se acentua, o mesmo ocorre no ensino médio (última coluna da tabela) que apresenta uma taxa de 4,6 para a rede privada e de 11,1 para a rede pública, ou seja, há uma alta reprovação nos últimos anos da fase de escolarização.

Tabela 19 - Taxa de reprovação escolar em Campinas – 2016. Fonte: INEP, Censo Escolar, 2016. Elaboração própria.

Nome do Município	Dependência Administrativa	Taxa de Reprovação		
		Ensino Fundamental de 8 e 9 anos		Ensino Médio
		Anos Iniciais	Anos Finais	Total
Campinas	Privada	1.7	3.1	4.6
Campinas	Pública	2.1	6.5	11.1

Segurança pública

Campinas tem vivenciado o aumento do número de registros de alguns tipos de crimes, com destaque para os homicídios e, principalmente, dos estupros, o que sugere quadros de sofrimento e risco das vítimas, geralmente homens jovens (nos casos de homicídios) e mulheres (nos casos de estupros). Esta realidade é trazida, diariamente, pelos meios de comunicação, mas também pelas pessoas atendidas pelos serviços, externando uma faceta do sofrimento ético político vivido pela população e utilizada para diversas finalidades, como a indústria da segurança. Atinge não só as vítimas, mas também familiares e comunidades de formas diferenciadas, no complexo movimento contraditório que demarca as relações desiguais na sociedade capitalista. É sabido que a violência tem recortes diferenciados que atravessam as desigualdades de classe social, raça, gênero e geração, elementos que sugerem cuidados no trato das suas especificidades.

Os dados da Secretaria de Segurança Pública do Estado expressam apenas uma amostra dos crimes ocorridos, considerando-se que há sub-notificações dos mesmos e que vários fatores interferem nos seus registros. Mas tomando-os como amostra, podem dar indicativos que podem contribuir na percepção da complexidade que envolve a questão de vida e morte nas diferentes regiões de Campinas.

De acordo com dados da Secretaria de Segurança Pública (Tabela 20), entre 2016 e 2017 ocorreu a diminuição do somatório de crimes registrados em Campinas, sendo que em 2016 foram registrados 41.890

e, em 2017, 40.186. Todavia, houve alta, principalmente, nos registros de crimes de homicídio doloso (com aumento, também, do número de vítimas), lesão corporal seguida de morte, latrocínio (com aumento do número de vítimas), furto de veículos. Embora o número geral de estupros tenha sofrido ligeira queda de um ano para outro (de 276 para 262), é um dado significativo para a cidade, principalmente quando se destringem os dados por característica da vítima. Isso porque, apesar da baixa geral, o número de estupro de vulnerável, mais que triplicou, saltando de 61 registros em 2016 para 165 em 2017.

Tabela 20 - Número de Ocorrências Lavradas nas Delegacias de Campinas nos anos de 2016 e 2017 divididas por natureza da ocorrência. Fonte: SSP/SP - Departamento de polícia civil, polícia militar e superintendência da polícia técnico-científica.

Natureza	2016	2017
Homicídio doloso (3)	115	137
Homicídio culposo por acidente de trânsito	111	109
Homicídio culposo outros	4	4
Tentativa de homicídio	91	85
Lesão corporal seguida de morte	0	2
Lesão corporal dolosa	3.955	3.321
Lesão corporal culposa por acidente de trânsito	2905	2.501
Lesão corporal culposa - outras	186	66
Latrocínio	6	7
Total de estupro (5)	276	262
Total de roubo - outros (2)	9.451	9.273
Roubo de veículo	3.322	3.303
Furto - outros	17.440	16.980
Furto de veículo	4.028	4.186
TOTAL	41.890	40.186

(1) Dados do primeiro semestre 2018

(2) Incluído Roubo Carga e Banco

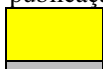
(3) Homicídio Doloso inclui Homicídio Doloso por Acidente de Trânsito.

(4) Nº de Vítimas de Homicídio Doloso inclui Nº de Vítimas de Homicídio Doloso por Acidente de Trânsito

(5) Dados de Estupro inclui Estupro de Vulnerável

(...) Dados não disponíveis.

Os dados estatísticos do Estado de São Paulo são divulgados na página da pesquisa em data anterior à publicação oficial em Diário Oficial do Estado (Lei Estadual nº 9.155/95 e Resolução SSP nº 161/01). No período compreendido entre a divulgação inicial e a publicação oficial em Diário Oficial, há possibilidade de retificações que são atualizadas automaticamente nesta página.

 Aumento do número de ocorrências em 2017 no comparativo com 2016

 Repetição do número de ocorrências no comparativo entre 2016 e 2017

Interessante observar que estes crimes, em geral, dizem respeito à vida, à pessoa. Mas ao se detalhar as tipologias dos homicídios e tentativas de homicídios, outros dados chamam a atenção: os crimes intencionais (dolosos) ocorrem primeiro na Noroeste (42), seguidos da Sudoeste (33), Norte (23), Sul (21) e Leste (18). Já os homicídios sem intenção de matar (culposos) deram-se, primeiramente, na região Norte (35), seguidos pela Sudoeste e Leste (ambas com 23), Sul 20 e Noroeste (11), com amplo destaque para os causados por acidentes de trânsito. Ou seja, o fato de ser ou não intencional suscita a necessidade de estudos de elementos significativos para a compreensão das motivações que geraram tais crimes.

Quanto aos registros do Sistema de Notificação de Violências - SISNOV/ Sistema de Informação de Agravos de Notificação – SINAN, a maioria das ocorrências registradas apontou que as violências deram-se, principalmente, no âmbito doméstico e, em segundo lugar, nas vias públicas. Vale destacar que, nas vias públicas, a região de maior ocorrência é a Noroeste (15,6%), seguida da Sudoeste (13,4%), Sul, 13,1%, Norte (10%) e Leste (9,7%).

Vale, novamente, a sugestão de se verificar o estudo mais amplo do diagnóstico, se necessário, para a observância de dados complementares.

Assistência Social

A Assistência Social

Este Plano Plurianual refere-se à organização da política pública da assistência social no município de Campinas para os anos de 2018-2021. Para tanto, reconhece-se que, historicamente, foi a partir dos anos 80, com as mudanças sociais, políticas, econômicas e culturais no país, que a assistência social passou por mudanças significativas na sua organização, valores, concepções e execução. Isso porque a partir da Constituição Federal de 1988, em seus artigos 203 e 204, a Assistência Social foi, por fim, reconhecida como política pública não contributiva, de direito do cidadão e dever do Estado com três funções básicas: Proteção Social, Defesa Social e Institucional e Vigilância socioassistencial.

Em 2004, a Assistência Social foi organizada em um Sistema Único a ser gerido e organizado com os mesmos princípios, valores e serviços em todo o território nacional. Todavia, a política pública passou a ser desenvolvida em cada Estado e município de forma a respeitar as diretrizes gerais previstas, sem desconsiderar, contudo, as especificidades macrorregionais, ou mesmo a realidade de cada município dentro do seu porte (pequeno, médio, grande ou metrópole) ou capacidade de gestão (básica ou plena).

Em Campinas, por esta se constituir em metrópole com um cenário amplo e complexo, que se traduz em demandas importantes para a área, os serviços foram organizados, na perspectiva de gestão plena, ofertando serviços previstos na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais e, também, alguns complementares.

Para a compreensão de diferentes demandas sociais, além do estudo de dados gerais do município, dos Sistemas de Registros específicos, como Sistema Integrado de Governança Municipal (SIG-M), Coleta de Informações de Programas Sociais (CIPS), SISNOV e de bases de outras políticas públicas, também são fontes importantes os dados registrados no Cadastro Único, que têm funcionado como fonte de informações acerca das pessoas que procuram a assistência social, principalmente em busca de inserção em Programas de Transferência de Renda e isenções de taxas e tarifas sociais. Dada a sua dimensão e cobertura de cadastro, será dado destaque a algumas informações relevantes tanto sobre as famílias inscritas quanto às que passaram a receber algum subsídio de transferência de Renda. Esses dados poderão contribuir na compreensão do contexto social atual, como também alimentar o processo de reflexão de propostas para a área, que serão apresentadas posteriormente.

Contribuições do Cadastro Único e das informações sobre pessoas que acessam Programas de Transferência de Renda no município

O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) é um instrumento de coleta de dados e informações, que tem como objetivo identificar as famílias de baixa renda residentes nos municípios brasileiros. Devem ser cadastradas, preferencialmente, as famílias com renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa ou renda total familiar de até 03 salários mínimos.

O CadÚnico é uma ferramenta importante para os municípios, permitindo elaborar o perfil socioeconômico das famílias cadastradas e servindo como base para o diagnóstico das situações de vulnerabilidade vivenciadas pelas famílias, auxiliando na formulação e gestão de políticas públicas que colaborem para o enfrentamento de tais situações.

A coleta dos dados das famílias é realizada por meio de formulário específico de cadastramento, identificando cada pessoa componente da família.

As informações são auto-declaradas, sendo a entrevista feita com o responsável familiar (RF), preferencialmente a mulher, maior de 16 anos, que fornece as informações sobre cada membro da família.

São levantadas as seguintes informações:

- características do domicílio
- composição familiar
- identificação e documentação de cada componente da família
- qualificação escolar dos componentes da família
- qualificação profissional e situação no mercado de trabalho
- remuneração e
- despesas familiares

Em Campinas, atualmente, são 20 os postos de atendimento do Cadastro Único, responsáveis pelo cadastramento e atualização cadastral de mais de três mil famílias por mês. Os postos de cadastramento funcionam nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e Distritos de Assistência Social (DAS) do município, além de um posto no Centro de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) e Centro Pop. O município conta ainda com 02 Unidades Móveis de Cadastramento.

Caracterização das famílias

A estimativa de famílias pobres no município é de 62.201 (Censo IBGE, 2010), sendo que estão cadastradas no CadÚnico 60.588 famílias com renda per capita de até ½ salário-mínimo, correspondendo a uma cobertura de cadastramento de 97% das famílias em situação de pobreza (junho/2018).

No total, 19% da população do município, mais de 76.500 famílias, estão no Cadastro Único, importante ferramenta para identificação e caracterização das pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade, principalmente no que diz respeito à renda.

Na Figura 6, podemos observar a evolução no número de famílias cadastradas mensalmente, durante o ano de 2017.

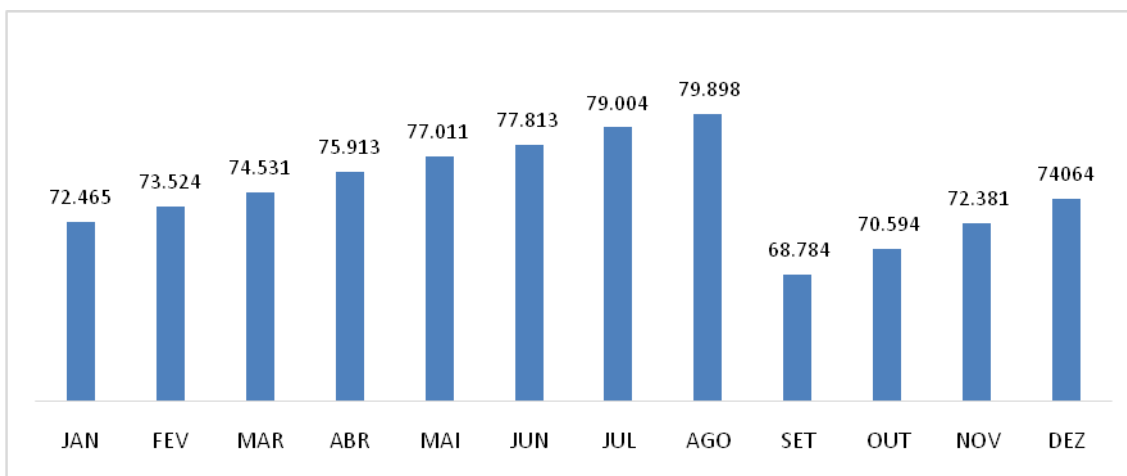


Figura 6 - Evolução do Cadastro Único-2017

Há um aumento das inclusões de famílias no cadastro e, embora entre os meses de agosto e setembro tenha ocorrido uma queda acentuada no número de cadastrados, devido ao processo de exclusão lógica, feito pelo MDS, nos cadastros que permaneceram desatualizados por mais de 04 anos, representando uma redução de mais de 10 mil famílias, ainda assim, terminamos o ano com um número de cadastros superior ao de janeiro. O que permite dizer que a procura pelo Cadastro Único foi crescente, sendo incluídas, na média, mais de mil novas famílias a cada mês, o que representou 36% dos atendimentos dos postos de cadastramento.

Vale destacar também que há um fluxo de entrada e saída de famílias da base do Cadastro Único, em função de transferências entre municípios, sendo que 4,6% do volume de cadastros realizados é decorrente do recebimento de novas famílias no município, vindas, na sua maioria, da região Sudoeste, principalmente entre os municípios do próprio Estado de São Paulo e, da região Nordeste, conforme demonstrado na Figura 7, com o número de famílias que saíram ou chegaram ao município e foram identificadas por meio do Cadastro.

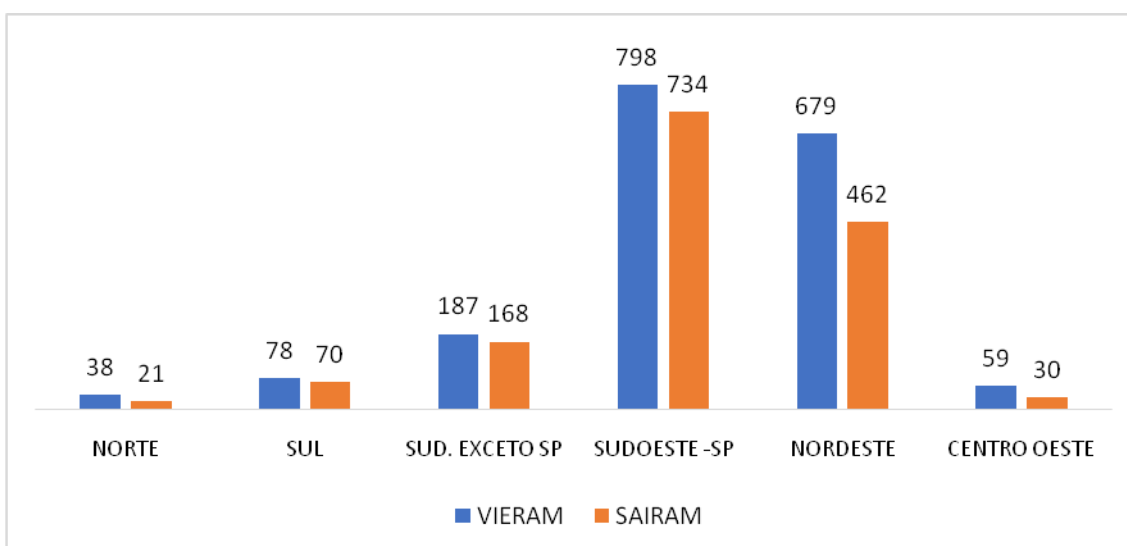


Figura 7 - TRANSFERÊNCIAS CADÚNICO POR REGIÃO - 2017

Em relação ao perfil das famílias cadastradas, destacamos as informações sobre a renda média familiar, situação de trabalho, distribuição etária, escolaridade e gênero, apresentando as informações por região do município.

As regiões Sul, Sudoeste e Noroeste representam quase 75% das famílias cadastradas no município. Interessante observar que a Sul, nos dados demográficos, foi apontada como a região mais populosa do município, seguida, justamente, da sudoeste. A noroeste apresentou-se na última posição quanto aos dados do Censo realizado em 2010, mas os dados do Sistema de Nascidos vivos da Saúde ou mesmo da Secretaria de Habitação sugeriram que pode ter ocorrido um deslocamento de pessoas da cidade para a região, com os empreendimentos imobiliários recentes.

Entre as cinco regiões, a Noroeste é a que tem a menor renda média entre as famílias e, a região Leste a que tem a maior renda média, representando quase 50% a mais que a das famílias da Noroeste, conforme demonstrado na Tabela 21, que apresenta a quantidade de famílias por região e o valor da renda média familiar informada. Essa informação também foi identificada nos dados sobre rendimento da população a partir das outras fontes pesquisadas.

Tabela 21 - Distribuição das Famílias Cadastro Único – por Região

Região	Qtd Famílias	% Famílias	Renda Média
LESTE	8.069	10,5%	R\$ 347,48
NOROESTE	17.234	22,5%	R\$ 231,80
NORTE	11.396	14,9%	R\$ 319,51
SUDOESTE	19.257	25,2%	R\$ 290,69
SUL	20.562	26,9%	R\$ 280,72
Total	76.518	100,0%	R\$ 285,02

Com relação à situação de trabalho declarada pelas famílias, temos 60,6% das pessoas trabalhando por conta própria (fazendo bicos ou trabalhos como autônomo) e, apenas 33% dos trabalhadores são assalariados, com carteira de trabalho. Ressalta-se que os registros do Cadastro Único são fonte importante para compreensão do cenário municipal, considerando que os dados do Ministério do Trabalho não alcançam as pessoas sem vínculos empregatícios formais.

Destaca-se ainda que 76,8% dos cadastros não têm informação sobre trabalho nos últimos 12 meses.

A distribuição nas regiões acompanha a proporção de famílias do cadastro, não havendo diferenças significativas entre as situações de trabalho nas regiões Sul, Sudoeste e Noroeste (Tabela 22).

Tabela 22 - INFORMAÇÃO DECLARADA SOBRE SITUAÇÃO DE TRABALHO - POR REGIÃO

INFORMAÇÃO DECLARADA SOBRE SITUAÇÃO DE TRABALHO - POR REGIÃO	LESTE	NOROESTE	NORTE	SUDOESTE	SUL	% Total	% Total Preenchido
Aprendiz	7,7%	26,0%	13,6%	30,2%	22,5%	0,2%	0,7%
Empregado com carteira de trabalho assinada	10,3%	20,6%	17,0%	25,0%	27,2%	7,7%	33,3%
Empregado sem carteira de trabalho assinada	8,1%	26,2%	16,0%	24,9%	24,9%	0,2%	1,1%
Empregador	15,4%	15,4%	15,4%	7,7%	46,2%	0,0%	0,0%
Estagiário	18,3%	15,7%	17,8%	27,4%	20,9%	0,1%	0,5%
Militar ou servidor público	12,4%	17,8%	20,7%	23,9%	25,1%	0,2%	0,8%
Trab. domestico com carteira de trabalho assinada	12,4%	22,8%	17,0%	21,7%	26,2%	0,4%	1,7%
Trabalhador doméstico sem carteira de trabalho assinada	4,8%	11,8%	20,8%	37,1%	25,6%	0,3%	1,1%
Trabalhador não remunerado	16,0%	28,0%	8,0%	0,0%	48,0%	0,0%	0,0%
Trabalhador por conta própria (bico, autônomo)	10,3%	20,6%	14,6%	26,0%	28,4%	14,1%	60,6%
Trabalhador temporário em área rural	24,4%	12,2%	9,8%	23,2%	30,5%	0,0%	0,2%
Não preenchido	8,7%	23,9%	14,5%	25,7%	27,2%	76,8%	0,0%
Total	9,1%	23,2%	14,7%	25,7%	27,4%	100,0%	100,0%

Quanto à distribuição etária, as crianças e adolescentes entre 0 a 14 anos correspondem a 34% da população cadastrada, sendo que a região Noroeste tem as maiores porcentagens (36,7%), seguida das regiões Sul e Sudoeste, o que também dialoga com os dados referentes tanto ao tamanho das regiões quanto à movimentação da população no interior do município. Nas regiões citadas estão os mais jovens do município.

Na faixa etária dos 15 aos 29 anos a proporção é bastante similar entre as regiões, correspondendo a 34% das pessoas cadastradas.

Entre os 30 a 59 anos, bem como acima dos 60 anos, as regiões Leste e Norte têm as maiores concentrações de pessoas, sendo que 13,5% das pessoas cadastradas na região Leste têm mais do que 60 anos de idade, elemento sustentado, também, pelos dados demográficos estudados.

Ou seja, temos uma população mais jovem migrando para as regiões Noroeste, Sul e Sudoeste, influenciada pela ação dos programas habitacionais e, uma predominância da população idosa nas regiões mais próximas às áreas centrais (Tabela 23).

Tabela 23 - Faixa etária, por região.

Região	00 a 06 anos	07 a 14 anos	15 a 17 anos	18 a 29 anos	30 a 59 anos	Acima de 60 anos
LESTE	12,7%	16,3%	5,2%	17,0%	35,3%	13,5%
NOROESTE	17,6%	19,1%	6,7%	18,6%	30,9%	7,2%
NORTE	14,9%	18,3%	6,1%	18,0%	32,7%	10,0%
SUDOESTE	16,2%	17,4%	6,2%	18,3%	31,6%	10,2%
SUL	17,2%	18,9%	6,3%	18,2%	30,8%	8,7%
Total	16,3%	18,3%	6,2%	18,2%	31,7%	9,4%

No que diz respeito à escolaridade, entre as pessoas cadastradas e que já concluíram o ensino formal ou não estudam mais atualmente, identificamos que 44,5% terminaram o ensino médio e 31% concluíram o ensino fundamental. Temos 22% que estudaram apenas até a 4ª série do ensino fundamental e apenas 2,5% que cursaram o ensino superior (Tabela 24).

Tabela 24 - Escolaridade por região.

ESCOLARIDADE - Por Região	LESTE	NOROESTE	NORTE	SUDOESTE	SUL	% Total	% Total Preenchido
Alfabetização para Adultos	8,3%	21,4%	16,7%	17,9%	35,7%	0,0%	0,1%
Classe de Alfabetização - CA	10,3%	17,9%	15,4%	26,9%	29,5%	0,0%	0,1%
Creche	1,5%	42,3%	19,2%	12,8%	24,2%	0,1%	0,2%
Pré- escola (exceto CA)	16,7%	33,3%	8,3%	8,3%	33,3%	0,0%	0,0%
Ensino Fundamental (duração 9 anos)	7,0%	9,0%	14,9%	52,1%	17,0%	0,8%	1,6%
Ensino Fundamental 1ª a 4ª series, Elementar (Primário), Primeira fase do 1º grau	10,9%	21,1%	15,2%	25,2%	27,5%	11,7%	22,0%
Ensino Fundamental 5ª a 8ª series, Médio 1º ciclo (Ginásial), Segunda fase do 1º grau	10,2%	23,4%	14,7%	23,5%	28,2%	15,5%	29,1%
Ensino Fundamental EJA- séries finais (Supletivo 5ª a 8ª)	7,9%	17,8%	13,7%	28,0%	32,7%	0,2%	0,3%
Ensino Fundamental EJA séries iniciais (Supletivo 1ª a 4ª)	3,9%	14,7%	11,3%	47,5%	22,5%	0,1%	0,2%
Ensino Fundamental Especial	25,2%	23,0%	21,5%	18,5%	11,9%	0,1%	0,1%
Ensino Médio EJA (Supletivo)	5,4%	33,2%	18,9%	14,9%	27,7%	0,4%	0,8%
Ensino Médio Especial	24,6%	9,8%	41,7%	13,1%	10,9%	0,2%	0,4%
Ensino Médio, 2º grau, Médio 2º ciclo (Científico, Clássico, Técnico, Normal)	9,2%	23,5%	14,2%	27,4%	25,6%	22,7%	42,6%
Superior, Aperfeiçoamento, Especialização, Mestrado, Doutorado	19,4%	13,3%	18,5%	21,6%	27,2%	1,3%	2,5%
Nenhum	4,5%	25,0%	13,6%	25,0%	31,8%	0,0%	0,0%
Não Preenchido	7,9%	23,9%	14,6%	25,4%	28,2%	46,7%	0
Total	9,1%	23,2%	14,7%	25,7%	27,4%	100,0%	100%

As mulheres correspondem a 57,8% do total das pessoas cadastradas, sendo que apenas na região Leste essa diferença na proporção de homens e mulheres é um pouco menor, sendo 54,8% de mulheres e 45,2% de homens cadastrados.

No que diz respeito à identificação de pessoas com deficiência nas famílias, temos mais de 9.900 pessoas cadastradas, o que representa um total de 4,6% dos cadastros. A maior concentração está na região Sul, com 2.733 pessoas com algum tipo de deficiência e o menor número está na região Leste, correspondendo a 1.210 pessoas.

O número de pessoas com deficiência declaradas no CadÚnico é superior ao número de beneficiários do Benefício de Prestação Continuada – BPC, no município, que é de 7.453 beneficiários (Tabela 25).

Tabela 25 - Pessoas com Deficiência na Família

Região	Sim	Não
LESTE	6,1%	93,9%
NOROESTE	4,0%	96,0%
NORTE	4,4%	95,6%
SUDOESTE	4,7%	95,3%
SUL	4,6%	95,4%
Total	4,6%	95,4%

Programas de Transferência de Renda

▪ Ação Jovem e Renda Cidadã

Os Programas do Governo do Estado de São Paulo - Ação Jovem e Renda Cidadã - têm como objetivo atender jovens de 15 a 24 anos de idade, e famílias com renda mensal familiar per capita de até meio salário mínimo nacional, prioritariamente até ¼ do salário mínimo, oferecendo transferência direta de renda, no valor de R\$ 80,00 (oitenta reais) mensais, por um período de até 36 meses.

O Programa Renda Cidadã tem como objetivos específicos:

- I - promover a auto-sustentação e a melhoria na qualidade de vida da família beneficiária do programa;
- II - possibilitar o acesso à rede de serviços públicos existentes, em especial, aos de saúde, educação e assistência social;
- III - promover a intersetorialidade e complementaridade das ações sociais do Poder Público.

Em agosto de 2015 foi publicada Resolução da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social, que estabeleceu o Cadastro Único como a referência para seleção de beneficiários dos programas desenvolvidos pela SEDS.

Os programas estaduais Ação Jovem e Renda Cidadã atenderam uma média mensal de xx famílias em Campinas, no ano de 2017.

▪ Programa Bolsa Família

O Programa Bolsa Família, do Governo Federal, é um programa de transferência de renda, criado através da Lei Federal nº 10.836, de 09 de janeiro de 2004, com o objetivo contribuir para o combate à pobreza e à desigualdade no Brasil.

O Programa atende às famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, ou seja, aquelas com renda mensal per capita de até R\$ 89,00 (oitenta e nove reais) ou, famílias com renda mensal por pessoa de até R\$ 178,00 (cento e setenta e oito reais), que tenham crianças ou adolescentes até 17 anos.

Para ter acesso ao programa as famílias precisam estar inscritas no CadÚnico, apresentando os documentos necessários para o cadastramento. A inscrição não garante a entrada imediata no PBF. As famílias são selecionadas por meio de um sistema informatizado, levando em conta as informações declaradas no Cadastro e as regras estabelecidas nos critérios do Programa.

O Bolsa Família está estruturado em três eixos, sendo: complementação de renda, acesso a direitos e articulação com outras ações (políticas sociais).

As famílias beneficiárias assumem compromissos, as condicionalidades, que têm como objetivo reforçar o acesso à educação, à saúde e à assistência social, garantindo a frequência escolar das crianças e adolescentes e o acompanhamento de saúde das crianças de 0 a 6 anos e mulheres, com acompanhamento pré-natal.

O Programa Bolsa Família, no mês de agosto de 2018, beneficiou 34.647 famílias no município, sendo o valor médio mensal do benefício de R\$ 170,74 (cento e setenta reais e setenta e quatro centavos).

O número de famílias beneficiárias corresponde a 8,68% da população do município e o valor do repasse anual em 2017 foi de mais de 66 milhões de reais.

Dentre a composição dos benefícios do Programa Bolsa Família, destacamos o Benefício de Superação da Pobreza – BSP, que é destinado àquelas famílias que, mesmo considerando o valor recebido pelo PBF não alcançam o patamar de R\$ 85,00 por pessoa. Em Campinas, são 16.457 famílias recebendo o BSP, ou seja, em situação de extrema pobreza, apesar dos repasses dos programas de transferência de renda.

A maior parte dessas famílias está na região Noroeste, que responde por 27,4% das famílias que recebem o Benefício de Superação da Pobreza (Figura 8).

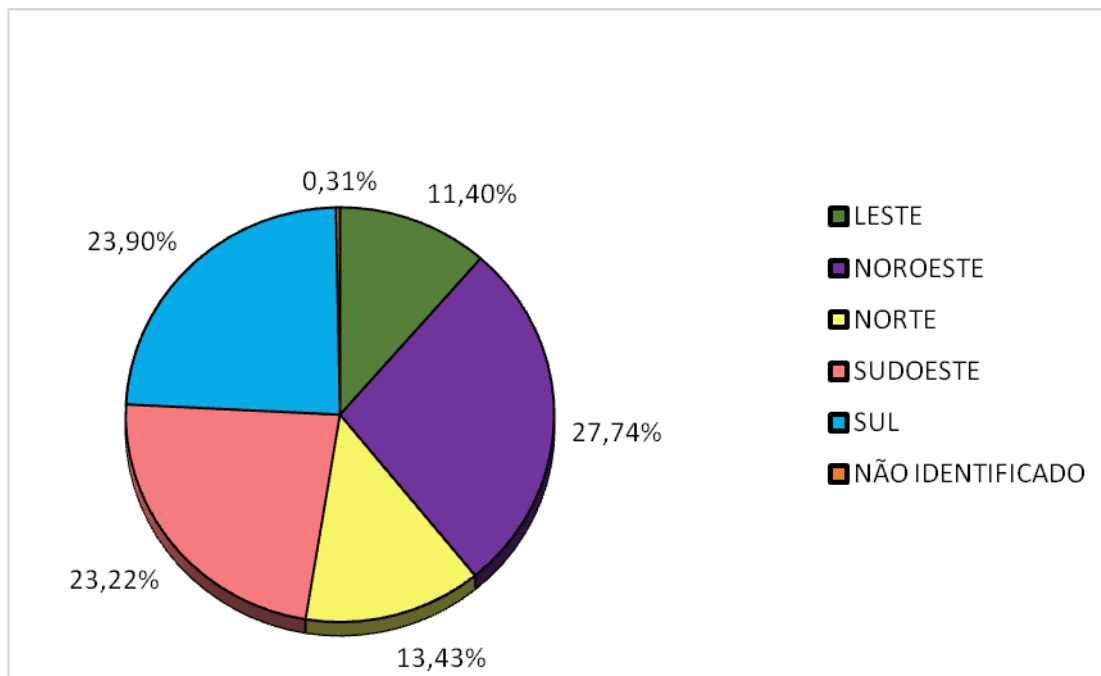


Figura 8 - Porcentagem de famílias que recebem o benefício de superação de pobreza do PBF em Campinas por região

Com relação ao número de famílias incluídas no Programa Bolsa Família, em 2016 foram 11.614, correspondendo a 85% dos cadastros novos incluídos no Cadastro Único. Em 2017, foram 10.468 famílias, representando 69% das inclusões no CadÚnico.

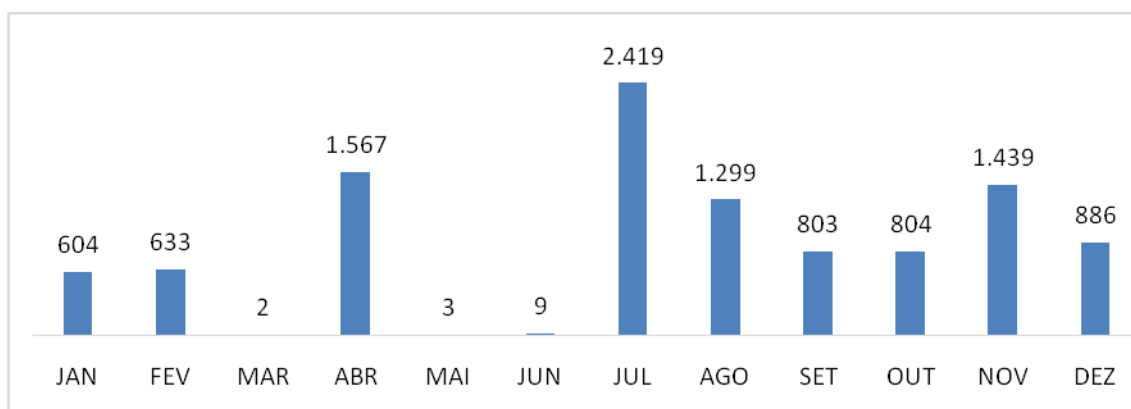


Figura 9 - Famílias novas no PBF - 2017

O número de famílias novas incluídas oscila mensalmente, sendo de responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Social – MDS, a seleção e inclusão das famílias beneficiárias. Com a ação denominada de

“fila zero”, as famílias inscritas no Cadastro Único e que, após a validação das informações cadastrais e cruzamento com outras bases de dados federais, não apresentaram divergências nas informações declaradas e estão dentro dos critérios de renda estabelecidos pelo Programa, são incluídas imediatamente.

Nas regiões Sudoeste, Noroeste e Sul, mais da metade das famílias atendidas está em território de CRAS, conforme o gráfico abaixo. Nas regiões Leste e Norte, a maior parte das famílias beneficiárias pelo Programa mora em territórios que não têm cobertura de CRAS, ou seja, o seu atendimento é realizado por meio dos Distritos de Assistência Social – DAS e outros serviços da rede socioassistencial local (Figura 10).

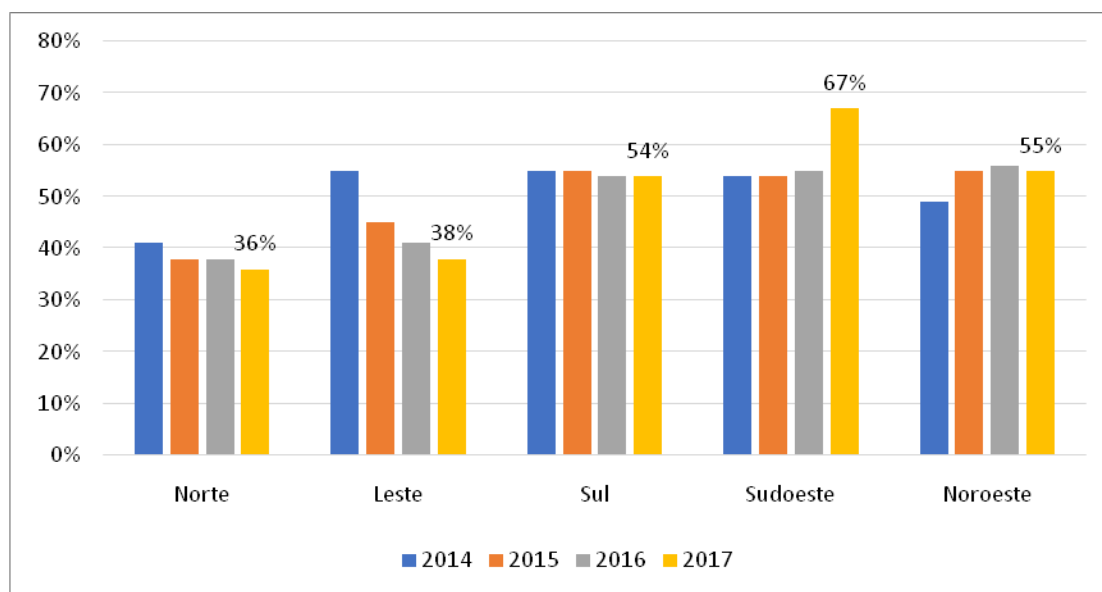


Figura 10 - % Famílias em Território de CRAS

▪ **Benefício de Prestação Continuada – BPC**

O Benefício de Prestação Continuada (BPC), instituído pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), é a garantia de um salário mínimo mensal à pessoa com deficiência e ao idoso com 65 anos ou mais que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção, nem de tê-la provida por sua família.

A renda mensal por pessoa da família deve ser inferior a 1/4 do salário-mínimo nacional vigente e o BPC não pode ser acumulado com outro benefício no âmbito da Seguridade Social, exceto com benefícios da assistência médica, pensões especiais de natureza indenizatória e remuneração advinda de contrato de aprendizagem.

Com a publicação do Decreto Federal nº 8.805, de 2016, a inscrição do beneficiário e de sua família no CadÚnico passou a ser critério obrigatório para o requerimento e a concessão do benefício.

Em Campinas, temos 16.337 pessoas que receberam o Benefício de Prestação Continuada – BPC, em junho de 2018, sendo que desse total, 8015 são idosos e 8.322 pessoas com deficiência.

O número de beneficiários por região pode ser verificado no quadro de Evolução do BPC nos últimos 04 anos (Tabela 26).

Tabela 26 - EVOLUÇÃO BPC 2014-2015-2016-2017

EVOLUÇÃO BPC 2014-2015-2016-2017					
REGIÃO	DAS/CRAS	2014	2015	2016	2017
LESTE	Pessoa com Deficiência	693	802	842	874
	Idoso	1042	1118	1166	1212
	Total geral	1.735	1.920	2.008	2.086
NOROESTE	Pessoa com Deficiência	933	1.013	1.037	1.346
	Idoso	856	928	959	1.129
	Total geral	1789	1941	1996	2475
NORTE	Pessoa com Deficiência	908	950	912	1.080
	Idoso	1.107	1.090	1.041	1228
	Total geral	2.015	2.040	1.953	2.308
SUDOESTE	Pessoa com Deficiência	1.650	1.819	1.823	1.910
	Idoso	1.717	1.968	1.972	2082
	Total geral	3.367	3.787	3.795	3.992
SUL	Pessoa com Deficiência	1.926	1.635	1.695	1.891
	Idoso	1.430	1.937	1.976	2.109
	Total geral	3.356	3.572	3.671	4.000
Total	Total geral BPC Pessoa com Deficiência	6.482	6.632	6.710	7.101
Total	Total geral BPC Idoso	6.495	7.391	7.444	7.760
Total geral (BPC Pessoa com Deficiência + BPC Idoso)		12.977	14.023	14.154	14.861

O maior número de beneficiários está nas regiões Sul e Sudoeste (27% cada), seguida da Noroeste (17%).

Quando consideramos a distribuição das pessoas beneficiárias do BPC verificando a cobertura dos CRAS, constatamos que do total de beneficiários do BPC no município, 41% estão em territórios de CRAS.

Se observarmos a porcentagem do BPC para as pessoas idosas, na região Sudoeste temos 57% dos beneficiários em bairros atendidos pelos CRAS, enquanto que na região Norte, essa proporção é de apenas 20% (Tabela 27).

Tabela 27 - EVOLUÇÃO BPC IDOSO 2014-2015-2016-2017

EVOLUÇÃO BPC IDOSO 2014-2015-2016-2017					
REGIÃO	DAS/CRAS	2014	2015	2016	2017
LESTE		1.042	1.118	1.166	1.212
	DAS LESTE	689	804	852	877
	CRAS FLAMBOYANT	199	151	152	159
	CRAS RECANTO ANHUMAS	154	163	156	176
NOROESTE		856	928	959	1.129
	DAS NOROESTE	528	548	556	639
	CRAS FLORENCE		107	108	143
	CRAS SAO LUIS	63	60	62	91
	CRAS SATELITE IRIS	265	213	233	256
NORTE		1.107	1.090	1.041	1228
	DAS NORTE	849	889	840	987
	CRAS ESPACO ESPERANCA	147	145	142	164
	CRAS VILA REGGIO	111	56	59	77
SUDOESTE		1.717	1.968	1.972	2082
	DAS SUDOESTE	569	1.148	1.112	897
	CRAS CAMPOS ELISEOS	582	568	574	615
	CRAS NELSON MANDELA	487	178	215	313
	CRAS NOVO TEMPO	79	74	71	257
SUL		1.430	1.937	1.976	2.109
	DAS SUL	1.013	1.480	1.473	1.522
	CRAS BANDEIRAS	171	184	215	261
	CRAS CAMPO BELO	246	273	288	326
Não Identificado		331	339	321	
Sem Preenchimento		12	11	9	
	Total geral	6.495	7.391	7.444	7.760

Em relação ao BPC para pessoas com deficiência, a porcentagem dos residentes em territórios de abrangência dos CRAS é maior, destacando-se a região Sudoeste, com 62% do total de beneficiários com cobertura de CRAS, seguido da região Noroeste, com 53%. Nas regiões Sul, Leste e Norte, a porcentagem de beneficiários em território de CRAS é menor do que 40% (Tabela 28).

Tabela 28 - EVOLUÇÃO BPC PCD 2014-2015-2016-2017

EVOLUÇÃO BPC PCD 2014-2015-2016-2017					
REGIÃO	DAS/CRAS	2014	2015	2016	2017
LESTE		693	802	842	874
	DAS LESTE	416	517	563	557
	CRAS FLAMBOYANT	176	172	167	185
	CRAS RECANTO ANHUMAS	101	113	112	132
NOROESTE		933	1.013	1.037	1.346
	DAS NOROESTE	450	467	486	627
	CRAS FLORENCE		157	156	246
	CRAS SAO LUIS	114	93	82	135
	CRAS SATELITE IRIS	369	296	313	338
NORTE		908	950	912	1.080
	DAS NORTE	608	626	577	705
	CRAS ESPACO ESPERANCA	227	256	261	261
	CRAS VILA REGGIO	73	68	74	114
SUDOESTE		1.650	1.819	1.823	1.910
	DAS SUDOESTE	546	1.063	1.007	733
	CRAS CAMPOS ELISEOS	504	469	463	540
	CRAS NELSON MANDELA	512	203	266	348
	CRAS NOVO TEMPO	88	84	87	289
SUL		1.926	1.635	1.695	1.891
	DAS SUL	1.417	1.048	1.085	1.152
	CRAS BANDEIRAS	202	224	236	299
	CRAS CAMPO BELO	307	363	374	440
Não Identificado		319	355	348	
Sem Preenchimento		53	58	53	
	Total geral	6.482	6.632	6.710	7.101

SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL

▪ *PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA (PSB)*

A Proteção Social Básica (PSB) opera garantindo as seguranças de convívio, acolhida e sobrevivência, com o objetivo de ampliar a capacidade da função protetiva das famílias, prevenir a presença e o agravo das vulnerabilidades relacionais e riscos sociais, por meio do desenvolvimento de potencialidades, aquisições e do fortalecimento de vínculos familiares e sociais.

A Proteção Social Básica no Município de Campinas se organiza pelas unidades de referências composta pelos Distritos de Assistência Social – DAS e Centros de Referência de Assistência Social – CRAS.

Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e Distrito de Assistência Social (DAS)

Os CRAS se caracterizam pela coordenação da oferta de serviços de proteção social básica em seu território de abrangência, referenciando e articulando a rede de serviços e desenvolvem o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF, que consiste no trabalho social com famílias, de caráter continuado, preventivo, protetivo e proativo, com a finalidade de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura de vínculos, promover o acesso e o usufruto de direitos, de modo a contribuir na melhoria da qualidade de vida e fortalecer os vínculos familiares e comunitários.

Os DAS se constituem em uma estrutura descentralizada da política de assistência social do município, com função técnica, operacional, administrativa e de gestão, responsável por gerenciar e executar os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais da Proteção Social Básica do SUAS nas cinco macrorregiões do município, a saber: Norte, Sul, Leste, Sudoeste e Noroeste. Ou seja, os DAS realizam a gestão local da macrorregião e ofertam atendimento à população que se encontra fora da área de abrangência dos territórios de CRAS.

Em Campinas, no ano de 2018, existem cinco Distritos de Assistência Social, sendo um para cada região administrativa, quais sejam: Norte, Sul, Leste, Noroeste e Sudoeste. Vinculados a estes Distritos estão os 12 CRAS, conforme especificados no Anexo I – Áreas de Abrangências dos CRAS de Campinas (2018).

Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)

Os Serviços De Convivência e Fortalecimento de Vínculos têm a finalidade de ofertar a proteção de convívio, para prevenir a ocorrência de situações de risco pessoal e social, sendo realizado por meio de grupos e organizado a partir de percursos, de modo a garantir aquisições progressivas aos seus usuários, bem como trabalhar as vulnerabilidades relacionais. A SMASDH conta com as seguintes modalidades de serviços de convivência: Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos de 06 a 14 anos e Centros Inclusivos e Intergeracionais para faixas etárias a partir de 06 anos.

As tabelas 29 a 31 demonstram o número de unidades executoras e metas de atendimento por região.

Tabela 29 - SCFV - 6 a 14 anos.

Região	Unidades Executoras	Metas de atendimento
Leste	11	1620
Noroeste	8	1860
Norte	17	2310
Sul	15	1790
Sudoeste	7	1350
Total	58	8930

Tabela 30 - Centro de Convivência Inclusivos e Intergeneracionais.

Região	Unidades Executoras	Metas de atendimento
Leste	7	1080
Noroeste	9	2580
Norte	14	1740
Sul	8	1200
Sudoeste	4	660
Total	42	7260

Tabela 31 - SCFV em unidades itinerantes.

Região	Unidades Executoras	Metas de atendimento
Sul	1	45
Sudoeste	1	45
Total	2	90

A relação nominal das Organizações da Sociedade Civil que executam os Serviços, por meio de Termo de Colaboração com a SMASDH, encontra-se no Anexo III do Plano.

▪ **PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL (PSE)**

A proteção social especial destina-se a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e, ou, psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras situações de violação de direitos. Na proteção social especial, há dois níveis de complexidade: média e alta.

Proteção Social Especial de Média Complexidade (PSEMC)

Oferta serviços voltados a indivíduos e famílias que estão em situação de risco social ou tiveram seus direitos violados, mas cujos vínculos familiares e comunitários não foram rompidos.

Organiza-se pela oferta de proteção social prestada diretamente pelo poder público e indiretamente prestada pelas Organizações da Sociedade Civil (OSC), a saber:

Poder Público

- 02 Centros POP
- 04 Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS)
- Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)

Organizações da Sociedade Civil:

- Serviço Especializado de Proteção Social a Famílias (SESF);
- Serviço de Abordagem Social de Crianças e Adolescentes;
- Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto de Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviços à Comunidade (PSC);

- Centro Dia de Referência da Pessoa com Deficiência;
- Serviço de Atendimento Especializado à Pessoa com Deficiência, Idosos e Suas Famílias – no domicílio do usuário.
- Serviço de Abordagem Social de Adultos;
- Casa da Cidadania;

Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centros Pop)

Os Centros de Referência Especializados para População em Situação de Rua (Centros POP) se constituem em unidades de referência da Proteção Social Especial de Média Complexidade, de caráter público estatal, com papel importante no alcance dos objetivos da Política Nacional para a População em Situação de Rua. As ações desenvolvidas pelo Centro POP e pelo Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua devem integrar-se às demais ações da política de assistência social, dos órgãos de defesa de direitos e das demais políticas públicas - saúde, educação, previdência social, trabalho e renda, moradia, cultura, esporte, lazer e segurança alimentar e nutricional - de modo a compor um conjunto de ações públicas de promoção de direitos, que possam conduzir a impactos mais efetivos no fortalecimento da autonomia e potencialidades dessa população, visando à construção de novas trajetórias de vida.

Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS)

Os CREAS se constituem em unidades públicas de abrangência municipal, destinada à prestação de serviços a indivíduos e famílias que se encontram em situação de risco pessoal ou social, por violação de direitos ou contingência, que demandam intervenções especializadas da proteção social especial. Oferta o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) e possui interface com as demais políticas públicas e articula, coordena e oferta os serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social.

Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI

Trata-se de serviço de apoio, orientação e acompanhamento a famílias com um ou mais de seus membros em situação de ameaça ou violação de direitos. Compreende atenções e orientações direcionadas para a promoção de direitos, a preservação e o fortalecimento de vínculos familiares, comunitários e sociais e para o fortalecimento da função protetiva das famílias diante do conjunto de condições que as vulnerabilizam e/ou as submetem a situações de risco pessoal e social. O atendimento fundamenta-se no respeito à heterogeneidade, potencialidades, valores, crenças e identidades das famílias. O serviço articula-se com as atividades e atenções prestadas às famílias nos demais serviços socioassistenciais, nas diversas políticas públicas e com os demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos. Deve garantir atendimento e providências necessárias para a inclusão da família e seus membros em serviços socioassistenciais e/ou em programas de transferência de renda, de forma a qualificar a intervenção e restaurar o direito.

Além do PAEFI, vinculam-se aos CREAS os seguintes serviços:

Serviço Especializado de Proteção Social a Famílias (SESF)

Serviço complementar que oferece um conjunto de procedimentos técnicos especializados por meio de atendimento social; psicossocial na perspectiva da interdisciplinaridade, articulação intersetorial e em rede, de caráter continuado, com centralidade na família para atendimento às crianças, adolescentes, adultos, idosos e vítimas de violência doméstica - violência física, psicológica e negligência, abuso e/ou exploração sexual, abandono, exploração financeira, trabalho infantil com existência de outras violações de direitos, bem como aos seus familiares e, quando possível, ao agressor, proporcionando-lhes condições para o fortalecimento da autoestima, superação da situação de violação de direitos ou restauração do direito violado. Mantém relação direta com a equipe técnica destes Centros que deverão operar a referência e a contrarreferência com a rede de serviços socioassistenciais da proteção social básica e especial e com o Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, Conselhos Tutelares, outras Organizações de Defesa de Direitos e demais políticas públicas, no intuito de estruturar uma rede efetiva de proteção social.

Serviço de Abordagem Social de Crianças e Adolescentes

O serviço tem por finalidade assegurar trabalho social de busca ativa e abordagem nas ruas, identificando a incidência de trabalho infantil, violência, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes. A partir do diagnóstico territorial é possível desenvolver estratégias de aproximação e ações proativas na busca de estabelecer vínculos entre orientador/pessoa abordada, objetivando desencadear o processo de saída das ruas, promover o retorno familiar e comunitário, garantir o acesso à rede de serviços socioassistenciais e às demais políticas públicas.

Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto de Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviços à Comunidade (PSC)

O serviço de medidas socioeducativas oferta escuta qualificada, reflexão individual e coletiva sobre o contexto da família de forma a assegurar o acesso às ofertas socioassistenciais, bem como o acesso dos adolescentes e familiares aos direitos. Em 2012, a Lei Federal 12.594 instituiu e regulamentou o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE, que prevê o desenvolvimento da Política de Atendimento Socioeducativo para os próximos dez anos, envolvendo a elaboração de Planos Municipais de Atendimento Socioeducativo e normativas definindo as orientações necessárias ao melhor atendimento dos adolescentes e seus familiares.

Centro Dia de Referência da Pessoa com Deficiência

Serviço de atendimento especializado nas situações de vulnerabilidades, risco pessoal e social por violação de direitos às pessoas com deficiência em situação de dependência e suas famílias, por meio da oferta de um conjunto de ações que contribuam para ampliar as aquisições dos usuários, na perspectiva da garantia das seguranças sociais previstas na Política Nacional de Assistência Social – PNAS.

O Centro-Dia de Referência é um equipamento social destinado à atenção diurna de pessoas com deficiência em situação de dependência em que uma equipe multidisciplinar presta serviço de proteção social especial e de cuidados pessoais, fortalecimento de vínculos, autonomia e inclusão social, por meio de ações de acolhida; escuta, informação e orientação; elaboração de um Plano Individual e/ou Familiar de Atendimento, orientação e apoio nos autocuidados; apoio ao desenvolvimento do convívio familiar, grupal e social; identificação e fortalecimento de redes comunitárias de apoio; identificação e acesso a tecnologias assistivas e/ou ajudas técnicas de autonomia no serviço, no domicílio, e na comunidade; apoio e orientação aos cuidadores familiares com vistas a favorecer a autonomia da dupla pessoa cuidada e cuidador familiar. Configura-se, portanto, em uma alternativa coletiva de cuidados pessoais formais e pública, complementar aos cuidados ofertados pelas famílias.

Serviço de Atendimento Especializado à Pessoa com Deficiência, Idosos e Suas Famílias – no domicílio do usuário.

O Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias – no domicílio do usuário tem por objetivo promover a autonomia e a melhoria da qualidade de vida de pessoas idosas e PCD, seus cuidadores e suas famílias. Desenvolve ações especializadas para a superação das situações violadoras de direitos que contribuem para a intensificação da dependência; previne o abrigo e a segregação dos usuários, assegurando o direito à convivência familiar e comunitária, promove acesso a benefícios, programas de transferência de renda e outros serviços socioassistenciais, das demais políticas públicas setoriais e do Sistema de Garantia de Direitos. Além disso, promove também o apoio às famílias na tarefa de cuidar, diminuindo a sua sobrecarga de trabalho e utilizando meios que visem à autonomia dos envolvidos e não somente cuidados de manutenção, acompanha o deslocamento, viabiliza o desenvolvimento do usuário e o acesso a serviços básicos, tais como: bancos, mercados, farmácias, passeios, dentre outros, conforme a necessidade. Previne ainda, situações de sobrecarga e desgaste de vínculos provenientes da relação de prestação de cuidados permanentes e prolongados.

Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)

O PETI é um Programa de caráter intersetorial, integrante da Política Nacional de Assistência Social, que compreende: transferência de renda; trabalho social com famílias e oferta de serviços socioeducativos para crianças e adolescentes que se encontram em situação de trabalho.

É considerado trabalho infantil as diversas atividades econômicas e/ou atividades de sobrevivência realizadas por crianças ou adolescentes em idade inferior a 16 anos, exceto na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos, sejam ou não remuneradas.

As ações estratégicas do PETI são desenvolvidas pela rede socioassistencial do SUAS, articulada às demais políticas públicas, em caráter intersetorial, estruturadas em cinco eixos, a saber:

- ✓ Informação e mobilização nos territórios a partir das incidências de trabalho infantil, visando propiciar o desenvolvimento de ações de prevenção e erradicação;
- ✓ Identificação de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil;
- ✓ Proteção social para crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil e suas famílias;
- ✓ Apoio e acompanhamento das ações de defesa e responsabilização;
- ✓ Monitoramento das ações.

A política de assistência social atua como ponto focal da rede intersetorial de prevenção e de erradicação do trabalho infantil.

Serviço de Abordagem Social de Adultos

Este serviço tem por finalidade abordagem social de pessoas acima de 18 anos (adultos e idosos) em situação de rua nas cinco regiões administrativas de Campinas, além de assegurar o trabalho social e a busca ativa, a partir do diagnóstico socioterritorial (mapeamento), de solicitações de munícipes e 156. Desenvolve estratégias de aproximação, atendimento e acompanhamentos das pessoas em situação de rua considerando as suas singularidades, produzindo junto com os sujeitos, ações protetivas garantindo o acesso à rede de serviços socioassistenciais e às demais políticas públicas, acesso aos direitos, construção de processos de saídas das ruas, bem como promoção do retorno familiar e comunitário.

Casa da Cidadania

É um espaço destinado a acolher grupos de voluntários das mais diversas religiões que desejam ou já distribuem roupas, alimentos e afeto para as pessoas em situação de rua. Este estabelecimento tem como função principal proporcionar os mínimos sociais, referentes à alimentação, a higienização e convivência comunitária.

A organização dos serviços vinculados à Proteção Social Especial de Média Complexidade por região administrativa da Assistência Social está no Anexo II.

Proteção Social Especial de Alta Complexidade (PSEAC)

São aqueles serviços que garantem proteção integral – moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido para famílias e indivíduos que se encontram sem referência e, ou, em situação de ameaça, necessitando ser retirados de seu núcleo familiar e, ou, comunitário.

Para Crianças e Adolescentes:

- Serviços de Acolhimento Institucional:

Os Serviços de Acolhimento Institucional para crianças e adolescentes têm por objetivo reduzir a ocorrência de risco, seu agravamento ou sua reincidência, buscar restabelecer vínculos familiares e comunitários, salvo determinação judicial em contrário, possibilitar a convivência comunitária, promover acesso à rede socioassistencial e às demais políticas públicas, favorecer o surgimento e desenvolvimento de aptidões e capacidades e contribuir se for o caso, para a colocação em família substituta. São ofertados nas modalidades de:

- ✓ Abrigo
- ✓ Casa- Lar;
- ✓ Acolhimento Familiar;
- ✓ Casa de Passagem;
- ✓ República;
- ✓ Abrigo para mulheres vítimas de violência de gênero

Para Adulto e Idoso:

Os serviços de acolhimento para adultos e idosos são prestados em diferentes tipos de equipamentos, destinado a famílias e/ou indivíduos com vínculos familiares rompidos ou fragilizados, a fim de garantir proteção integral. A organização do serviço deverá garantir privacidade, o respeito aos costumes, às tradições e à diversidade de: ciclos de vida, arranjos familiares, raça/etnia, religião, gênero e orientação sexual. Podem ser ofertados em unidades de Acolhimento Institucional e Casas de Passagem.

Serviços de Acolhimento Institucional para Idosos

Serviço destinado para acolhimento para pessoas idosas com 60 anos ou mais, de ambos os sexos, com diferentes necessidades e graus de dependência, que não dispõem de condições para permanecer na família, ou para aqueles que se encontram com vínculos familiares fragilizados ou rompidos, em situações de negligência familiar ou institucional, sofrendo abusos, maus tratos e outras formas de violência, ou com a perda da capacidade de auto cuidado. Deve funcionar em unidade inserida na comunidade, com características residenciais e estrutura física adequada, visando o desenvolvimento de relações mais próximas do ambiente familiar e a interação social com pessoas da comunidade. As edificações devem ser organizadas de forma a atender aos requisitos previstos na regulamentação pertinente. Idosos com vínculo de parentesco ou afinidade – casais, irmãos, parentes, amigos – devem ser atendidos na mesma unidade, podendo ser incluídos aqueles com deficiência, de modo a prevenir práticas segregacionistas e o isolamento desse segmento.

Serviço de Atendimento ao Migrante, Itinerante e Mendicante – SAMIM

Serviço de acolhimento provisório para pernoite com estrutura para o acolhimento com privacidade às pessoas adultas em situação de rua a partir dos 18 anos, ou grupo familiar com ou sem crianças, respeitando o perfil do usuário. Tem como objetivo acolher e garantir proteção integral às pessoas em situação de rua, garantindo a oferta de suas necessidades básicas, tais como alimentação, higiene, alimentação e alojamento.

Residências Inclusivas

Serviços de acolhimento Institucionais destinados a jovens a partir dos 18 anos de idade e adultos com deficiência, em situação de dependência, prioritariamente beneficiários do Benefício de Prestação Continuada – BPC, propiciando a construção progressiva da autonomia e do protagonismo no desenvolvimento das atividades de vida cotidiana, a inserção comunitária, participação social, e o fortalecimento dos vínculos familiares com vistas à reintegração e/ou convivência.

Parcerias com Organizações da Sociedade Civil

No que diz respeito à rede socioassistencial conveniada com o poder público, a Figura 11 e a Figura 12 apresentam dados referentes às parcerias firmadas para o ano de 2018. A análise destas figuras aponta para uma maior disponibilidade de OSC's, unidades de atendimento e tipos de serviço nas regiões Leste, Norte e Sul. As regiões Noroeste e Sudoeste apresentam disponibilidade menor.

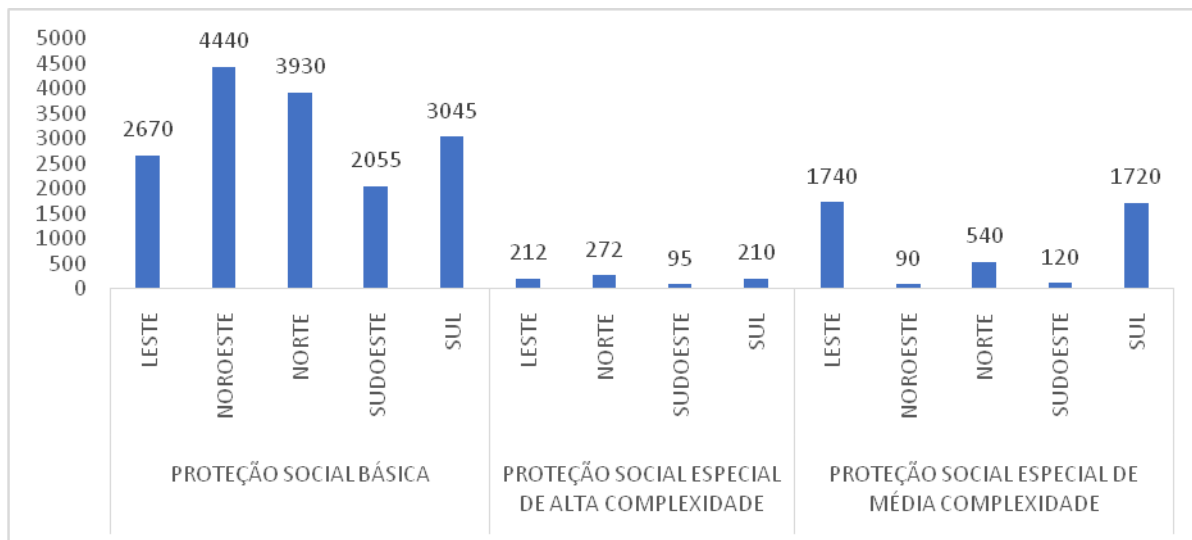


Figura 11 - Número de metas por proteção, por região.

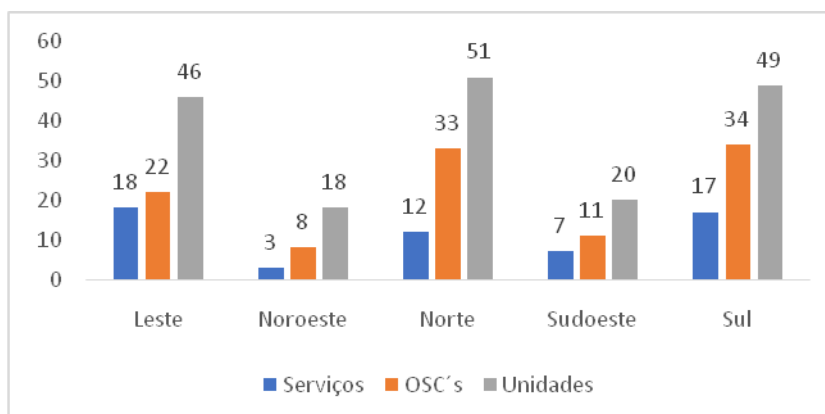


Figura 12 - Número de serviços, OSC's e Unidades por região.

A Figura 13 traz o total de unidades que compõem o SUAS em Campinas, organizadas por proteção.

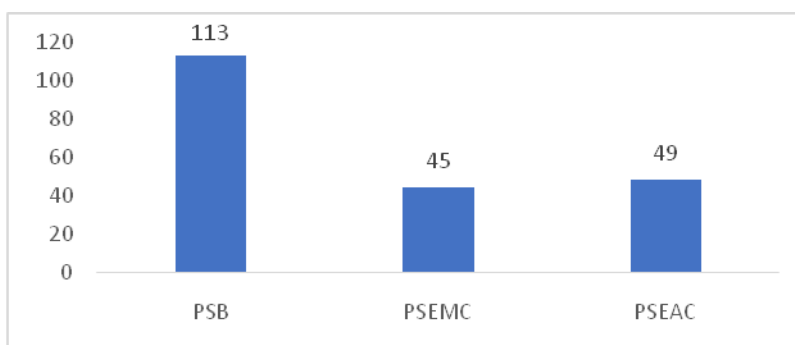


Figura 13 - Número de unidades da assistência social, por proteção.

A relação nominal das OSC's, especificando endereço das Unidades Executoras, por Serviço e Proteção, bem como o número de metas, encontra-se no Anexo III do Plano.

Recursos Humanos

As Figura 14, 15 e 16, foram obtidas utilizando-se os dados do Censo SUAS 2014 e 2017. Em termos de formação há predominância de funcionários estatutários, de ensino médio e superior. Dentro deste último grupo, predominam os assistentes sociais e psicólogos. A Figura 16 indica uma redução do número de funcionários entre 2014 e 2017, apontando para a necessidade de reposição. Todos estes dados dizem respeito ao poder público.

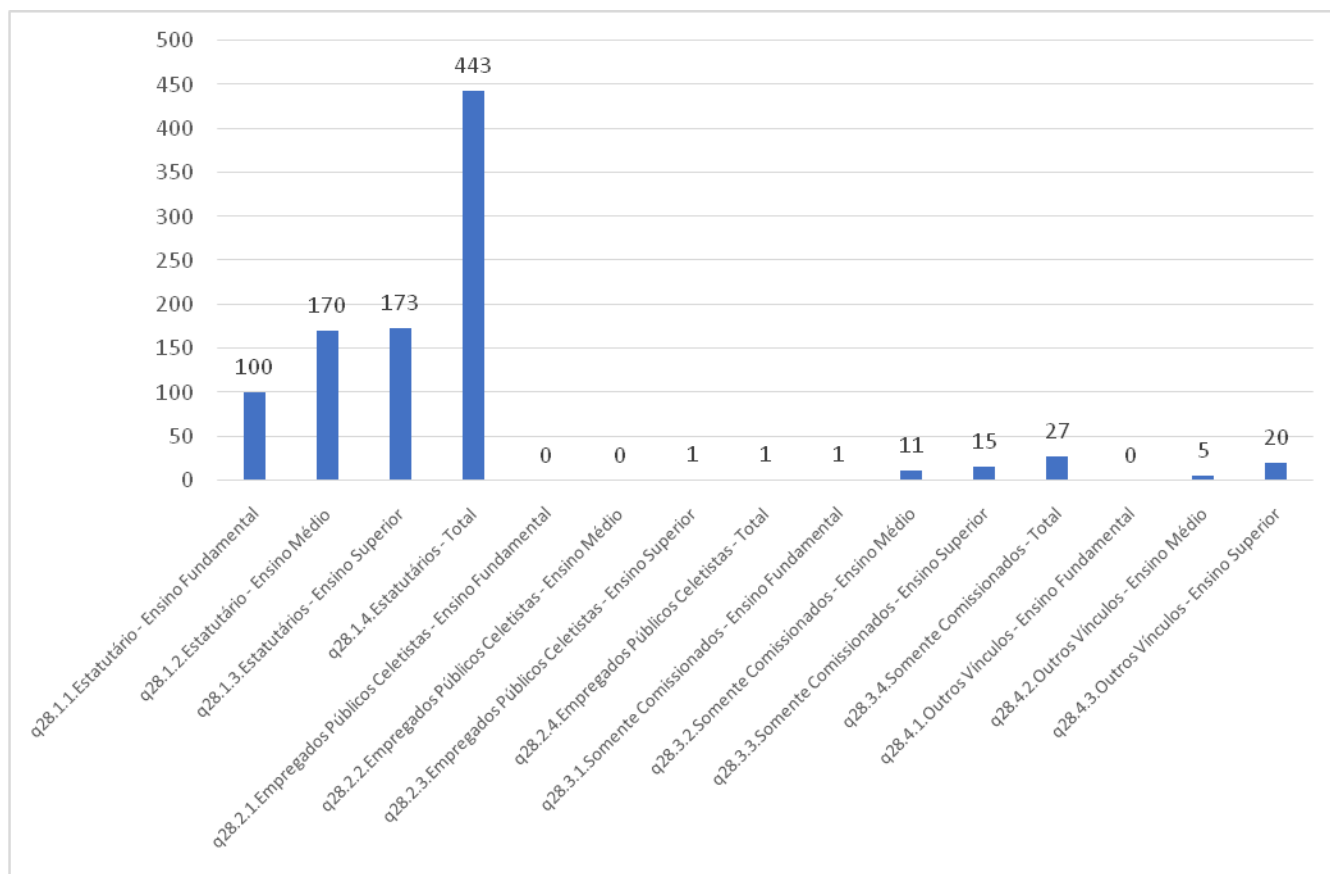


Figura 14 - RH total da secretaria de assistência social, por vínculo (poder público). Fonte: Censo SUAS 2017 – Dados de Gestão Municipal.

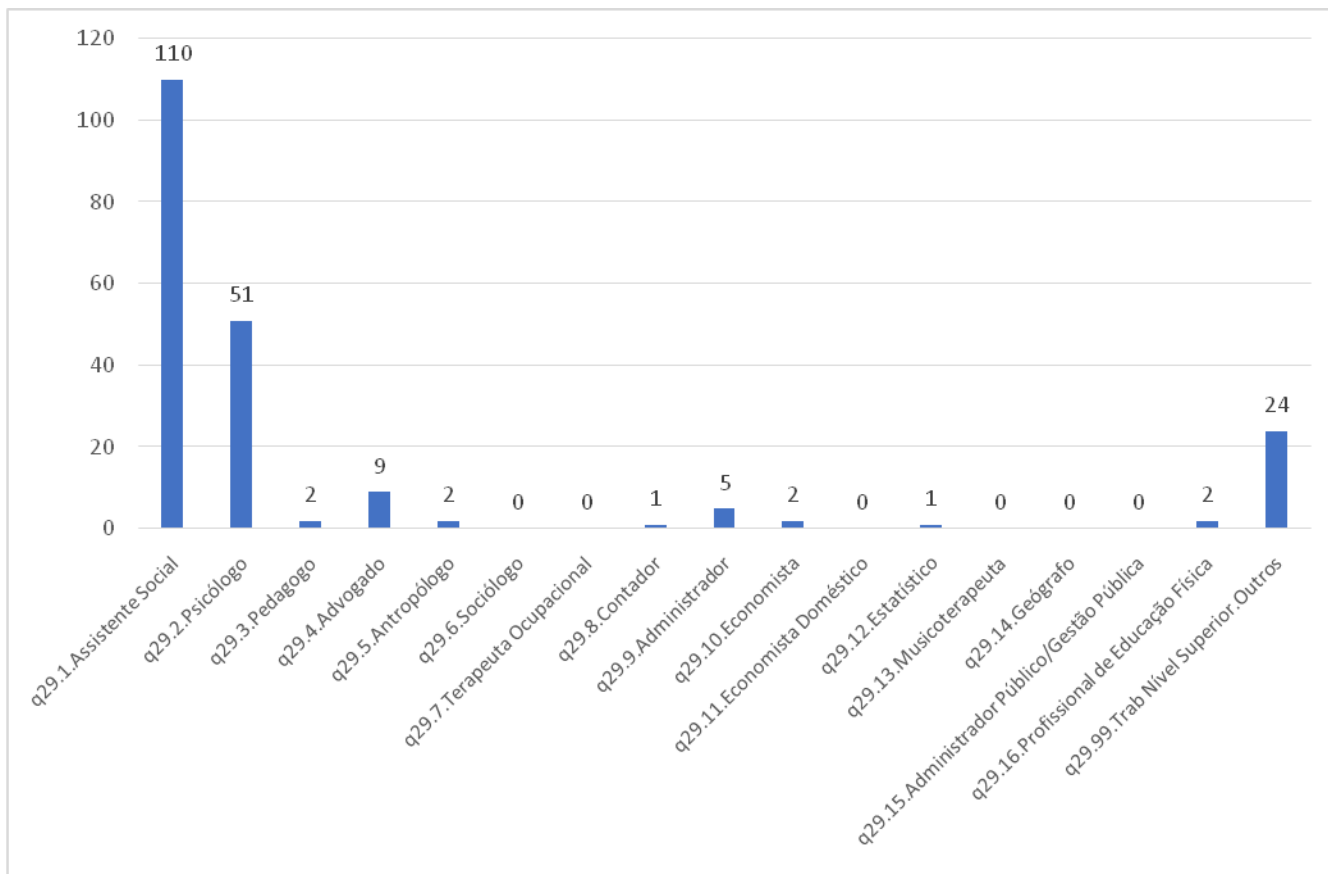


Figura 15 - RH da assistência social, por formação (poder público). Fonte: Censo SUAS, 2017 – Dados de Gestão Municipal.

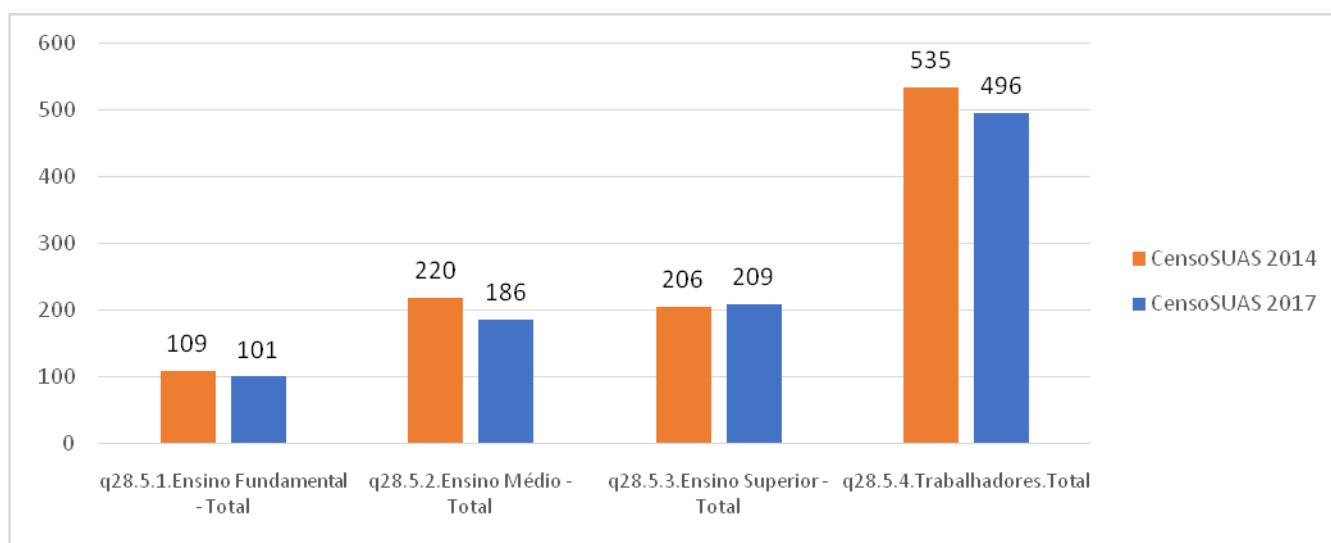


Figura 16 - RH da assistência social, comparativo 2014x2017. Fonte: Censo SUAS 2017 – Dados de Gestão Municipal.

Nos gráficos a seguir serão apresentados dados relativos aos recursos humanos da rede socioassistencial, de acordo com dados do Censo SUAS 2017. A apresentação destes dados segue a divisão apresentada pelo Censo. Outros gráficos e dados podem ser apreciados nos resultados do Censo SUAS 2017, e no diagnóstico completo elaborado pela Vigilância Socioassistencial.

Nota-se, no gráfico abaixo, a forte predominância de Empregados Celetistas do Setor Privado o que é, por sua vez, reflexo do modelo de gestão da assistência social adotado, não só em Campinas, mas em vários municípios brasileiros, baseado em parcerias entre o poder público e as Organizações da Sociedade Civil.

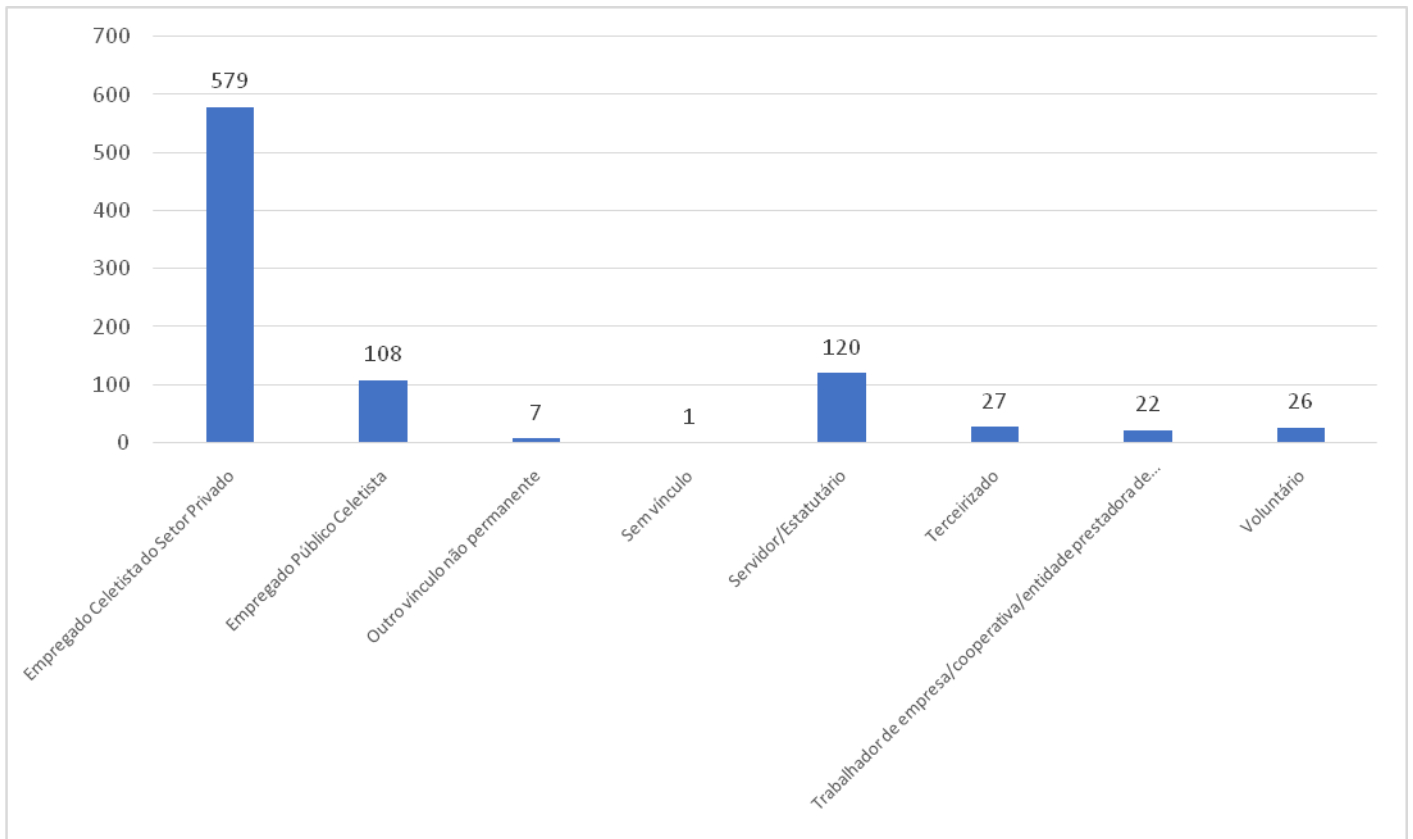


Figura 17 - Quantidade de trabalhadores, por vínculo: Acolhimento. Fonte: Censo SUAS 2017.

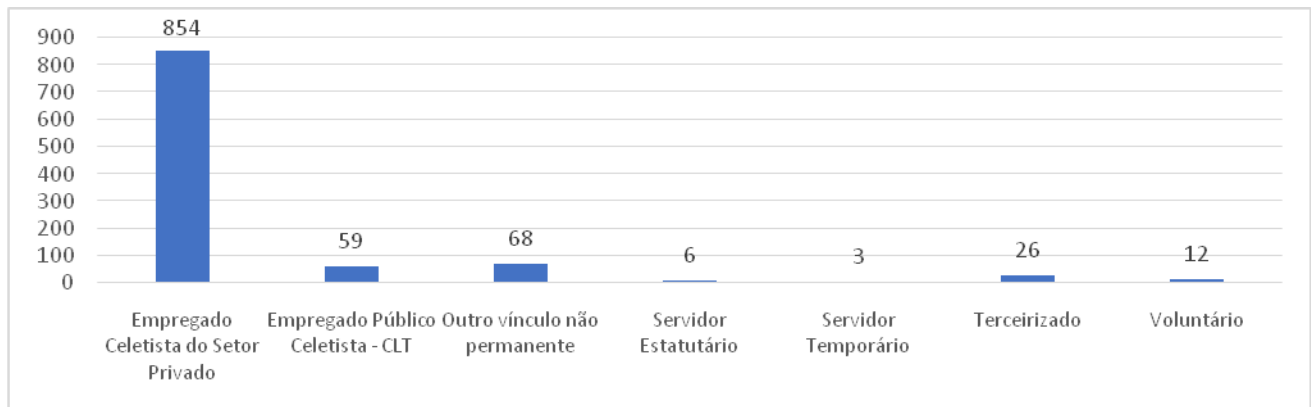


Figura 18 - Quantidade de trabalhadores, por vínculo: Centros de Convivência. Fonte: Censo SUAS 2017.

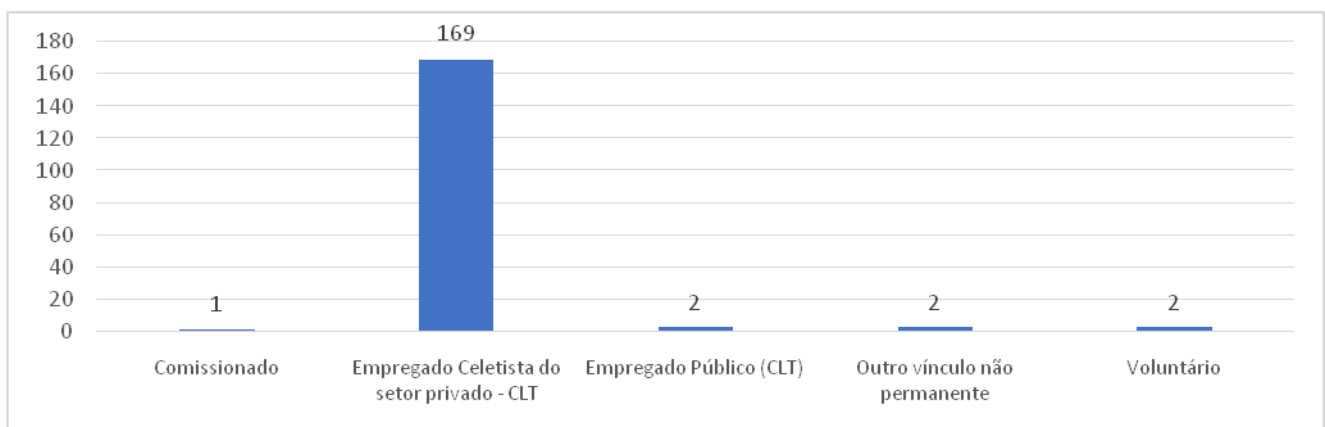


Figura 19 - Quantidade de trabalhadores, por vínculo: Centro Dia. Fonte: Censo SUAS 2017.

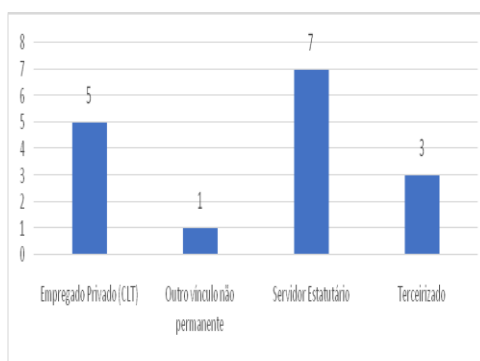


Figura 20 - Quantidade de trabalhadores, por vínculo: Família Acolhedora. Fonte: Censo SUAS 2017.

Oferta de políticas públicas

A Figura 21 apresenta de forma resumida a disponibilidade de unidades públicas das áreas de saúde, educação, lazer e cultura, esportes e assistência social. Os dados encontram-se apresentados por região. A região sul apresenta-se como a que possui maior número de equipamentos públicos de saúde, educação e esportes. A região norte se destaca nos equipamentos de lazer e cultura e a região leste na assistência social.

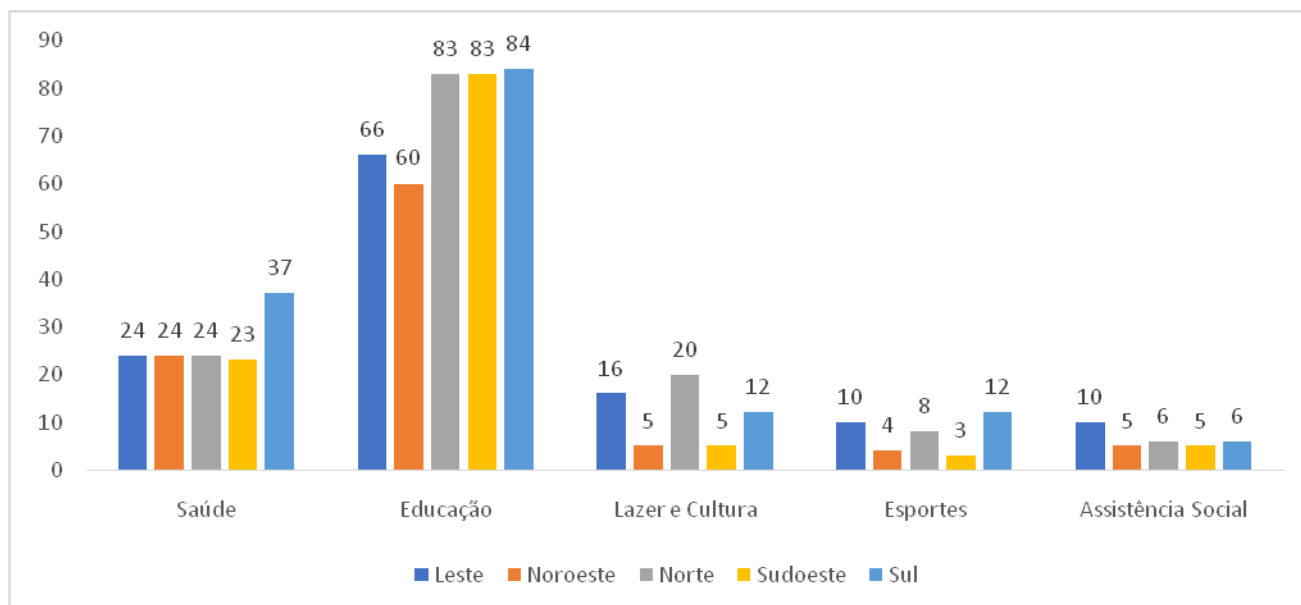


Figura 21 - Número de unidades públicas para oferta de políticas públicas em Campinas (unidades públicas). Fonte: RIS.

5. Objetivos gerais e específicos do Plano

Objetivo Geral

Avançar na equidade social, ampliando o acesso aos direitos sociais junto à população usuária da assistência social.

Objetivos Específicos

Eixo I – Proteção Social Básica (PSB)

Objetivos específicos:

- Ampliar a cobertura de serviços da Proteção Social Básica
- Ampliar a inclusão dos beneficiários do BPC e PBF nos CRAS e o público prioritário nos SCFV.
- Melhorias das condições de infraestrutura dos serviços da PSB.

Eixo II – Proteção Social Especial

Objetivos específicos:

- Ampliar a cobertura de proteção integral a crianças, adolescentes, adultos, pessoas com deficiência e idosos.
- Ampliar as ofertas de serviços para a população em situação de rua na perspectiva territorial.
- Ampliar a oferta de serviços de Média Complexidade na perspectiva territorializada.

Eixo III – Gestão do SUAS

São as atividades que subsidiam o planejamento da política de Assistência Social. As atividades de Gestão envolvem, entre outros: Vigilância Socioassistencial: produção, sistematização, análise e disseminação de informações sobre demanda e oferta de serviços;

Gestão do Trabalho: valorização do trabalhador, adequação dos processos de trabalho, educação permanente.

Monitoramento e Avaliação: acompanhamento do desempenho dos serviços em relação às metas, a partir de indicadores de execução, de impacto e de qualidade.

Objetivos específicos:

- Aprimorar os meios de disseminação das informações por parte da Vigilância Socioassistencial, em articulação com a Gestão Territorial.
- Estruturar a Coordenadoria de Gestão do Trabalho, com equipe técnica compatível às suas atribuições.
- Construir e efetivar o Plano Municipal de Capacitação, garantindo-se a participação ativa dos atores do SUAS no Município.

Eixo IV – Controle Social

Trata-se do direito de participação da sociedade na formulação da política e no acompanhamento e avaliação das ações. Um dos espaços privilegiados para o exercício do controle social são os Conselhos Municipais, dentre eles:

CMAS - Conselho Municipal de Assistência Social

CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

CMI - Conselho Municipal do Idoso

CMDM – Conselho Municipal dos Direitos da Mulher

CMPD - Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência

Objetivos específicos:

- Ampliar o Controle Social para o processo de monitoramento (pesquisa de satisfação com os usuários).
- Fomentar a construção de Conselho Gestor, com a participação dos usuários, nos serviços da Assistência Social.
- Efetivar metodologia de monitoramento do PMAS pelo Conselho Municipal de Assistência Social.

6. Diretrizes e prioridades deliberadas

A Política Nacional de Assistência Social – PNAS (2004), estabelece os seguintes princípios e diretrizes:

Princípios:

Em consonância com o disposto na LOAS, capítulo II, seção I, artigo 4º, a Política Nacional de Assistência Social rege-se pelos seguintes princípios democráticos:

I – Supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica;

II – Universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas;

III – Respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade;

IV – Igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais;

V – Divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão.

Diretrizes

A organização da Assistência Social tem as seguintes diretrizes, baseadas na Constituição Federal de 1988 e na LOAS:

I - Descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social, garantindo o comando único das ações em cada esfera de governo, respeitando-se as diferenças e as características socioterritoriais locais;

II – Participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis;

III – Primazia da responsabilidade do Estado na condução da Política de Assistência Social em cada esfera de governo;

IV – Centralidade na família para concepção e implementação dos benefícios, serviços, programas e projetos.

Plano Decenal da Assistência Social

O II Plano Decenal da Assistência Social (2016/2026), elaborado pelo MDS, por meio da SNAS, intitulado: “Proteção Social para todos/as os/as brasileiros/as, subsidia os municípios e estados na construção democrática e participativa dos Pactos de Aprimoramento da Gestão do SUAS, reunindo a discussão realizada no processo das conferências de 2015.

Metas do Plano

1. Universalizar os serviços e as unidades de proteção social básica do SUAS, garantindo a manutenção e a expansão com qualidade.

2. Universalizar os serviços e unidades da Proteção Social Especial, com garantia de ofertas, municipais e, ou, regionais.

3. Qualificar e alcançar 100% dos municípios com oferta do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

4. Ampliar as equipes volantes e de abordagem social, básicas e especializadas, nos territórios com alto índice de violência, pobreza e de desproteção social, incluindo áreas rurais, regiões metropolitanas, grandes centros, áreas de fronteira e territórios de povos e comunidades tradicionais.

5. Universalizar o acesso ao Benefício de Prestação Continuada – BPC, alcançando a população idosa sem cobertura de segurança de renda (contributiva e não contributiva) e as pessoas com deficiência, conforme critérios estabelecidos na Lei Brasileira de Inclusão.

6. Aprimorar a gestão do SUAS, atualizando suas normativas, assim como do contínuo aprimoramento da gestão descentralizada, compartilhada, federativa, democrática e participativa.

7. Consolidar o Cadastro Único para Programas Sociais na gestão do SUAS.

8. Institucionalizar o vínculo SUAS, aprimorando a parceria com as Entidades e Organizações de Assistência Social.

9. Fortalecer as estratégias de erradicação do Trabalho Infantil em 100% dos municípios com incidência desta situação de desproteção social.
10. Fortalecer 100% dos conselhos e as conferências com os princípios e diretrizes emanadas de uma construção democrática e participativa.
11. Ampliar e aprimorar as ações de capacitação e de formação com base nos princípios e diretrizes da Educação Permanente do SUAS, fomentando a Rede Nacional de Educação Permanente do SUAS.
12. Potencializar e fomentar a intersetorialidade, como estratégia de gestão, visando ampliar as ofertas da Assistência Social em integração com as Políticas de Educação, Saúde, Trabalho, Habitação, Cultura, Esporte, Direitos Humanos, Segurança Alimentar, Meio Ambiente, dentre outras, de modo a permitir o acesso aos direitos sociais básicos e a ampliação de oportunidades às famílias pobres e marcadas por vulnerabilidades e violação de direitos.
13. Identificar e possibilitar, a todas as crianças, adolescentes e jovens com deficiência fora da escola, de famílias inseridas no Cadastro Único, acesso e permanência no Sistema de Ensino, para além dos beneficiários do BPC, ampliando e aprimorando o Programa BPC na Escola.
14. Identificar e apoiar no acesso ao mundo do trabalho, todos os jovens e adultos com deficiência, beneficiários do BPC e inscritos no Cadastro Único, aprimorando e ampliando o Programa BPC Trabalho.
15. Instituir normativa específica para o Apoio Técnico, ancorada nos princípios da gestão compartilhada, descentralizada, democrática e participativa.
16. Instituir a Política Nacional de Atenção às Pessoas em Situação de Dependência.
17. Alcançar 80% dos profissionais efetivados na gestão pública da assistência social.
18. Alcançar 100% dos Conselhos de Assistência Social com a participação dos trabalhadores e dos usuários na gestão e no controle social do SUAS.
19. Erradicar as situações de acolhimento de crianças e adolescentes motivadas, exclusivamente, pela situação de pobreza de suas famílias.
20. Ampliar a participação dos entes federados no pagamento de profissionais do SUAS.
21. Instituir parâmetros para a relação do SUAS com o Sistema de Justiça e Sistema de Garantia de Direitos, visando o estabelecimento de fluxos e protocolos de referenciamento e delimitação de competências.
22. Definir parâmetros para a participação dos entes federados no cofinanciamento do SUAS, considerando os serviços e de apoio à gestão.
23. Instituir a Política Nacional de Comunicação do SUAS.
24. Instituir a Política Nacional de Regulação do SUAS.
25. Instituir o Sistema Nacional de Monitoramento do SUAS.
26. Assegurar que as receitas da política pública de assistência social e suas despesas com pessoal não sejam computadas para fins dos limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF.
27. Revisar o Protocolo de Gestão Integrada de Serviços e Benefícios.

DELIBERAÇÕES DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 2017

XII Conferência Municipal de Assistência Social de Campinas/SP

Garantia de direitos no fortalecimento do SUAS

Propostas aprovadas – âmbito municipal

1. Garantir implantação e ampliação de todos os serviços da proteção básica, média e alta complexidade (rede socioassistencial) previstos na tipificação, garantindo proteção social a todos os segmentos. De acordo com o diagnóstico dos territórios e com quadro de Recursos Humanos (RH) compatível às necessidades dos serviços, como isonomia salarial e criar os cargos conforme Resolução CNAS nº 017/11, bem como regulamentar a política municipal até 2018.

2. Assegurar a formação de fórum local/assembleias e conselho gestor de usuários e usuárias do SUAS garantindo sua autonomia e participação e publicização dos serviços, bem como, reconhecer como trabalho as ações das trabalhadoras e trabalhadores nessa formação, conforme prevista na Legislação do SUAS (Sistema Único da Assistência Social); e ampliação da participação do/as usuários/as e trabalhadores/as no Conselho Municipal da Assistência Social (CMAS), sendo sua composição de: 25% usuários, 25% trabalhadores, 25% entidades, 25% poder público.

3. Implementar e ampliar os serviços descritos na tipificação nacional para idosos e pessoas com deficiência na proteção básica e especial.

4. Regularizar o SUAS por meio de lei municipal até o final de 2018.

5. Garantir a implantação e a divulgação de fóruns unificados de usuárias e trabalhadoras nas cinco regiões de Campinas e criar assembleias/conselho gestor nos serviços efetivando a acessibilidade (transporte, horário e espaço para crianças) assegurando a gestão democrática.

6. Assegurar que haja destinação orçamentária municipal para a Política de Assistência Social, no percentual mínimo de 10%, descrevendo no Plano Plurianual (PPA) o aumento gradual de 2% ao ano, até atingir 10%.

7. Garantir qualificação, capacitação e educação permanente e continuada para usuárias e usuários, trabalhadoras e trabalhadores e conselheiras e conselheiros conforme legislação do SUAS e assegurando reconhecimento dos direitos trabalhistas; bem como a criação do departamento de gestão do trabalho com conselho paritário para o controle social de suas atribuições e seu plano de atividades.

8. Que o Programa Nutrir Campinas e o Nutrir Emergencial sejam totalmente operacionalizados pelo setor de segurança alimentar e nutricional, e que a assistência social de Campinas garanta a regulamentação e implantação dos benefícios eventuais da assistência social, conforme legislação do SUAS, assegurando a participação direta dos usuárias/os e trabalhadores/as na sua formulação, bem como, realizar estudos das demandas reais do município para subsidiar a regulamentação.

9. Garantir que 30% dos atendimentos realizados no Centro de Convivência Inclusivo e Intergeracional sejam de jovens (15 a 29 anos) e que as metodologias desenvolvidas atendam às necessidades específicas e os interesses da juventude, especificamente da juventude negra que vive nas periferias, bem como fortalecer o diálogo e as ações que combatam o racismo.

Propostas aprovadas – âmbito estadual

1. Aumentar o repasse de verba estadual para a Política de Assistência Social, visando à ampliação da rede socioassistencial tipificada, das proteções sociais básica e especial, para atendimento dos segmentos em especial crianças, adolescentes, jovens, mulheres, idosos, população LGBT, pessoas em situação de rua e pessoas com deficiência, com quadro de funcionários de acordo com NOB RH/SUAS e com carga horária de 30 horas semanais de trabalho, bem como isonomia salarial e garantia de mais serviços e benefícios sociais (Renda Cidadã e Ação Jovem).

2. Ampliação da participação do/as usuários/as e trabalhadores/as no Conselho Estadual da Assistência Social (CONSEAS), sendo sua composição de: 25% usuários, 25% trabalhadores, 25% entidades, 25% poder público; e garantir qualificação, capacitação e educação permanente e continuada para usuárias e usuários, trabalhadoras e trabalhadores e conselheiras e conselheiros conforme legislação do SUAS, assegurando reconhecimento dos direitos trabalhistas.

Propostas aprovadas – âmbito nacional

1. Assegurar por meio de legislação federal destinação orçamentária (Repasse fundo a fundo) para os serviços socioassistenciais do SUAS, no percentual mínimo de 10%.

2. Garantir participação direta de usuárias e usuários e trabalhadoras/es na aprovação das contas públicas relacionadas ao investimento na Assistência Social e nas emissões de resoluções e outras normas, utilizando-se das múltiplas formas possíveis de participação na perspectiva de interromper ações autoritárias que retrocedam a PNAS (Política Nacional da Assistência Social), como o Programa Criança Feliz, alterações nos critérios de concessão do BPC (Benefício de Prestação Continuada), política antidrogas higienistas, etc.

3. Manter o BPC conforme a redação original do Artigo 203, inciso V, da Constituição Federal, rejeitando as propostas de alteração do BPC contidas na PEC 287/2016; reduzindo o critério de idade para 60 anos, considerando o Estatuto do Idoso, bem como manter e garantir a avaliação biopsicossocial da deficiência, conforme preconizado pela Lei Brasileira de Inclusão (LBI) (Lei nº 13.146/2015), permitindo que os requerentes tenham acesso a todas as etapas do processo de avaliação dos critérios legais (renda e deficiência) e não considerando para o acesso ao BPC a renda proveniente de outros benefícios previdenciários e assistenciais do núcleo familiar.

4. Interromper a formulação e implantação de Programas e Projetos que retrocedem a Política Nacional de Assistência Social-PNAS (Programa Criança Feliz, alterações nos critérios de concessão do BPC, política antidrogas higienistas etc.), garantindo o acesso universal a todos os direitos previstos no Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

7. Ações e estratégias para implementação

A partir das propostas apresentadas pelos participantes dos Encontros Regionais para elaboração do PMAS, foram organizadas, para cada um dos eixos, as ações descritas na Tabela 32, 33 e 34.

Conforme recomendação feita pelo CMAS quando da aprovação do Plano, deverão ser informadas anualmente, por ocasião da elaboração da Lei Orçamentária Anual – LOA, as ações concernentes ao PMAS.

A íntegra das propostas por região pode ser consultada nas tabelas do Anexo IV – Resultados das Plenárias Regionais realizadas em Campinas no período de 27 a 31/08/2018.

Tabela 32 - Eixo I – Proteção Social Básica

Objetivo PMAS	Ação	Prazo
Ampliar a cobertura de serviços da PSB	Construção de 5 unidades de CRAS nas cinco regiões administrativas	2019 - 2021
	Implantação de 2 CRAS Itinerantes, com vistas a garantir o acesso e atendimento à população de áreas mais distantes, ou isoladas, do município	2019 – 2021
	Ampliação das parcerias com as OSC's executoras dos SCFV, nos territórios sem cobertura do serviço	2019 – 2021
	Implantação do serviço da PSB no domicílio para pessoas com deficiência e pessoas idosas nas cinco regiões administrativas, de acordo com a disponibilização de cofinanciamento federal	2019 – 2021
Ampliar a inclusão dos beneficiários do BPC e PBF nos CRAS e do público prioritário nos SCFV	Desenvolvimento de ações descentralizadas de CRAS cujos micros territórios tenham maior incidência desse público	2018
	Intensificação das ações de busca ativa	2018
	Execução de projetos de formação para os usuários na perspectiva da participação popular. Considerar ainda as orientações e resoluções específicas quanto à promoção da integração ao Mundo do Trabalho	2020 – 2021
Melhorias das condições de infraestrutura dos serviços da PSB	Adequação dos espaços físicos existentes, conforme normativas vigentes	2019
	Revitalização, modernização e manutenção da infraestrutura física, de mobiliário e equipamentos eletroeletrônicos e de TI	2018 – 2021
	Promoção de formação permanente para os trabalhadores da PSB	2018 - 2021
	Construção de sedes para os CRAS e DAS já existentes (em funcionamento em sede locada)	2018 - 2021
	Contratação de servidores através de concurso público e reposição para composição das equipes de PSB existentes e dos serviços a serem implantados	2018 - 2021

Tabela 33 - Eixo II - Proteção Social Especial

Objetivo PMAS	Ação	Prazo
Ampliar a cobertura de proteção integral às crianças, adolescentes, adultos, PCD e idosos	Ampliar o acolhimento familiar (família acolhedora) de crianças / adolescentes	2020 - 2021
	Implantação de abrigo para jovens de 18 a 24 anos	2019 - 2020
	Implantação de Casas de Cuidados para Crianças e Adolescentes, em parceria com a política de Saúde	2019 - 2021
	Ampliação de República para Jovens de 18 a 21 anos	2019 - 2021
	Implantação de um Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças / Adolescentes, preferencialmente na região Noroeste	2019 - 2021
	Construção da sede para a Casa Abrigo de Mulheres - SARA M	2019 - 2021
	Reordenamento e qualificação do Abrigo de Grande Porte de Crianças e Adolescentes das regiões Norte e Sul	2019
	Implantação de casas de cuidados para idosos/ adultos em parceria com política de saúde	2020
	Ampliar e diversificar modalidades de ofertas de serviços de Acolhimento Institucional para Idosos e Famílias	2019 - 2021
Ampliar as ofertas de serviços para a população em situação de rua na perspectiva territorial	Ampliação de RH e disponibilização de espaço físico adequado para o funcionamento do Centro POP Sares - Unidade I	2019
	Disponibilização de espaço apropriado para a guarda de volumes da população em situação de rua (bagageiro Municipal)	2019
Ampliar a oferta de serviços de Média Complexidade na perspectiva territorializada	Implantar o CREAS Norte, de acordo com a NOB-SUAS	2019
	Ampliação de RH dos CREAS, conforme a NOB-SUAS	2019 a 2021
	Ampliar metas de acompanhamento do SESF, de forma territorializada, a fim de atender 100% da demanda de violação de direitos referenciada.	2019
	Implantar Centro Dia para Idosos	2020
	Ampliação de Centro Dia para PcD, preferencialmente por meio de cofinanciamento estadual e federal	2021
	Territorializar e ampliar as metas de atendimento do Serviço de Atendimento Domiciliar para Pessoas Idosas e com Deficiência	2019
	Efetivar as ações propostas no Plano Municipal de Erradicação do Trabalho Infantil	2019 a 2021

Tabela 34 - Eixo III – Gestão do SUAS

Objetivo PMAS	Ação	Prazo
Aprimorar os meios de disseminação das informações por parte da Vigilância Socioassistencial, em articulação com a Gestão Territorial	Produzir e disponibilizar sistematicamente estudos socioterritoriais	2018 - 2021
	Organizar atividades periódicas com as equipes dos territórios para a discussão da realidade socioterritorial	2019 - 2021
	Discussão e construção de padrão de qualidade dos serviços (orientações técnicas e normativas municipais)	2019 - 2020
	Priorização de implantações e ampliações com base na análise de oferta e demanda	2020 - 2021
	Efetivação do Protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Transferência de Renda no âmbito do SUAS	2019
Estruturar a Coordenadoria de Gestão do Trabalho, com equipe técnica compatível às suas atribuições	Implantar a Coordenadoria de Gestão do Trabalho, com RH de acordo com a NOB-SUAS	2020 - 2021
	Desenvolver estudos de viabilidade para proposição de novos cargos na Assistência Social, atendendo às normativas do SUAS	2021
	Elaborar Plano Municipal de Educação Permanente	2021
Construir e efetivar o Plano Municipal de Capacitação, garantindo-se a participação ativa dos atores do SUAS no Município		
Outras propostas para a Gestão	Reposição e ampliação de RH	2019 - 2021
	Manutenção predial periódica e acessibilidade, com adequações, conforme normas técnicas	2019 - 2020
	Regulamentação da Lei Municipal para os Benefícios Eventuais	2020
	Melhorias na Infraestrutura e equipamentos necessários para melhorias no funcionamento dos serviços	2019 - 2021

Objetivo PMAS	Ação	Prazo
Ampliar o Controle Social para o processo de monitoramento (pesquisa de satisfação com os usuários)	Criação de um instrumental próprio para os usuários avaliarem os serviços	2020
	Analisar e divulgar dos dados das pesquisas de satisfação com os usuários, realizando os encaminhamentos necessários	2020 - 2021
Fomentar a construção de Conselho Gestor, com a participação dos usuários, nos serviços da Assistência Social	Criação de Conselho Gestor no território para avaliação dos serviços socioassistenciais, com a participação de usuários, trabalhadores e gestores	2020
Efetivar metodologia de monitoramento do PMAS pelo Conselho Municipal de Assistência Social	Discussão participativa do orçamento nos espaços de controle social, levando em consideração as regiões e suas características	2019 – 2021
	Mobilização e fortalecimento de Fóruns Regionais, com a oferta de capacitação para os participantes	2019 – 2021
	Atribuir a uma comissão no CMAS o monitoramento do PMAS, garantindo a participação dos usuários	2019 – 2021
	Oferta de infraestrutura adequada para facilitar a participação dos usuários nos espaços de controle Social, como CMAS, outros conselhos e fóruns, avaliando a possibilidade de realização de reuniões descentralizadas ou em horários alternativos, que permitam maior participação.	2019 – 2021
	Criação de canais de comunicação e participação popular, de forma territorializada	2019 – 2021

8. Previsão Orçamentária e Financeira

A gestão de uma política pública compreende o estreito relacionamento com a destinação orçamentária e a sua execução, ou seja, a garantia dos meios e o acompanhamento do seu efetivo financiamento como importantes indicadores das prioridades de atuação e intervenção do gestor público.

Conhecer as dotações envolvidas, as escolhas feitas no âmbito da política e seus avanços e/ou desafios compõem uma importante ferramenta para o exercício do controle social do Estado pelo cidadão, compreendendo o Estado a serviço do interesse público.

Neste sentido, com o objetivo de avançar na equidade social, ampliando o acesso aos direitos sociais junto à população usuária da assistência social, o Plano Plurianual de mesmo período foi elaborado visando possibilitar o alcance das metas deste Plano, conforme valor a seguir.

Valor previsto no PPA para o período

PPA 2018-2021	Ano	2018	2019	2020	2021	Total
	Valor	R\$ 234.122.893,00	R\$ 251.179.621,00	R\$ 270.937.231,00	R\$ 290.877.255,00	R\$ 1.047.117.000,00

Conforme previsto pela Constituição Federal, as políticas de seguridade social, dentre as quais se encontra a assistência social, devem ser financiadas com a participação de toda a sociedade mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, do Distrito Federal, dos estados e municípios e das diversas contribuições sociais.

No entanto, no que diz respeito ao Pacto Federativo, o financiamento da política de assistência social caminha de forma desigual. Apesar dos avanços na esfera federal, os estados ainda não assumiram seu papel no cofinanciamento fundo a fundo do SUAS. Ao longo de uma década os recursos estaduais repassados para o Município de Campinas, por exemplo, permaneceram inalterados.

A tabela abaixo, correspondente ao orçamento de 2018, é esclarecedora acerca da participação dos entes federados na composição do orçamento da SMASDH em Campinas.

Valor por fonte (LOA 2018)

Função	Descrição	Municipal	Próprio (fundos)	Estadual	Federal	Total
08	Assistência social	R\$ 55.175.471,00	R\$ 15.511.301,00	R\$ 3.375.000,00	R\$ 12.633.600,00	R\$ 186.695.372,00
14	Direitos da cidadania	R\$ 9.259.540,00	R\$ 30.000,00	R\$ -	R\$ 935.600,00	R\$ 10.225.140,00
Total		R\$ 164.435.011,00	R\$ 15.541.301,00	R\$ 3.375.000,00	R\$ 13.569.200,00	R\$ 196.920.512,00

Conforme os dados expressos acima (correspondentes à LOA 2018), que têm o propósito de ilustrar a distribuição orçamentária por ente da federação, o Município é responsável por 83,5% do orçamento da Secretaria, enquanto a esfera estadual participa com menos de 2%, ou seja, com 1,7%. Já a esfera federal participa com 6,9%. E os recursos próprios alocados nos Fundos representam 7,79% do total.

Como se observa, a inexistência de percentuais legais e obrigatórios de financiamento para a assistência social, se constitui em desafio para a consolidação do modelo de gestão proposto pelo SUAS.

A atual forma de operar o financiamento dessa política pública também registra outro desafio. A maior parte dos recursos do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) encontra-se comprometido com o pagamento de benefícios, especialmente do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e do Programa Bolsa Família (PBF), cabendo, desta forma, à União a maior parcela em seu financiamento.

Em Campinas, os serviços socioassistenciais têm prioridade no financiamento, conforme se depreende da tabela a seguir, devendo a cada ano serem aperfeiçoadas as formas de aplicação, de acordo com o nível de proteção social e a região de maior vulnerabilidade e risco social.

Valor por função

Função	Descrição	2018	2019	2020	2021	Total
08	Assistência Social	R\$ 213.103.516,00	R\$ 228.946.789,00	R\$ 247.632.939,00	R\$ 266.190.994,00	R\$ 955.874.238,00
14	Direitos da cidadania	R\$ 21.019.377,00	R\$ 22.232.832,00	R\$ 23.304.292,00	R\$ 24.686.261,00	R\$ 91.242.762,00
Total						R\$ 1.047.117.000,00

Outros aspectos relevantes do orçamento estimado para o período são: 1) a previsão de R\$ 181.956.039,00 para Administração, frente aos R\$ 865.160.961,00 destinados às despesas com o atendimento dos usuários; e 2) o montante de recursos destinado ao FMAS que representa mais da metade de todo o orçamento da Secretaria, conforme tabelas a seguir.

Valor por subfunção

Função	Descrição	2018	2019	2020	2021	Total
122	Administração geral	R\$ 40.714.000,00	R\$ 43.807.825,00	R\$ 46.922.990,00	R\$ 50.511.224,00	R\$ 181.956.039,00
241	Assistência ao idoso	R\$ 13.246.444,00	R\$ 14.483.627,00	R\$ 15.841.154,00	R\$ 17.330.893,00	R\$ 60.902.118,00
242	Assistência ao PCD	R\$ 8.659.819,00	R\$ 8.209.173,00	R\$ 8.886.132,00	R\$ 9.702.161,00	R\$ 35.457.285,00
243	Assistência à criança e adolescente	R\$ 66.612.094,00	R\$ 72.476.454,00	R\$ 78.486.970,00	R\$ 85.059.949,00	R\$ 302.635.467,00
244	Assistência comunitária	R\$ 87.772.536,00	R\$ 94.056.622,00	R\$ 01.636.865,00	R\$ 108.106.504,00	R\$ 391.572.527,00
331	Benefícios ao trabalhador	R\$ 6.100.000,00	R\$ 6.466.000,00	R\$ 6.854.000,00	R\$ 7.254.000,00	R\$ 26.674.000,00
422	Direitos individuais, coletivos e difusos	R\$ 11.018.000,00	R\$ 11.679.920,00	R\$ 12.309.120,00	R\$ 12.912.524,00	R\$ 47.919.564,00
Total						R\$ 1.047.117.000,00

Valor por unidade gestora

U. Gest.	Descrição	2018	2019	2020	2021	Total
091100	Secretaria	R\$ 69.789.377,00	R\$ 73.565.832,00	R\$ 79.454.292,00	R\$ 83.164.261,00	R\$ 305.973.762,00
097100	Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	R\$ 13.952.000,00	R\$ 14.787.920,00	R\$ 15.673.995,00	R\$ 16.613.234,00	R\$ 61.027.149,00
097200	Fundo Municipal de Assistência Social	R\$ 146.775.516,00	R\$ 158.852.869,00	R\$ 171.433.244,00	R\$ 186.292.090,00	R\$ 663.353.719,00
097300	Fundo Municipal de Segurança Alimentar	R\$ 4.000,00	R\$ 4.000,00	R\$ 4.000,00	R\$ 4.000,00	R\$ 16.000,00
097400	Fundo Municipal da Pessoa Idosa de Campinas	R\$ 3.570.000,00	R\$ 3.927.000,00	R\$ 4.319.700,00	R\$ 4.751.670,00	R\$ 16.568.370,00
097500	Fundo do Conselho Municipal de Entorpecentes	R\$ 2.000,00	R\$ 2.000,00	R\$ 2.000,00	R\$ 2.000,00	R\$ 8.000,00
097600	Fundo Municipal de Valorização da Comunidade Negra	R\$ 30.000,00	R\$ 40.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 170.000,00
Total						R\$ 1.047.117.000,00

Quanto à evolução orçamentária, comparando-se o valor previsto para o período em comento com o anterior (tabela a seguir), nota-se um significativo aumento de recursos, da ordem de R\$ 366.592.394,02, que representa 53,9%.

Valor por fonte

	Fonte	Municipal	Próprio (fundos)	Estadual	Federal	Total
PPA 2014-2017	2014	R\$ 108.399.491,79	R\$ 12.262.000,00	R\$ 3.014.000,00	R\$ 24.421.531,00	R\$ 148.097.022,79
	2015	R\$ 125.854.441,24	R\$ 15.373.833,00	R\$ 3.993.231,00	R\$ 10.541.899,00	R\$ 155.763.404,24
	2016	R\$ 136.386.938,42	R\$ 21.843.000,00	R\$ 3.243.731,00	R\$ 18.551.600,00	R\$ 180.025.269,42
	2017	R\$ 158.201.801,00	R\$ 16.926.800,00	R\$ 3.370.930,00	R\$ 18.139.378,53	R\$ 196.638.909,53
Total						R\$ 680.524.605,98

Recursos estes que têm o planejamento de utilização realizado pelas áreas de gestão das respectivas políticas públicas da Secretaria em conjunto com o Departamento de Gestão Administrativa, Orçamentária e Financeira que, além disso, tem a atribuição de operacionalizar a execução através de suas áreas.

Departamento de Gestão Administrativa, Orçamentária e Financeira (DGAOF)

O DGAOF é o responsável pela gestão orçamentária, financeira e administrativa da Secretaria. As seguintes Coordenadorias Setoriais compõem o Departamento: Administrativa, de Gestão de Pessoas, Orçamentária, Financeira e Contábil, de Apoio aos Equipamentos Sociais.

A COORDENADORIA SETORIAL ADMINISTRATIVA (CSAD) é Responsável pelo planejamento e gestão dos processos de compras e contratações para fornecimento de produtos e serviços para a SMASDH.

A COORDENADORIA SETORIAL DE GESTÃO DE PESSOAS (CSGP) é responsável pela gestão de pessoas da Secretaria e por gerenciar rotinas administrativas referentes aos recursos humanos dos servidores da SMASDH, garantindo que os mesmos usufruam seus direitos e deveres dentro dos prazos e normas legalmente estabelecidos.

A COORDENADORIA SETORIAL ORÇAMENTÁRIA (CSO) é responsável pela gestão do orçamento da Secretaria e dos fundos FMDCA, FMAS, FMSA, FMPIC. Participa da elaboração do Plano Plurianual – PPA, da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e da Lei Orçamentária Anual – LOA.

A COORDENADORIA SETORIAL FINANCEIRA E CONTÁBIL (CSFC) é responsável pela execução financeira das contas bancárias dos Fundos ligados à Secretaria, bem como pelos correspondentes lançamentos e registros contábeis, além dos pagamentos referentes às respectivas contas correntes.

A COORDENADORIA SETORIAL DE APOIO AOS EQUIPAMENTOS SOCIAIS (CSAES) é responsável pela gestão e alocação de motoristas e veículos próprios e terceirizados na Secretaria, como também da manutenção predial corretiva e preventiva das unidades externas.

Integram ainda o DGAOF o SETOR DA CASA DOS CONSELHOS e o SETOR DE APOIO AO CONSELHO TUTELAR, ambos com a atribuição de dar suporte administrativo e de recursos humanos para o funcionamento dos Conselhos ligados à Secretaria e aos cinco Conselhos Tutelares, respectivamente.

9. Referências Bibliográficas

OBSERVATÓRIO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. Disponível em:

<https://observatoriocrianca.org.br/cenario-infancia/temas/sobrevivencia-infantil-infancia/619-taxa-de-mortalidade-na-infancia-para-1-000-nascidos-vivos?filters=1,233> (acesso em 31/10/2018)

DATASUS. Indicadores de mortalidade. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/idb2000/fqc01.htm> (acesso em 31/10/2018)

G1 CAMPINAS E REGIÃO. Campinas é a 7ª entre as regiões mais populosas do Brasil em arrecadação de tributos, diz Impostômetro. (Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/campinas-e-a-7a-entre-as-cidade-mais-populosas-do-brasil-em-arrecadacao-de-tributos-diz-impostometro.ghtml>. Acesso em 07/11/2018)

IMPOSTÔMETRO. Disponível em: <https://impostometro.com.br/#arrecadacaoMunicipios>

BOLSA FAMÍLIA. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/o-que-e/acesso-a-educacao-e-saude/acesso-a-educacao-e-saude> (Acesso em 24/10/2018)

MBI. Disponível em: <https://www.mbi.com.br/mbi/biblioteca/cidade/campinas-sp-br/> (Acesso em 25/10/2018).

CAMPINAS. COHAB. Disponível em: <http://www.cohabcp.com.br/achab/missao.html> (acesso em 25/10/2018)

CAMPINAS. SEHAB. . Disponível em: <http://www.campinas.sp.gov.br/governo/habitacao/habitacao-atribuicoes.php> (acesso em 22/10/2018)

CAMPINAS. SEPLAMA. . Disponível em: <http://www.campinas.sp.gov.br/governo/seplama/dados-do-municipio/cidade/> (acesso em 15/07/2018)

CAMPINAS. VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL. Disponível em: <https://smcais-vis.campinas.sp.gov.br/> (acesso em 21/03/2018)

IBGE. Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2018 / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. - Rio de Janeiro: IBGE, 2018.

INEP. Censo Escolar, 2017. Disponível em: <http://inep.gov.br/web/guest/resultados-e-resumos>. (acesso em 10/08/2018)

EMPLASA. Disponível em:

https://www.emplasa.sp.gov.br/Cms_Data/Sites/EmplasaDev/Files/Conselhos/Campinas/Imagens/mapa_RM_C.jpg (acesso em 10/08/2018)

ATLAS BRASIL. Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/campinas_sp

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Cadernos de atenção básica. n. 26, Brasília, DF, 2013.

SUGIMOTO, Luiz. Quão pobres são os pobres no Estado de São Paulo? Jornal da Unicamp, 29/06/2018. Disponível em: <https://www.unicamp.br/unicamp/ju/noticias/2018/06/29/quao-pobres-sao-os-pobres-no-estado-de-sao-paulo>

10. Anexos

Anexo I: Áreas de abrangências dos CRAS de Campinas (2018)

Região/ DAS	CRAS	Endereço	Bairros de Abrangência
<p>NORTE</p> <p>Endereço: Praça Hideyo Nouguchi, 40–Jardim Novo Botafogo. Fone: 3242-5552 E-mail: das.norte@campinas.sp.gov.br Territórios: Abrange os bairros não cobertos pelos CRAS</p>	<p>CRAS Espaço Esperança</p>	<p>Rua Demerval da S. Pereira, s/nº – Vila Esperança. (esquina com Rua André Grabóis)</p>	<p>Jardim Campineiro, Vila Esperança, Bairro Recanto Fortuna, Jardim Santa Mônica (Agreste I e II), Jardim São Marcos</p>
	<p>CRAS Vila Réggio</p>	<p>Rua Papa João Paulo II, s/n –Vila Padre Anchieta</p>	<p>Vila 7 de Setembro, Núcleo Residencial Beira Rio, Bairro Boa Vista, Chácara Boa Vista, Parque Família, Parque Francisco Amaral, Parque Jardim Rosália I, II e IV, Núcleo Residencial Lunardi, Chácara Nova Boa Vista, Parque Pinheiros, Parque Portelinha, Núcleo Residencial São Luis, São Miguel do Piauí, Parque Residencial Shalon I, II e III, Parque Universal, Vila Réggio</p>
<p>SUL</p> <p>Endereço: Rua Pastor Cícero Canuto de Lima, 401 – Parque Itália Fone: 3273-3707 / 3272-7556 / 3273-3064 E-mail: das.sul@campinas.sp.gov.br Territórios: Abrange os bairros não cobertos pelos CRAS</p>	<p>CRAS Campo Belo</p>	<p>Rua Ademir Cubero Ruano, s/nº - Jardim Campo Belo I</p>	<p>Jardim Campituba, Jardim Campo Belo I e II, Jardim Fernanda I e II, Jardim Itaguaçu I e II, Jardim Marisa I e II, Jardim São Domingos, Cidade Singer I e II</p>
	<p>CRAS Bandeiras</p>	<p>Rua Altino Arantes, 140 –Jardim Bandeiras II</p>	<p>Jardim Bandeiras II, Parque Camboriú, Residencial Carvalho Moura, Vila Taubaté (Gleba B), Jardim Icarai, Jardim Lago II, Jardim do Lago II –Continuação, Vila Lourdes, Monte Cristo, Parque Oziel, Jardim Santa Cruz, Jardim Santa Marta, Jardim Santa Rita de Cássia, Jardim São José</p>
<p>LESTE</p> <p>Av. Moraes Salles, nº 1799 – Cambuí Fone: 3251-4333 / 3241-9434 / 3295-5519 E-mail: das.leste@campinas.sp.gov.br Territórios: Abrange os bairros não cobertos pelos CRAS.</p>	<p>CRAS Recanto Anhumas</p>	<p>Rua Dona Luiza de Gusmão, nº 2.200 - Vila Nogueira</p>	<p>Parque Dom Bosco, Núcleo Residencial Gênese (Parque das Anhumas), Núcleo Residencial Getúlio Vargas, Parque Imperador, Núcleo Residencial Independência (Cafezinho), Vila Isa, Residencial Jardim Novo Nilópolis, Jardim Miriam, Jardim Nilópolis, Vila Nogueira, Residencial Novo Jardim Santana, Parque Pomares, Jardim Santana I e II, Parque São Quirino</p>
	<p>CRAS Flamboyant</p>	<p>Rua Paraíbuna, 277 - Jardim Flamboyant</p>	<p>Vila 31 de Março, Jardim Boa Esperança, Vila Brandina, Parque Brasília, Jardim Conceição, Jardim Flamboyant, Núcleo Residencial Jardim Guaraçai, Vila Lafayette Álvaro, Jardim Lídia, Núcleo Residencial Jardim Líria, Jardim Madalena, Jardim Moreira, Núcleo Residencial Jardim Novo Flamboyant, Fazenda São Quirino, Vila Toffanello</p>

Região/ DAS	CRAS	Endereço	Bairros de Abrangência
<p>NOROESTE</p> <p>Endereço: Rua Salvador Allende, s/n –Jardim Nova Esperança Fone: 3221-2647 / 3221-1818 E-mail: dasnoroeste@yahoo.com.br Territórios:Abrange os bairros não cobertos pelos CRAS</p>	CRAS Satélite Iris	Rua Professor Mário Scolari, nº 91 – Satélite Íris I	Jardim Marinalva, Jardim Ouro Preto, Núcleo São Judas, Jardim São Judas Tadeu, Jardim Satélite Íris I, II e III (FEPASA), Jardim Uruguaí
	CRAS São Luís	Av. John Boyd Dunlop, nº12.800 –Jd Santa Clara	Residencial Campina Grande, Parque Floresta I, II, III e IV, Parque Itajaí I, II, III e IV, Jardim São Bento, Residencial São Luís
	CRAS Florence	Rua Lasar Segall, nº 110 –Jardim Florence I	Bairro Cosmos, Jardim Florence I e II (Parque da Amizade, Progresso, Três Estrelas), Bairro Síríus
<p>SUDOESTE</p> <p>Endereço: Av. Tancredo Neves, s/nº –Jardim Novo Campos Elíseos Fone: 3269-4073 / 3229-2144 / 3269-5955 E-mail: das.sudoeste@campinas.sp.gov.br Territórios:Abrange os bairros não cobertos pelos CRAS</p>	CRAS Campos Elíseos	Estrada Municipal, s/nº –Vila União III (esquina com a Rua Tião Carreiro)	Jardim Anchieta, Jardim Bordon, Jardim Campos Elíseos, Parque da Fazenda, Novo Ipaussurama, Alto Ipaussurama, Jardim Ipaussurama, Jardim Márcia, Jardim Novo Campos Elíseos, Jardim Novo Londres, Vila Palácios, Jardim Paulicéia, Vila Perseu Leite de Barros, Jardim Roseiras, Jardim Santa Lúcia, Parque Tropical, Vila União, Jardim Yeda
	CRAS Nelson Mandela	Rua Carmem de Angelis Nicoletti, s/nº –Dic V	Dic I, Dic III, Dic IV, Dic V, Dic V de Março, Eldorado dos Carajás, Jardim Nossa Sra. Aparecida, Jardim Profilurb, Jardim Rosalina, Jardim Santo Antônio, Jardim Santos Dumont, Núcleo Residencial Tancredo Neves, Jardim Todescan, Parque Vista Alegre
	CRAS Novo Tempo	Rua Odete Teresinha Santucci Octaviano, s/nº –Conj. Hab. Vida Nova	Chácara Parque Aeroporto, Residencial Campina Verde, Área Rural Friburgo, Jardim Marajó, Mauro Marcondes, Residencial Porto Seguro, Jardim Rosário, Residencial São José, Núcleo Residencial (Conjunto Habitacional) Vida Nova I e II, Vila Vitória

Fonte: SMASDH/DOAS

Anexo II: Organização dos Serviços vinculados à Proteção Social Especial de Média Complexidade por região administrativa da Assistência Social

REGIÃO DE LOCALIZAÇÃO	CENTRO DE REFERÊNCIA PÚBLICO	ENDEREÇO	ABRANGÊNCIA	SERVIÇOS/PROGRAMAS VINCULADOS	EXECUÇÃO	
					PÚBLICA	PRIVADA
LESTE E NORTE	Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS Leste / Norte	Rua Barão de Atibaia, nº 1077 – Vila Itapura Telefones: (19) 3273-7971 / 3272-8333 Email: creas@campinas.sp.gov.br	Regional (Norte e Leste)	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI	X	X
				Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a famílias e indivíduos - PAEFI	X	
				Serviço Especializado de Proteção Social a Famílias (SESF);		X
				Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto de Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviços à Comunidade (PSC)		X
				Centro Dia de Referência da Pessoa com Deficiência		X
				Serviço de Atendimento Especializado à Pessoa com Deficiência, Idosos e Suas Famílias – no domicílio do usuário.		X
LESTE	Centro de Referência Especializada para a População em Situação de Rua - Centro POP I	Rua Regente Feijó, nº 824 – Centro Telefones: (19) 3231-4155 / 3236-4059 Email: marildasares@ig.com.br Email: smas.sares@campinas.sp.gov.br	Municipal	Serviço de Abordagem Social de Crianças e Adolescentes		X
				Casa da Cidadania		X
				Serviço de Abordagem Social de Adultos		X
	Centro de Referência Especializada para a População em Situação de Rua - Centro POP II	Rua José Paulino, nº 603 – Centro Email: marildasares@ig.com.br Email: smas.sares@campinas.sp.gov.br	Municipal	Serviço de Abordagem Social de Crianças e Adolescentes		X
				Casa da Cidadania		X
				Serviço de Abordagem Social de Adultos		X

REGIÃO DE LOCALIZAÇÃO	CENTRO DE REFERÊNCIA PÚBLICO	ENDEREÇO	ABRANGÊNCIA	SERVIÇOS/PROGRAMAS VINCULADOS	EXECUÇÃO	
					PÚBLICA	PRIVADA
SUL	Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS Sul	Rua Prof. Milton de Tolosa, 425 – Jardim do Trevo Telefone: (19) 3253-3532 Email: creas.sul@campinas.sp.gov.br	Regional	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI	X	X
				Serviço de Proteção e Apoio Especializado a famílias e indivíduos - PAEFI	X	
				Serviço Especializado de Proteção Social a Famílias (SESF);		X
				Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto de Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviços à Comunidade (PSC)		X
				Centro Dia de Referência da Pessoa com Deficiência		X
				Serviço de Atendimento Especializado à Pessoa com Deficiência, Idosos e Suas Famílias – no domicílio do usuário.		X
NOROESTE	Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS Noroeste	Rua Oswaldo O. Barthelson, 417 - Jardim Paulicéia Telefone: (19) 3232-2477 Email: creas.marciacamillo@gmail.com	Regional	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI	X	X
				Serviço de Proteção e Apoio Especializado a famílias e indivíduos - PAEFI	X	
				Serviço Especializado de Proteção Social a Famílias (SESF);		X
				Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto de Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviços à Comunidade (PSC)		X
				Centro Dia de Referência da Pessoa com Deficiência		X
				Serviço de Atendimento Especializado à Pessoa com Deficiência, Idosos e Suas Famílias – no domicílio do usuário.		X

REGIÃO DE LOCALIZAÇÃO	CENTRO DE REFERÊNCIA PÚBLICO	ENDEREÇO	ABRANGÊNCIA	SERVIÇOS/PROGRAMAS VINCULADOS	EXECUÇÃO	
					PÚBLICA	PRIVADA
SUDOESTE	Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS Sudoeste	Rua Carlos Laet, 141 - Jardim Maria Rosa Telefone: (19) 3225-6677 Email: creas.sudoeste@campinas.sp.gov.br	Regional	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI	X	X
				Serviço de Proteção e Apoio Especializado a famílias e indivíduos - PAEFI	X	
				Serviço Especializado de Proteção Social a Famílias (SESF);		X
				Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto de Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviços à Comunidade (PSC)		X
				Centro Dia de Referência da Pessoa com Deficiência		X
				Serviço de Atendimento Especializado à Pessoa com Deficiência, Idosos e Suas Famílias – no domicílio do usuário.		X

Anexo III – Relação das Organizações da Sociedade Civil, por rede executora, que executam Serviços por meio de Termo de Colaboração com vigência em 2018

PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças e Adolescentes de 06 A 14 anos

ADRA CENTRAL - NÚCLEO SOCIAL PROF^a CÁSSIA RODRIGUES LASCA

AVENIDA ENG AUGUSTO DE FIGUEIREDO nº 2341 SUL
bairro: JD BOM SUCESSO
Site:
Email: nucleo.campinas@apac.org.br
CEP: 13045-248 Fone: (19)3271-3549
META: 120

AMIC - ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DA CRIANÇA - MONTE CRISTO

RUA Rosa Agritelli Cipriano nº 1 SUL
bairro: Jardim Monte Cristo
Site: www.amic.org.br
Email: amic@amic.org.br
CEP: 13049-103 Fone: (19)3287-7352
META: 60

AMIC - ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DA CRIANÇA - VILLAGE

AVENIDA FRANCISCO CANDIDO XAVIER nº 9 NORTE
bairro: VILLAGE CAMPINAS
Site: www.amic.org.br
Email: ceaamic@gmail.com
CEP: 13085-724 Fone: (19)3287-7352
META: 60

ASSOCIAÇÃO ANHUMAS QUERO QUERO - ANHUMAS

RUA MOSCOU nº 287 LESTE
bairro: PARQUE SÃO QUIRINO
Site: www.aaqq.org.br
Email: administrativo@aaqq.org.br
CEP: 13088-117 Fone: (19)3256-0699
META: 180

ASSOCIAÇÃO ANHUMAS QUERO-QUERO - JD ANDORINHAS

AVENIDA MANOEL AFONSO FERREIRA nº 1010 SUL
bairro: JARDIM ANDORINHAS
Site: www.aaqq.org.br
Email: administrativo@aaqq.org.br
CEP: 13100-290 Fone: (19)3254-4003
META: 270

ASSOCIACAO ASSISTENCIAL, PROMOCIONAL E EDUCACIONAL RESSURREICAO - APER

RUA Frei Gaspar da Madre de Deus nº 10 SUL
bairro: JD Carlos Lourenço
Site: www.irmasdaressurreiacao.com.br
Email: admcampinas@aper.org.br
CEP: 13101-191 Fone: (19)3368-1378
META: 120

ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE CAMPINEIRA - Núcleo São Marcos

RUA DOUTOR LUIZ ARISTEU NUCCI nº 155 NORTE
bairro: JD SÃO MARCOS
Site:
Email: nucleoabc@mpc.com.br
CEP: 13082-210 Fone: (19)3231-1809
META: 90

ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DA BOA AMIZADE ABBA

RUA CORONEL SERAFIM MIGUEIS nº 115 NORTE
bairro: JD EULINA
Site: abba@feac.org.br
Email: abbafeac@gmail.com
CEP: 13063-130 Fone: (19)3307-4336
META: 60

ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DIREITO DE SER

RUA Ozualdo Rodrigues nº 120 NORTE
bairro: JD CAMPINEIRO
Site: www.direitodeser.org.br
Email: contato@direitodeser.org.br
CEP: 13082-375 Fone: (19)3246-0689
META: 60

ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE SALEM

RUA CONSELHEIRO ANTONIO CARLOS nº 1140 SUDOESTE
bairro: JD CAMPOS ELÍSEOS
Site: www.cecampinas.com.br
Email: admsalemcampinas@gmail.com
CEP: 13060-024 Fone: (19)3227-1101
META: 90

ASSOCIAÇÃO CIVIL CARMELITAS DA CARIDADE - Centro Assistencial Vedruna

RUA Jose Segallio Filho nº 126 NORTE
bairro: JD Santa Mônica
Site: www.vedruna.org.br
Email: vedruna@sigmanet.com.br
CEP: 13082-250 Fone: (19)3216-4941
META: 120

ASSOCIAÇÃO DAS FRANCISCANAS MISSIONÁRIAS DO CORAÇÃO IMACULADO DE MARIA

RUA Neuraci da Silva Rodrigues nº 194 NORTE
bairro: Recanto Fortuna
Site:
Email: nucleocacsantos@yahoo.com.br
CEP: 13082-574 Fone: (19)3216-4474
META: 120

ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL SÃO JOÃO VIANNEY Casa Carmem Marcondes Pinheiro

RUA Rua Francisco Bianchini nº 1199 SUL
bairro: VL GEORGINA
Site: www.vianney.com.br
Email: social@vianney.com.br
CEP: 13043-730 Fone: (19)3276-7596
META: 90

ASSOCIAÇÃO EVANGELICA ASSISTENCIAL AEA

RUA MANOEL ISIDORO REIS nº 1135 NOROESTE
bairro: JD SANTA ROSA
Site: www.aeacampinas.org.br
Email: aea@aeacampinas.org.br
CEP: 13058-711 Fone: (19)3221-5358
META: 120

ASSOCIAÇÃO NAZARENA ASSISTENCIAL BENEFICENTE - ANA

RUA ANA ARRUDA CAMARGO nº 344 LESTE
bairro: JD NILÓPOLIS
Site: www.anabrasil.org
Email: jdnilopolis@anabrasil.org
CEP: 13088-820 Fone: (19)3256-6562
META: 300

ASSOCIAÇÃO NAZARENA ASSISTENCIAL BENEFICENTE - ANA - DIC

RUA IBRANTINA CARDONA nº 386 SUDOESTE
bairro: DIC IV
Site: www.anabrasil.org
Email: dic@anabrasil.org
CEP: 13054-513 Fone: (19)3367-4536
META: 420

CASA DE MARIA DE NAZARÉ - JD LILIZA - Casa dos Anjos

RUA ONDINA MORENO DE LIMA nº 546 NOROESTE
bairro: JD LILIZA
Site: www.casademariadenazare.org.br - CASA DOS ANJOS
Email: casadosanjos@mpc.com.br
CEP: 13058-272 Fone: (19)3221-0433
META: 420

CASA DE MARIA DE NAZARÉ - SAT ÍRIS - Casa Hosana

RUA BENEDITO ETELVINO ALEXANDRE nº 353 NOROESTE
bairro: CIDADE SATÉLITE ÍRIS
Site: www.casademariadenazare.org.br - CASA HOSANA
Email: casahosana@mpc.com.br
CEP: 13059-687 Fone: (19)3269-9421
META: 210

CENTRO COMUNITÁRIO DA CRIANÇA DO PARQUE ITAJAÍ I E REGIÃO

RUA Padre Josimo Moraes Tavares nº NOROESTE
bairro: PQ ITAJAÍ
Site:
Email: ccc.pqitajai@yahoo.com.br
CEP: 13058-011 Fone: (19)3221-3433
META: 150

CENTRO COMUNITÁRIO DO JARDIM SANTA LÚCIA

AVENIDA Carlos Lacerda nº 503 SUDOESTE
bairro: JD SANTA LÚCIA
Site: www.ccjsantalucia.org.br
Email: santalucia@ccjsantalucia.org.br
CEP: 13060-518 Fone: (19)3223-3080
META: 90

CENTRO DE EDUCAÇÃO E ACESSORIA POPULAR - CAMPINA GRANDE

RUA Moacir Barbosa nº 128 NOROESTE
bairro: JD CAMPINA GRANDE
Site: www.cedap.org.br
Email: cedap@cedap.org.br
CEP: 13058-123 Fone: (19)3221-9675
META: 60

CENTRO DE PROMOÇÃO PARA UM MUNDO MELHOR - CEPROMM

RUA Corumbatai nº 254 SUDOESTE
bairro: JD ITATINGA
Site: www.cepromm.com.br
Email: servicosocial@cepromm.com.br
CEP: 13052-444 Fone: (19)3225-0080
META: 120

CENTRO EDUCACIONAL INTEGRADO "Padre Santi Capriotti" - CEI

RUA DOUTOR QUIRINO nº 1856 LESTE
bairro: CENTRO
Site: www.ceicampinas.org.br
Email: ceicampinas2010@gmail.com
CEP: 13015-082 Fone: (19)3233-6560
META: 60

CENTRO SOCIAL BERTONI

RUA Maestro Jaime Lopes Diniz nº 66 SUL
bairro: JD NOVA EUROPA
Site: www.centrosocialbertoni.com.br
Email: centrosbertoni@gmail.com
CEP: 13040-067 Fone: (19)3278-1515
META: 60

CENTRO SOCIAL ROMÍLIA MARIA

RUA AGNALDO MACEDO nº 123 135 SUL
bairro: VL IPÊ
Site:
Email: romilia@mpcnet.com.br
CEP: 13044-000 Fone: (19)3271-1022
META: 90

CENTRO SOCIO EDUCATIVO SEMENTE ESPERANCA CSESE

RUA Chrispim Ferreira de Souza nº 144 SUL
bairro: JD Paranapanema
Site: www.sementeesperanca.org.br
Email: semente.esperanca@hotmail.com
CEP: 13100-223 Fone: (19)3579-1487
META: 90

CPTI - CENTRO PROMOCIONAL TIA ILEIDE - CH BOA VISTA - Sede / Administração

RUA Rua Vladimir Pinto nº 37 NORTE
bairro: CHÁCARA NOVA BOA VISTA
Site: www.cpti.org.br
Email: cpti@cpti.org.br
CEP: 13068-560 Fone: (19)3781-8092
META: 300

CPTI - CENTRO PROMOCIONAL TIA ILEIDE - PQ SHALON

RUA Valdir dos Santos Oliveira nº 100 NORTE
bairro: PQ SHALON
Site: www.cpti.org.br
Email: cpti@cpti.org.br
CEP: 13067-108 Fone: (19)3281-6180
META: 30

FUNDAÇÃO EUFRATEN - FUNEBEM - EPV - Escola Preparatória para a Vida I - VI Palmeiras

RUA JOSE PARTINELLI nº 140 SUL
bairro: VL PALMEIRAS
Site: www.eufraten.org.br
Email: adm@eufraten.org.br
CEP: 13051-058 Fone: (19)3225-9982
META: 60

FUNDAÇÃO IRMÃ RUTH DE MARIA CAMARGO SAMPAIO - FIRMACASA

RUA João Andretta nº NORTE
bairro: Chácaras Boa Vista
Site: WWW.firmacasa.org
Email: firmacasa@terra.com.br
CEP: 13067-845 Fone: (19)3281-2982
META: 240

GRUPO COMUNITÁRIO CRIANÇA FELIZ

RUA Francisco Mesquita nº 106 LESTE
bairro: VL Brandina
Site: Facebook Grupo Comunitario Crianca Feliz
Email: grupocfeliz@gmail.com
CEP: 13092-511 Fone: (19)3294-4920
META: 90

GRUPO PRIMAVERA

RUA Dr Luiz Aristeo Nucci nº 30 NORTE
bairro: JD SAO MARCOS
Site: www.gprimavera.org.br
Email: stella@gprimavera.org.br
CEP: 13082-210 Fone: (19)3746-7990
META: 240

INSTITUIÇÃO PADRE HAROLDO RAHM - JD BOA ESPERANÇA

RUA DR. JOAO QUIRINO DO NASCIMENTO nº 1601 LESTE
bairro: JD BOA ESPERANÇA
Site:
Email: prestacaodecontas@padreharoldo.org.br
CEP: 13091-516 Fone: (19)3794-2500
META: 120

INSTITUIÇÃO PADRE HAROLDO RAHM - JD CAMPO BELO

RUA José Alves de Lima nº 80 SUL
bairro: JD Don Gilberto
Site: www.padreharoldo.org.br
Email: circolando@padreharoldo.org.br
CEP: 13013-000 Fone: (19)3794-2532
META: 180

INSTITUTO DE PERNAS PRO AR

RUA Joaquim de Faria nº 304 Barracão e Fundos SUL
bairro: Jd. Santa Cruz
Site: www.depernasproar.org
Email: depernasproarcampinas@gmail.com
CEP: 13051-213 Fone: (19)3227-0843
META: 60

INSTITUTO PAULO FREIRE DE AÇÃO SOCIAL

RUA NIVALDO PEREIRA nº 345 SUL
bairro: JD MONTE CRISTO
Site: institutopaulofreire.com.br
Email: adm@institutopaulofreire.com.br
CEP: 13049-111 Fone: (19)3012-2234
META: 210

INSTITUTO SEMEAR - PQ VIA NORTE

RUA DOS CAMBARAS nº 102 NORTE
bairro: PQ VIA NORTE
Site:
Email: semear@mpcnet.com.br
CEP: 13064-740 Fone: (19)3282-9113
META: 120

INSTITUTO SEMEAR - VL OLÍMPIA

RUA DO TENIS nº 102 NORTE
bairro: VL OLÍMPIA
Site:
Email: : semear@mpcnet.com.br
CEP: 13069-412 Fone: (19)3282-9113
META: 270

LAR CAMPINENSE DE BEM ESTAR À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

RUA Martin Luther King Junior nº 400 NORTE
bairro: JD Eulina
Site: www.larcampinense.org.br
Email: roseli.lar@ig.com.br
CEP: 13063-580 Fone: (19)3242-8066
META: 60

LAR ESCOLA NOSSA SENHORA DO CALVÁRIO - Núcleo Comunitário Calvariano

RUA CORONEL SILVA TELES nº 700 SUDOESTE

bairro: CAMBUÍ

Site:

Email: nucleocalvariano@madrececilia.com.br

CEP: 13024-001 Fone: (19)3751-4063

META: 120

MOVIMENTO ASSISTENCIAL ESPÍRITA MARIA ROSA

AVENIDA PADRE MANOEL BERNARDES nº 1214 NORTE

bairro: PQ TAQUARAL

Site: ongmaemariarosa@hotmail.com

Email: ongmaemariarosa@hotmail.com

CEP: 13087-320 Fone: (19)3246-0894

META: 60

NAS - NÚCLEO DE AÇÃO SOCIAL

RUA Nossa Senhora da Assunção nº 1151 REAL PARQUE NORTE

bairro: REAL PARQUE

Site: www.nas.org.br

Email: nas.coordenacao@nas.org.br

CEP: 13082-786 Fone: (19)3289-3470

META: 90

OBRA SOCIAL SÃO JOÃO BOSCO - CENTRO

RUA JOSE PAULINO nº 479 LESTE

bairro: CENTRO

Site:

Email: financeiro@ossjb.org.br

CEP: 13013-000 Fone: (19)3733-1040

META: 120

OBRA SOCIAL SÃO JOÃO BOSCO - JD CAMPO BELO

RUA LEONICE APARECIDA OLIVEIRA DA SILVA nº 504 (ANTIGA RUA ONZE SUL

bairro: JD CAMPO BELO II

Site: www.ossjb.org.br

Email: financeiro@ossjb.org.br

CEP: 13053-378 Fone: (19)9643-7419

META: 180

OBRA SOCIAL SÃO JOÃO BOSCO - PQ OZIEL

RUA Mauro Fialho Garcia nº 175 SUL

bairro: VL TAUBATÉ/GLEBA B

Site:

Email: financeiro@ossjb.org.br

CEP: 13051-000 Fone: (19)3733-1040

META: 180

OBRA SOCIAL SÃO JOÃO BOSCO - VIDA NOVA

RUA DANIEL DE GODOI PEREIRA nº 42 SUDOESTE

bairro: VIDA NOVA

Site: www.ossjb.org.br

Email: financeiro@ossjb.org.br

CEP: 13057-541 Fone: (19)3226-0620

META: 360

PROJETO GENTE NOVA - JD BASSOLI

RUA Salvador dos Santos nº 157 NOROESTE

bairro: Pq. Floresta III

Site: www.progen.org.br

Email: progen@progen.org.br

CEP: 13058-098 Fone: (19)3221-2334

META: 240

PROJETO GENTE NOVA - Satélite Íris

RUA Wanda de Castro Mendes nº 312 NOROESTE
bairro: CIDADE SATÉLITE ÍRIS I
Site: www.progen.org.br
Email: progen@progen.org.br
CEP: 13059-685 Fone: (19)3028-0385
META: 330

PROJETO GENTE NOVA - VL C BRANCO

RUA Castelnuovo nº 699 NOROESTE
bairro: VL Castelo Branco
Site: www.progen.org.br
Email: progen@progen.org.br
CEP: 13061-266 Fone: (19)3269-6088
META: 330

SERVICO SOCIAL NOVA JERUSALÉM - JD DAS PAINEIRAS

RUA Presidente Alves nº 1252 LESTE
bairro: JD DAS PAINEIRAS
Site: www.ssnjcamp.org
Email: bete@ssnjcamp.org
CEP: 13091-107 Fone: (19)3253-1997
META: 210

SERVICO SOCIAL NOVA JERUSALÉM - SOUSAS

RUA Agenor Augusto do Nascimento nº 211 LESTE
bairro: VL Santana
Site:
Email: secretariasousas@gmail.org
CEP: 13105-786 Fone: (19)2121-6887
META: 180

SOCIEDADE DAS FILHAS DE NOSSA SENHORA DO SAGRADO CORAÇÃO - Casa da Criança Maria Luísa Hartzler

RUA ANTONIO VICENTE LEVANTEZI nº 290 SUDOESTE
bairro: PQ MONTREAL
Site:
Email: CCMLH.CAMPINAS@TERRA.COM.BR
CEP: 13052-344 Fone: (19)3225-8884
META: 150

SOCIEDADE DOS IRMÃOS DA CONGREGAÇÃO DE SANTA CRUZ CECÓIA

SOUSAS

RUA MIGUEL ABRAO KEIRALLA nº 61 LESTE
bairro: Sousas
Site: www.cecoia.org.br
Email: fsouza@cecoia.org.br
CEP: 13105-010 Fone: (19)3258-3892
META: 180

SOCIEDADE EDUCATIVA DE TRABALHO E ASSISTÊNCIA - SETA - VL. NOGUEIRA

RUA EMILIO LANG JUNIOR nº 411 LESTE
bairro: VL NOGUEIRA
Site: www.setacampinas.org.br
Email: seta@setacampinas.org.br
CEP: 13088-011 Fone: (19)3256-6415
META: 90

SOCIEDADE PRÓ-MENOR BARÃO GERALDO

AVENIDA Angelino Gregorio nº 110 NORTE
bairro: JD América
Site:
Email: pmenor@mpcnet.com.br
CEP: 13084-415 Fone: (19)3289-3163
META: 90

UNIÃO CRISTÃ FEMININA

RUA Olivio Manoel de Camargo nº 291 NORTE
bairro: JD SANTA MoNICA
Site: www.uniaocristafeminina.org.br
Email: ucfeminina@terra.com.br
CEP: 13082-125 Fone: (19)3246-2462
META: 180

Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - Centros de Convivência Inclusivos e Intergeracionais

AÇÃO FORTE

RUA Benedita Arruda Prado nº 111 NORTE
bairro: PQ VIA NORTE
Site: www.acaoforte.org.br
Email: coordenadora@acaoforte.org.br
CEP: 13065-380 Fone: (19)3245-2451
META: 30

AMIC - ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DA CRIANÇA - MONTE CRISTO

RUA Rosa Agritelli Cipriano nº 1 SUL
bairro: Jardim Monte Cristo
Site: www.amic.org.br
Email: amic@amic.org.br
CEP: 13049-103 Fone: (19)3287-7352
META: 60

AMIC - ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DA CRIANÇA - VILLAGE

AVENIDA FRANCISCO CANDIDO XAVIER nº 9 NORTE
bairro: VILLAGE CAMPINAS
Site: www.amic.org.br
Email: ceaamic@gmail.com
CEP: 13085-724 Fone: (19)3287-7352
META: 60

APRENDIZADO DOMÉSTICO SANTANA

RUA Barão de Jaguará nº 297 LESTE
bairro: Centro
Site:
Email: contato@casasantana.org.br
CEP: 13026-099 Fone: (19)3232-2941
META: 90

APRENDIZADO DOMÉSTICO SANT'ANA - JD ESMERALDINA

RUA Ana Teles Moreira nº 1 S/N SUL
bairro: JD ESMERALDINA
Site:
Email: contato@casasantana.org.br
CEP: 13046-505 Fone: (19)3342-8758
META: 120

APRENDIZADO DOMÉSTICO SANT'ANA - JD FLORENCE

RUA Rua Lasar Segall nº 230 NOROESTE
bairro: JD Florence I
Site:
Email: contato@casasantana.org.br
CEP: 13059-016 Fone: (19)3579-7917
META: 120

APRENDIZADO DOMÉSTICO SANT'ANA - JD ROSSIN

RUA Rua Gertrudes Moro Rossin nº 524 NOROESTE
bairro: JD Rossin
Site:
Email: contato@casasantana.org.br
CEP: 13059-235 Fone: (19)3028-1926
META: 120

ASSOCIAÇÃO ANHUMAS QUERO QUERO - ANHUMAS

RUA MOSCOU nº 287 LESTE
bairro: PARQUE SÃO QUIRINO
Site: www.aaqq.org.br
Email: administrativo@aaqq.org.br
CEP: 13088-117 Fone: (19)3256-0699
META: 30

ASSOCIAÇÃO ANHUMAS QUERO-QUERO - JD ANDORINHAS

AVENIDA MANOEL AFONSO FERREIRA nº 1010 SUL
bairro: JARDIM ANDORINHAS
Site: www.aaqq.org.br
Email: administrativo@aaqq.org.br
CEP: 13100-290 Fone: (19)3254-4003
META: 30

ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE CAMPINEIRA - Núcleo São Marcos

RUA DOUTOR LUIZ ARISTEU NUCCI nº 155 NORTE
bairro: JD SÃO MARCOS
Site:
Email: nucleoabc@mpc.com.br
CEP: 13082-210 Fone: (19)3231-1809
META: 60

ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DIREITO DE SER

RUA Ozualdo Rodrigues nº 120 NORTE
bairro: JD CAMPINEIRO
Site: www.direitodeser.org.br
Email: contato@direitodeser.org.br
CEP: 13082-375 Fone: (19)3246-0689
META: 30

ASSOCIAÇÃO CORNÉLIA MARIA ELIZABETH VAN HYLCKAMA Vlieg - SOUSAS

RUA Antonio Prado nº 430 LESTE
bairro: SOUSAS
Site: www.armazemoficinas.com.br
Email: financeiro@armazemoficinas.com.br
CEP: 13106-042 Fone: (19)3258-7599
META: 180

ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL SÃO JOÃO VIANNEY

RUA Macaraí nº 305 casa SUL
bairro: Vila Cura D Ars
Site: www.vianney.com.br
Email: vianney@feac.org.br
CEP: 13045-515 Fone: (19)3276-0677
META: 90

ASSOCIAÇÃO DE EDUCAÇÃO DO HOMEM DE AMANHÃ - AEDHA - GUARDINHA

AVENIDA DAS AMOREIRAS nº 165 SUL
bairro: PQ ITÁLIA
Site: www.guardinha.org.br
Email: diretoria@guardinha.org.br
CEP: 13036-225 Fone: (19)3772-9699
META: 300

CASA DE MARIA DE NAZARÉ - JD LILIZA - Casa dos Anjos

RUA ONDINA MORENO DE LIMA nº 546 NOROESTE
bairro: JD LILIZA
Site: www.casademariadenazare.org.br - CASA DOS ANJOS
Email: casadosanjos@mpc.com.br
CEP: 13058-272 Fone: (19)3221-0433
META: 120

CENTRO COMUNITÁRIO DO JARDIM SANTA LÚCIA

AVENIDA Carlos Lacerda nº 503 SUDOESTE
bairro: JD SANTA LÚCIA
Site: www.ccjsantalucia.org.br
Email: santalucia@ccjsantalucia.org.br
CEP: 13060-518 Fone: (19)3223-3080
META: 330

CENTRO DE EDUCAÇÃO E ACESSORIA POPULAR - CAMPINA GRANDE

RUA Moacir Barbosa nº 128 NOROESTE
bairro: JD CAMPINA GRANDE
Site: www.cedap.org.br
Email: cedap@cedap.org.br
CEP: 13058-123 Fone: (19)3221-9675
META: 240

CENTRO DE ORIENTAÇÃO FAMILIAR - JD CHAPADÃO

AVENIDA Governador Pedro de Toledo nº 2082 NORTE
bairro: Jd. Chapadão
Site:
Email: cof.campinas@terra.com.br
CEP: 13070-715 Fone: (19)3234-8646
META: 150

CENTRO DE PROMOÇÃO PARA UM MUNDO MELHOR - CEPROMM

RUA Corumbatai nº 254 SUDOESTE
bairro: JD ITATINGA
Site: www.cepromm.com.br
Email: servicosocial@cepromm.com.br
CEP: 13052-444 Fone: (19)3225-0080
META: 60

CENTRO ESPIRITA ALLAN KARDEC - VL NOVA - Educandário Eurípedes

AVENIDA Theodureto de Almeida Camargo nº 750 NORTE
bairro: Jd. Nossa Senhora Auxiliadora
Site: www.ceak.org.br
Email: ceakceak@terra.com.br
CEP: 13075-630 Fone: (19)3242-3877
META: 240

CENTRO PROMOCIONAL NOSSA SENHORA DA VISITAÇÃO

AVENIDA Marcio Egídio de Souza Aranha nº 143 NOROESTE
bairro: JD IPAUSSURAMA
Site: www.cpvisitacao.org.br
Email: visitacao@cpvisitacao.org.br
CEP: 13060-840 Fone: (19)3227-8128
META: 360

CENTRO SOCIAL ROMÍLIA MARIA

RUA AGNALDO MACEDO nº 123 135 SUL
bairro: VL IPÊ
Site:
Email: romilia@mpcnet.com.br
CEP: 13044-000 Fone: (19)3271-1022
META: 180

CPTI - CENTRO PROMOCIONAL TIA ILEIDE - (Fórum da Família) - Jd Sete de Setembro

RUA Rua do Apóstolo Lucas nº 75 NORTE
bairro: JD SETE DE SETEMBRO
Site: www.cpti.org.br
Email: cpti@cpti.org.br
CEP: 13067-256 Fone: (19)3781-8090
META: 270

CPTI - CENTRO PROMOCIONAL TIA ILEIDE - PQ SHALON

RUA Valdir dos Santos Oliveira nº 100 NORTE
bairro: PQ SHALON
Site: www.cpti.org.br
Email: cpti@cpti.org.br
CEP: 13067-108 Fone: (19)3281-6180
META: 30

CPTI - CENTRO PROMOCIONAL TIA ILEIDE - REGINA AMÉLIA

RUA VLADIMIR PINTO nº 251 NORTE
bairro: CHACARA BOA VISTA
Site: WWW.CPTI.ORG.BR
Email: CPTI@CPTI.ORG.BR
CEP: 13068-560 Fone: (19)3781-8090
META: 120

FUNDAÇÃO EUFRATEN - FUNEBEM - EPV - Escola Preparatória para a Vida I - VI Palmeiras

RUA JOSE PARTINELLI nº 140 SUL
bairro: VL PALMEIRAS
Site: www.eufraten.org.br
Email: adm@eufraten.org.br
CEP: 13051-058 Fone: (19)3225-9982
META: 210

FUNDAÇÃO EUFRATEN - FUNEBEM - EPV III - Escola Preparatória para a Vida III - Jd do Lago II

RUA Engenheiro Márcio Duarte Ribeiro nº 500 SUL
bairro: JD DO LAGO II
Site: www.eufraten.org.br
Email: adm@eufraten.org.br
CEP: 13051-058 Fone: (19)3268-3311
META: 240

FUNDAÇÃO GERAÇÕES

RUA Dr Sebastiao Augusto de Castro nº 34 NOROESTE
bairro: Pq Valenca I e II
Site:
Email: fundacaogeracoes@gmail.com
CEP: 13058-582 Fone: (19)3221-8172
META: 210

FUNDAÇÃO IRMÃ RUTH DE MARIA CAMARGO SAMPAIO - FIRMACASA

RUA João Andretta nº NORTE
bairro: Chácaras Boa Vista
Site: WWW.firmacasa.org
Email: firmacasa@terra.com.br
CEP: 13067-845 Fone: (19)3281-2982
META: 30

INSTITUIÇÃO ASSISTENCIAL DIAS DA CRUZ

AVENIDA Joao Rodrigues Serra nº 451 NORTE
bairro: JD Eulina
Site: www.diasdacruz.org
Email: secretaria@diasdacruz.org
CEP: 13063-240 Fone: (19)3212-2501
META: 270

INSTITUIÇÃO PADRE HAROLDO RAHM - JD BOA ESPERANÇA

RUA DR. JOAO QUIRINO DO NASCIMENTO nº 1601 LESTE

bairro: JD BOA ESPERANÇA

Site:

Email: prestacaodecontas@padreharoldo.org.br

CEP: 13091-516 Fone: (19)3794-2500

META: 30

INSTITUTO SEMEAR - VL OLÍMPIA

RUA DO TENIS nº 102 NORTE

bairro: VL OLÍMPIA

Site:

Email: semear@mpcnet.com.br

CEP: 13069-412 Fone: (19)3282-9113

META: 30

MOVIMENTO ASSISTENCIAL ESPÍRITA MARIA ROSA

AVENIDA PADRE MANOEL BERNARDES nº 1214 NORTE

bairro: PQ TAQUARAL

Site: ongmaemariarosa@hotmail.com

Email: ongmaemariarosa@hotmail.com

CEP: 13087-320 Fone: (19)3246-0894

META: 270

NAS - NÚCLEO DE AÇÃO SOCIAL

RUA Nossa Senhora da Assuncao nº 1151 REAL PARQUE NORTE

bairro: REAL PARQUE

Site: www.nas.org.br

Email: nas.coordenacao@nas.org.br

CEP: 13082-786 Fone: (19)3289-3470

META: 90

OBRA SOCIAL SÃO JOÃO BOSCO - CENTRO

RUA JOSE PAULINO nº 479 LESTE

bairro: CENTRO

Site:

Email: financeiro@ossjb.org.br

CEP: 13013-000 Fone: (19)3733-1040

META: 300

OBRA SOCIAL SÃO JOÃO BOSCO - VIDA NOVA

RUA DANIEL DE GODOI PEREIRA nº 42 SUDOESTE

bairro: VIDA NOVA

Site: www.ossjb.org.br

Email: financeiro@ossjb.org.br

CEP: 13057-541 Fone: (19)3226-0620

META: 210

PROJETO GENTE NOVA - JD BASSOLI

RUA Salvador dos Santos nº 157 NOROESTE

bairro: Pq. Floresta III

Site: www.progen.org.br

Email: progen@progen.org.br

CEP: 13058-098 Fone: (19)3221-2334

META: 510

PROJETO GENTE NOVA - Satélite Íris

RUA Wanda de Castro Mendes nº 312 NOROESTE

bairro: CIDADE SATÉLITE ÍRIS I

Site: www.progen.org.br

Email: progen@progen.org.br

CEP: 13059-685 Fone: (19)3028-0385

META: 360

PROJETO GENTE NOVA - VL C BRANCO

RUA Rua Castelnuovo nº 699 NOROESTE
bairro: VL CASTELO BRANCO
Site: www.progen.org.br
Email: progen@progen.org.br
CEP: 13061-060 Fone: (19)3229-1659
META: 540

SOCIEDADE DAS FILHAS DE NOSSA SENHORA DO SAGRADO CORAÇÃO - Casa da Criança Maria Luísa Hartzler

RUA ANTONIO VICENTE LEVANTEZI nº 290 SUDOESTE
bairro: PQ MONTREAL
Site:
Email: CCMLH.CAMPINAS@TERRA.COM.BR
CEP: 13052-344 Fone: (19)3225-8884
META: 60

SOCIEDADE EDUCATIVA DE TRABALHO E ASSISTÊNCIA - SETA - GUARAÇÁ

RUA NATIVIDADE DA SERRA nº 601 LESTE
bairro: CHACARA DA BARRA
Site: www.setacampinas.org.br
Email: scfvsetaguaracai@gmail.com
CEP: 13090-762 Fone: (19)3253-7812
META: 210

SOCIEDADE EDUCATIVA DE TRABALHO E ASSISTÊNCIA - SETA - UNIDADE II

RUA Amélia Bueno de Camargo nº 8 LESTE
bairro: JD SANTANA
Site: www.setacampinas.org.br
Email: seta.intergeracional@gmail.com
CEP: 13088-649 Fone: (19)3325-2009
META: 300

Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos em Unidade Móvel Itinerante

INSTITUIÇÃO PADRE HAROLDO RAHM - JD BOA ESPERANÇA - CIRCOLANDO

RUA DR. JOAO QUIRINO DO NASCIMENTO nº 1601 SUL
bairro: JD BOA ESPERANÇA
Site:
Email: prestacaodecontas@padreharoldo.org.br
CEP: 13091-516 Fone: (19)3794-2500
META: 45

PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE

Serviço Especializado de Proteção a Família (SESF)

AÇÃO FORTE

RUA Benedita Arruda Prado nº 111 NORTE
bairro: PQ VIA NORTE
Site: www.acaoforte.org.br
Email: coordenadora@acaoforte.org.br
CEP: 13065-380 Fone: (19)3245-2451
META: 30

ASSISTÊNCIA SOCIAL DA PAROQUIA DO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS

RUA Otavio Mendes nº 156 LESTE
bairro: Botafogo
Site: www.asocialpscjesus.org
Email: assistenciasocial_pscjesus@yahoo.com.br
CEP: 13020-370 Fone: (19)3231-3049
META: 150

ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DIREITO DE SER

RUA Ozualdo Rodrigues nº 120 NORTE
bairro: JD CAMPINEIRO
Site: www.direitodeser.org.br
Email: contato@direitodeser.org.br
CEP: 13082-375 Fone: (19)3246-0689
META: 60

ASSOCIAÇÃO FRANCISCANA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL CORAÇÃO DE MARIA - AFASCOM - VI Georgina

RUA FRANCISCO BIANCHINI nº 303 SUL
bairro: VL GEORGINA
Site: www.fcmaria.org.br
Email: social@afascom.org.br
CEP: 13043-720 Fone: (19)3381-0004
META: 150

CENTRO COMUNITÁRIO DO JARDIM SANTA LÚCIA

AVENIDA Carlos Lacerda nº 503 SUDOESTE
bairro: JD SANTA LÚCIA
Site: www.ccjsantalucia.org.br
Email: santalucia@ccjsantalucia.org.br
CEP: 13060-518 Fone: (19)3223-3080
META: 120

CENTRO DE EDUCAÇÃO E ACESSORIA POPULAR - VL ITAPURA

RUA Barbosa da Cunha nº 930 LESTE
bairro: Guanabara
Site: www.cedap.org.br
Email: cedap@cedap.org.br
CEP: 13073-320 Fone: (19)3235-1800
META: 90

CENTRO REGIONAL DE ATENÇÃO AOS MAUS TRATOS NA INFÂNCIA - CRAMI

RUA SUZELEY NORMA BOVE nº 274 Casa LESTE
bairro: JD BRANDINA
Site: www.cramicampinas.org.br
Email: crami@cramicampinas.org.br
CEP: 13092-542 Fone: (19)3251-1234
META: 270

CPTI - CENTRO PROMOCIONAL TIA ILEIDE - (Fórum da Família) - Jd Sete de Setembro

RUA Rua do Apóstolo Lucas nº 75 NORTE
bairro: JD SETE DE SETEMBRO
Site: www.cpti.org.br
Email: cpti@cpti.org.br
CEP: 13067-256 Fone: (19)3781-8090
META: 60

PROJETO GENTE NOVA - JD GARCIA

RUA Monteiro de Camargo nº 210 NOROESTE
bairro: JD GARCIA
Site: www.progen.org.br
Email: progenmedia@progen.org.br
CEP: 13061-200 Fone: (19)3267-0705
META: 90

SOCIEDADE EDUCATIVA DE TRABALHO E ASSISTÊNCIA - SETA - SESF NORTE

RUA ROBERTO SIMONSEN nº 443 NORTE
bairro: TAQUARAL
Site: www.setacampinas.org.br
Email: seta@setacampinas.org.br
CEP: 13076-416 Fone: (19)3395-6001
META: 60

SOCIEDADE EDUCATIVA DE TRABALHO E ASSISTÊNCIA - SETA - SESF SUDOESTE

AVENIDA Amoreiras nº 1001 SUL
bairro: São Bernardo
Site: www.setacampinas.org.br
Email: paefi.setaundamoreiras@gmail.com
CEP: 13030-405 Fone: (19)3272-3001
META: 330

SOCIEDADE EDUCATIVA DE TRABALHO E ASSISTÊNCIA - SETA - SESF SUL

RUA PROF. ADALBERTO NASCIMENTO nº 402 SUL
bairro: SÃO BERNARDO
Site: www.setacampinas.org.br
Email: paefi.setaundamoreiras@gmail.com
CEP: 13030-730 Fone: (19)3579-2584
META: 120

SOS AÇÃO MULHER E FAMÍLIA

RUA Dr Quirino nº 1856 1º andar LESTE
bairro: CENTRO
Site: www.sosmulherfamilia.org.br
Email: samulher@feac.org.br
CEP: 13015-082 Fone: (19)3232-1544
META: 30

Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa - LA

CENTRO DE ORIENTAÇÃO AO ADOLESCENTE DE CAMPINAS - COMEC - Ponte Preta

RUA Da Abolição nº 92 SUL
bairro: PONTE PRETA
Site: www.comec.org.br
Email: financeiro@comec.org.br
CEP: 13445-041 Fone: (19)3234-1749
META: 180

SOCIEDADE EDUCATIVA DE TRABALHO E ASSISTÊNCIA - SETA - SUL

AVENIDA Amoreiras nº 1001 SUL
bairro: São Bernardo
Site: www.setacampinas.org.br
Email: paefi.setaundamoreiras@gmail.com
CEP: 13030-405 Fone: (19)3272-3001
META: 160

Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa - PSC

CENTRO DE ORIENTAÇÃO AO ADOLESCENTE DE CAMPINAS - COMEC - Bosque

RUA Proença nº 814 LESTE
bairro: BOSQUE
Site: www.comec.org.br
Email: coordenadoria@comec.org.br
CEP: 13026-121 Fone: (19)3234-3712
META: 100

Serviço de Proteção Social Especial no Domicílio para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias

CENTRO EDUCACIONAL INTEGRADO "Padre Santi Capriotti" - CEI

RUA DOUTOR QUIRINO nº 1856 LESTE
bairro: CENTRO
Site: www.ceicampinas.org.br
Email: ceicampinas2010@gmail.com
CEP: 13015-082 Fone: (19)3233-6560
META: 100

Serviço Especializado em Abordagem Social (CRIANÇA/ADOLESCENTE)

MVM MOVIMENTO VIDA MELHOR

RUA Serra do Mirante nº 65 SUL
bairro: JD NOVO SÃO JOSÉ
Site: www.mvm.org.br
Email: coordenacao.convim@mvm.org.br
CEP: 13100-441 Fone: (19)3235-2288
META: 100

Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência em Situação de Dependência - Centro Dia de Referência

SORRI CAMPINAS

RUA Rouxinol nº 195 NORTE
bairro: VL TEIXEIRA
Site: www.sorricampinas.org
Email: ester.sorricampinas@gmail.com
CEP: 13034-820 Fone: (19)3243-0926
META: 30

Serviço Especializado em Abordagem Social (ADULTO)

ASSOCIAÇÃO CORNÉLIA MARIA ELIZABETH VAN HYLCKAMA VLIEG - BOSQUE - SOS RUA - Serviço de Orientação Social

para Pessoas em Situação de Rua

RUA URUGUAIANA nº 992 LESTE
bairro: BOSQUE
Site:
Email:
CEP: 13026-002 Fone: (19)3253-4512
META: 200

SC - Oficinas de Trabalho para Pessoas Adultas em Situação de Rua

ASSOCIAÇÃO CORNÉLIA MARIA ELIZABETH VAN HYLCKAMA VLIEG - SOUSAS

RUA Antônio Prado nº 430 LESTE
bairro: SOUSAS
Site:
Email: financeiro@armazemoficinas.com.br
CEP: 13106-042 Fone: (19)3258-7599
META: 30

SC - Pessoas Adultas em Situação de Rua - Casa da Cidadania

INSTITUTO SEMEAR - VL INDUSTRIAL

RUA FRANCISCO TEODORO nº 138 SUL
bairro: VL INDUSTRIAL
Site:
Email: semear@mpcnet.com.br
CEP: 13035-430 Fone: (19)3235-3311
META: 80

Serviço Complementar para Atendimento à Pessoas com Deficiência

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DE SURDOS DE CAMPINAS - APASCAMP

RUA ROUXINOL nº 175 NORTE
bairro: VL TEIXEIRA
Site: www.apascamp.org.br
Email: apascamp@apascamp.org.br
CEP: 13034-820 Fone: (19)3242-9900
META: 60

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CAMPINAS APAE

RUA Francisco Bueno de Lacerda nº 120 SUL
bairro: PQ ITALIA
Site: www.campinas.apaebrasil.org.br
Email: apae@mpc.com.br
CEP: 13052-221 Fone: (19)3772-1200
META: 90

ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DOS AUTISTAS EM CAMPINAS - ADACAMP

RUA Padre Francisco de Abreu Sampaio nº 349 SUL
bairro: PQ ITALIA
Site: www.adacamp.org.br
Email: adacamp@adacamp.org.br
CEP: 13036-140 Fone: (19)3272-7889
META: 120

ASSOCIAÇÃO PESTALOZZI DE CAMPINAS

RUA ALAYDE NASCIMENTO DE LEMOS nº 570 SUL
bairro: VL LEMOS
Site: www.pestalozzicampinas.com.br
Email: contato@pestalozzicampinas.com.br
CEP: 13100-453 Fone: (19)3252-1023
META: 90

CASA DA CRIANÇA PARALÍTICA DE CAMPINAS - CCP

RUA Pedro Domingos Vitalli nº 160 SUL
bairro: Pq Itália
Site: www.ccp.org.br
Email: ana.moreira@ccp.org.br
CEP: 13036-180 Fone: (19)2127-7230
META: 90

CENTRO DE APOIO E INTEGRAÇÃO DO SURDOCEGO E MÚLTIPLO DEFICIENTE - CAIS

RUA Lino Guedes nº 225 SUL
bairro: JD PAULISTANO
Site: www.caiscampinas.org.br
Email: cais@caiscampinas.org.br
CEP: 13026-370 Fone: (19)3239-1456
META: 30

CENTRO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL SÍNDROME DE DOWN

RUA Ezequiel Magalhaes nº 99 LESTE
bairro: VL BRANDINA
Site: www.ceesd.org.br
Email: ceesd@uol.com.br
CEP: 13092-522 Fone: (19)3795-4690
META: 60

CENTRO EDUCACIONAL INTEGRADO "Padre Santi Capriotti" - CEI

RUA DOUTOR QUIRINO nº 1856 LESTE
bairro: CENTRO
Site: www.ceicampinas.org.br
Email: ceicampinas2010@gmail.com
CEP: 13015-082 Fone: (19)3233-6560
META: 90

FUNDAÇÃO SÍNDROME DE DOWN

RUA Jose Antonio Marinho nº 430 NORTE
bairro: Barão Geraldo
Site: www.fsdwn.org.br
Email: adm@fsdwn.org.br
CEP: 13084-783 Fone: (19)3790-2818
META: 90

INSTITUTO CAMPINEIRO DOS CEGOS TRABALHADORES

AVENIDA Washington Luis nº 570 SUL
bairro: VL MARIETA
Site: www.icct.org.br
Email: icct_rosana@hotmail.com
CEP: 13041-005 Fone: (19)3231-2136
META: 60

INSTITUTO DE PEDAGOGIA TERAPÊUTICA PROF. NORBERTO DE SOUZA PINTO

RUA Dr. Miguel Penteado nº 787 NORTE
bairro: JD Chapadão
Site: www.institutonorberto.com.br
Email: ipt.norberto@uol.com.br
CEP: 13070-118 Fone: (19)2138-4250
META: 30

INSTITUTO EDUCACIONAL PROFESSORA MARIA DO CARMO ARRUDA TOLEDO - CADAF

RUA Alayde Nascimento de Lemos nº 532 SUL
bairro: VL Lemos
Site: www.donacarminha.org.br
Email: donacarminha.social@gmail.com
CEP: 13100-453 Fone: (19)3201-0359
META: 60

PRÓ-VISÃO SOCIEDADE CAMPINEIRA DE ATENDIMENTO AO DEFICIENTE VISUAL

AVENIDA Antonio Carlos Salles Junior nº 580 SUL
bairro: Jd Proença
Site: www.provisao.org.br
Email: provisao@provisao.org.br
CEP: 13100-410 Fone: (19)3254-4648
META: 60

SOBRAPAR - SOCIEDADE BRASILEIRA DE PESQUISA E ASSISTÊNCIA PARA REABILITAÇÃO CRANIOFACIAL

AVENIDA ADOPHO LUTZ nº 100 CAIXA POSTAL 6028 NORTE
bairro: CIDADE UNIVERSITÁRIA
Site: www.sobrapar.org.br
Email: marciarodrigues@sobrapar.org.br
CEP: 13083-880 Fone: (19)3749-9700
META: 30

SORRI CAMPINAS

RUA Rouxinol nº 195 NORTE
bairro: VL TEIXEIRA
Site: www.sorricampinas.org
Email: ester.sorricampinas@gmail.com
CEP: 13034-820 Fone: (19)3243-0926
META: 90

PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE**Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes - Abrigo Institucional****ASSOCIAÇÃO DE EDUCAÇÃO DO HOMEM DE AMANHÃ - GUARDINHA - CONVÍVIO I**

bairro: JD NOVO CAMPOS ELÍSEOS
Site:
Email: joana@guardinha.org.br
Fone: (19)3267-0620
META: 20

ASSOCIAÇÃO DE EDUCAÇÃO DO HOMEM DE AMANHÃ - GUARDINHA - CONVÍVIO II

bairro: JD CAMPOS ELISEOS
Site: www.guardinha.org.br
Email: guardinha@guardinha.org.br
Fone: (19)3294-6842
META: 20

CENTRO DE CONTROLE E INVESTIGAÇÃO IMUNOLÓGICA DR. ANTÔNIO CARLOS CORSINI

bairro: Pq Taquaral
Site: www.centrocorsini.org.br
Email: coord.uai@centrocorsini.org.br
Fone: (19)2101-0101
META: 20

UNIASEC - Lar Infantil Nosso Sonho

bairro: VL Teixeira
Site:
Email: uniasec.vida@gmail.com
Fone: (19)2517-1725
META: 20

Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes - Casa Lar**ALDEIAS INFANTIS SOS BRASIL - CAMPINAS - CASA LAR 01**

bairro: JD LUMEN CHRIST
Site: www.aldeiasinfantis.org.br
Email: campinas.sp@aldeiasinfantis.org.br
Fone: (19)3381-7524
META: 10

ALDEIAS INFANTIS SOS BRASIL - CAMPINAS - CASA LAR 02

bairro: Jd. N. S. Auxiliadora
Site: www.aldeiasinfantis.org.br
Email: campinas.sp@aldeiasinfantis.org.br
Fone: (19)3381-7526
META: 10

ALDEIAS INFANTIS SOS BRASIL - CAMPINAS - CASA LAR 03

bairro: JD DOM BOSCO
Site: www.aldeiasinfantis.org.br
Email: campinas.sp@aldeiasinfantis.org.br
Fone: (19)3381-7540
META: 10

ALDEIAS INFANTIS SOS BRASIL - CAMPINAS - CASA LAR 04

bairro: TAQUARAL
Site: www.aldeiasinfantis.org.br
Email: campinas.sp@aldeiasinfantis.org.br
Fone: (19)3395-0084
META: 10

ALDEIAS INFANTIS SOS BRASIL - CAMPINAS - CASA LAR 05

bairro: JD DOM BOSCO
Site: www.aldeiasinfantis.org.br
Email: campinas.sp@aldeiasinfantis.org.br
Fone: (19)3395-7540
META: 10

ALDEIAS INFANTIS SOS BRASIL - CAMPINAS - CASA LAR 06

bairro: Jd. N. Senhora Auxiliadora
Site: www.aldeiasinfantis.org.br
Email: campinas.sp@aldeiasinfantis.org.br
Fone: (19)3381-7544
META: 10

ASSOCIAÇÃO DE EDUCAÇÃO DO HOMEM DE AMANHÃ - CASA LAR CRER & SER - UNIDADE I

bairro: JD NOVA EUROPA
Site: www.guardinha.org.br
Email: guardinha@guardinha.org.br
Fone: (19)3772-9699
META: 10

ASSOCIAÇÃO DE EDUCAÇÃO DO HOMEM DE AMANHÃ - CASA LAR CRER & SER - UNIDADE II

bairro: VL INDUSTRIAL
Site:
Email: guardinha@guardinha.org.br
Fone: (19)3772-9699
META: 10

CASA DOS MENORES DE CAMPINAS - Casa Lar dos Irmãos 3

bairro: Jd. Novo Campos Elíseos
Site: www.esperacasemlimites.org.br
Email: hopeultd@mpc.com.br
Fone: (19)2517-6758
META: 10

CASA DOS MENORES DE CAMPINAS - Casa Lar dos Irmãos 4

bairro: JD NOVOS CAMPOS ELÍSEOS
Site: www.esperacasemlimites.org.br
Email: casaslareshope@mpc.com.br
Fone: (19)4108-2546
META: 10

CASA DOS MENORES DE CAMPINAS - Casa Lar dos Irmãos 5

bairro: JD. NOVO CAMPOS ELISIOS
Site: www.esperancasemlimites.org.br
Email: hopeultd@mpc.com.br
Fone: (19)3201-3020
META: 10

CASA DOS MENORES DE CAMPINAS - Casa Lar Feminina

bairro: Vila Mimosa
Site: www.esperancasemlimites.sp.gov.br
Email: casaslareshope@mpc.com.br
Fone: (19)3201-3020
META: 10

CASA DOS MENORES DE CAMPINAS - Casa Lar Masculina

bairro: Jd. Santa Amália
Site: www.esperancasemlimites.org.br
Email: hopeultd@mpc.com.br
Fone: (19)2517-6758
META: 10

UNIASEC - Casa Lar Grandes Amigos

bairro: VL Pompéia
Site:
Email: uniasec.vida@gmail.com
Fone: (19)3388-0091
META: 10

UNIASEC - Casa Lar Grandes Pequeninos

bairro: VL Teixeira
Site:
Email: uniasec.vida@gmail.com
Fone: (19)3388-0091
META: 10

Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes - Casa Lar para Adolescentes Grávidas

ALDEIAS INFANTIS SOS BRASIL - CAMPINAS - CASA LAR ADOLESCENTE GRÁVIDA

bairro: JD DOM BOSCO
Site: WWW.ALDEIASINFANTIS.ORG.BR
Email: campinas.sp@aldeiasinfantis.org.br
Fone: (19)3395-0074
META: 10

Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes - Casa de Passagem Especializada de 07 a 17 anos e 11 meses

INSTITUIÇÃO PADRE HAROLDO RAHM - BOTAFOGO - CASA VERDE - Casa de Passagem Especializada

bairro: BOTAFOGO
Site: www.padreharoldo.org.br
Email: prestacaodecontas@padreharoldo.org.br
Fone: (19)3231-5019
META: 15

Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes - Casa de Passagem de 0 a 17 anos e 11 meses

CASA DE MARIA DE NAZARÉ - JD CHAPADÃO - Casa BETEL

bairro: JD CHAPADÃO
Site: www.casademariadenazare.org.br - BETEL
Email: casabetel@mpc.com.br
Fone: (19)3255-3553
META: 22

Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora

ASSOCIAÇÃO DE EDUCAÇÃO DO HOMEM DE AMANHÃ - AEDHA - GUARDINHA

bairro: PQ ITÁLIA
Site: www.guardinha.org.br
Email: diretoria@guardinha.org.br
Fone: (19)3772-9699
META: 20

Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes - Abrigo Institucional de Grande Porte

ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DOS 13 PAIS "Lar da Criança Feliz"

bairro: PQ DAS UNIVERSIDADES
Site: www.larcriancafeliz.org.br
Email: larcriancafeliz@larcriancafeliz.org.br
Fone: (19)3256-2525
META: 50

CASA DOS MENORES DE CAMPINAS SÃO DOMINGOS - ABRIGO

bairro: JD SÃO DOMINGOS - Fazenda Tamburi
Site: www.esperancasemlimites.org.br
Email: hopeultd@mpc.com.br
Fone: (19)3225-5557
META: 60

Serviço de Acolhimento Institucional para Pessoas Adultas em Situação de Rua - Casa de Passagem

INSTITUIÇÃO PADRE HAROLDO RAHM - Casa de Passagem Adultos

bairro: Guanabara
Site: www.padreharoldo.org.br
Email: prestacaodecontas@padreharoldo.org.br
Fone: (19)3325-1457
META: 25

Serviço de Acolhimento em República para Jovens Adultos

INSTITUIÇÃO PADRE HAROLDO RAHM - REPÚBLICA FEMININA

bairro: JD FLAMBOYANT
Site: www.padreharoldo.org.br
Email: prestacaodecontas@padreharoldo.org.br
Fone: (19)3294-2532
META: 6

INSTITUIÇÃO PADRE HAROLDO RAHM - REPÚBLICA MASCULINA

bairro: JD FLAMBOYANT
Site: www.padreharoldo.org.br
Email: prestacaodecontas@padreharoldo.org.br
Fone: (19)3294-2532
META: 6

Serviço de Acolhimento Institucional para Pessoas Adultas em Situação de Rua – Abrigo Feminino

ASSOCIAÇÃO CASA DE APOIO SANTA CLARA

bairro: JARDIM LEONOR
Site:
Email: caritas@correionet.com.br
Fone: (19)3232-7973
META: 25

Serviço de Acolhimento Institucional para Pessoas Adultas em Situação de Rua – Abrigo Masculino

ASSOCIAÇÃO TERAPÊUTICA CRISTÃ

bairro: JD CHAPADÃO
Site:
Email: associacaoterapeutiacrista@outlook.com
Fone: (19)3395-1059
META: 20

CÁRITAS ARQUIDIOCESANA DE CAMPINAS - CASA DOS AMIGOS DE SÃO FRANCISCO DE ASSIS

bairro: VL NOVA
Site: asfa.casa@gmail.com
Email: caritas@correionet.com.br
Fone: (19)3305-9491
META: 20

CÁRITAS ARQUIDIOCESANA DE CAMPINAS - CASA TRANSITÓRIA "ANTONIO FERNANDO DOS SANTOS"

bairro: JD BRASIL
Site:
Email: casaantoniofernando@gmail.com
Fone: (19)3367-0227
META: 20

Serviço de Acolhimento Institucional para Pessoas Idosas

ASSISTÊNCIA VICENTINA FREDERICO OZANAM DE CAMPINAS

bairro: VL INDUSTRIAL
Site: www.larsaovicentedePaulocampinas.blogspot.com
Email: avifocamp@bol.com.br
Fone: (19)3772-1410
META: 15

ASSOCIAÇÃO FRANCISCANA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL CORAÇÃO DE MARIA - AFASCOM - Von Zuben

bairro: JD ANTÔNIO VON ZUBEN
Site: www.fcmaria.org.br
Email: social@afascom.org.br
Fone: (19)3271-6347
META: 15

LAR BENEFICENTE SÂ DOCTRINA ESPIRITUAL DO SÉTIMO DIA

bairro: JD SÃO PEDRO VIRACOPOS
Site:
Email: larsadoutrina@yahoo.com.br
Fone: (19)3225-6189
META: 15

LAR DA AMIZADE ILCE DA CUNHA HENRY

bairro: PQ ITALIA
Site:
Email: lardaamizadepsicosocial@gmail.com
Fone: (19)3272-8018
META: 20

LAR DOS VELHINHOS DE CAMPINAS

bairro: VL PROOST DE SOUZA
Site: www.lvc.org.br
Email: financeiro@lvc.org.br
Fone: (19)3743-4300
META: 20

LAR EVANGÉLICO ALICE DE OLIVEIRA

bairro: São Bernardo
Site: www.laralicedeoliveira@hotmail.com
Email: lar.alice.oliveira@hotmail.com
Fone: (19)3203-4770
META: 15

SC - Serviço de Acolhimento Institucional Provisório para Pessoas e Seus Acompanhantes em Trânsito

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DA CRIANÇA COM CÂNCER E HEMOPATIAS

bairro: BOSQUE DAS PALMEIRAS
Site: www.casaronaldcampinas.org.br
Email: servicosocial@casaronaldcampinas.org.br
Fone: (19)3257-2082
META: 60

CASA DE REPOUSO BOM PASTOR

bairro: Santa Genebra II
Site: www.casabompastor.org.br
Email: casaderepousobompastor@yahoo.com.br
Fone: (19)3289-4530
META: 60

Serviço de Acolhimento Institucional para Jovens e Adultos com Deficiência - Residência Inclusiva

ASSOCIAÇÃO PESTALOZZI DE SUMARE - Casa 1

bairro: JD GUANABARA
Site: www.pestalozzisumare.com.br
Email: captacao@pestalozzisumare.com.br
Fone: (19)3873-6085
META: 10

ASSOCIAÇÃO PESTALOZZI DE SUMARE - Casa 2

bairro: VL ITAPURA
Site: www.pestalozzisumare.com.br
Email: captacao@pestalozzisumare.com.br
Fone: (19)3873-6085
META: 10

Anexo IV – Resultados das Plenárias Regionais

As tabelas abaixo são resultado do registro das propostas trazidas durante a realização das plenárias regionais (Norte, Sul, Leste, Noroeste e Sudoeste) em que gestores, trabalhadores, usuários e Conselheiros foram convidados a participar. Vale esclarecer que inicialmente, seriam formados, em cada um dos cinco encontros regionais, 4 subgrupos para discussões temáticas: Proteção Social Básica; Proteção Social Especial; Gestão e Controle Social. Todavia, como houve amplo interesse nas discussões sobre Proteção Social Básica e Especial, houve, por fim, a divisão nestes dois eixos com a incumbência de que os grupos também discutissem propostas para Gestão e Controle Social. A formação destes grupos deu-se de forma diferenciada em cada região, respeitando-se os processos e a realidade local, o número de participantes e a logística dos espaços. O sistema de votação nas propostas também sofreu variações, conforme o andamento do encontro, sendo que, em alguns, as votações ficaram restritas às propostas elencadas no subgrupo, não sendo possível realizar plenária ampliada de discussão e eleição das prioridades no contexto maior. Em plenária ampliada foi realizada a leitura do que cada grupo propôs para subsidiar a gestão na continuidade de elaboração do Plano. Mas foram contribuições de total relevância para alimentar o processo de elaboração das propostas elencadas neste PMAS.

Seguem as tabelas com propostas e números de votos obtidos.

Tabela 36 - Íntegra das propostas e números de votos recebidos para o **eixo PSB** durante as plenárias regionais

REGIÃO	PROPOSTAS	Marcação de Prioridade NO SUBGRUPO
Leste	Priorizar o atendimento ao idoso no SCFV- CCII na região Leste	7
	Ampliação dos profissionais da equipe de referência do SCFV (Pedagogo e Psicólogo)	7
	Aumentar o valor do repasse para o SCFV para qualificar o serviço	5
	Regulamentação dos benefícios eventuais	5
	Implantação de novos CRAS: AR-14/ Costa e Silva/ Sousas e Joaquim Egídio / Centro	4
	Aquisição e manutenção dos equipamentos de informática	4
	Implantar CRAS volante	2
	Implantação do serviço de atendimento domiciliar para idoso e PCD da PSB na região Leste	2
	Viabilizar transporte para busca ativa	2
	Implantar SCFV nos bairros descobertos: São Quirino, Getúlio Vargas, AR-14, Cury, Santa Genebra, Flamboyant	1
	Acesso ao SIGM para OSC não parceiras que executam SCFV	0
	Potencializar a gestão territorial do CRAS para identificação do público prioritário	0
	Efetivar o Protocolo de Gestão Integrada	0
	Ampliar metas do SCFV 6 a 14 anos Flamboyant	0
	Adequar atendimento do CCII para atender todas as faixas etárias (além dos 15 a 24 anos)	0
Noroeste	Implantar serviços da PSB nos bairros mais vulneráveis: Bassoli, Vila Bela, Sirius, Jardim Rossin - Apontados na pré-Conferência	30
	Ampliar as equipes através de concurso público	25
	Aumento do recurso destinado a PSB	20
	Construção / ampliação de novos equipamentos - CRAS na região Noroeste	17
	Qualificar os serviços de RH e qualificação permanente	3
	Ampliação de serviços nos territórios de maior vulnerabilidade	2
	Ampliação do SCFV no Parque Floresta e território	0
	Maior investimento SCFV/ CRAS, Centro Dia para Idosos, prioritariamente nos bairros: Bassoli, Castelo Branco, Santa Rosa, Sirius, São Luis, Satélite Iris, Florence, Valença, Cosmos, projeto Uruguai, São Judas	0
	Ampliação dos SCFV na região Noroeste que atinja todas as faixas etárias para trabalhos especializados para trabalhar com adolescentes/ jovens	0

REGIÃO	PROPOSTAS	Marcação de Prioridade NO SUBGRUPO
	Amplificação e qualificação dos trabalhadores SMAS para fortalecimento dos serviços públicos conforme NOB RH/ SUAS	0
Sul	Implantação de CRAS nas regiões: Oziel / Gleba B, São Domingos, Jardim Fernanda, Jardim São Fernando, Monte Cristo, Vila Formosa	34
	Implantação de SCFV e CCII nas regiões: Bandeiras, Andorinhas, Tamoio, Itayu, Campo Belo	23
	Aumento no repasse de verbas aos SCFV	22
	Garantia de equipes de referência, compatíveis com as metas, constituídas por profissionais de psicologia, educador social, coordenador, visando qualificar o atendimento ao público prioritário e das famílias referenciadas	20
	Ampliação da meta para os serviços de cuidador de idosos e pessoas com deficiência	19
	Implantação do serviço de PSB no domicílio para pessoas com deficiência e idosos	12
	Ampliação de vagas SCFV e CCII, nas regiões: Bandeiras e Campo Belo	8
	Melhorar a infraestrutura dos serviços existentes para que as salas sejam arejadas, que haja banheiros em quantidade suficiente e que todo ambiente seja acessível às pessoas com deficiência	5
	Ampliar o investimento nas ações do Departamento de Segurança Alimentar	1
Norte	Realizar estudo orçamentário participativo do SCFV (custo do serviço)	15
	Estruturar os serviços da PSB com reposição e ampliação de RH, com realização de concurso público	12
	Garantir o aumento do repasse, considerando as especificidades de cada modalidade (SCFV 6 a 14 anos e CCII)	11
	Implantar serviço da PSB voltado para o cuidado domiciliar de PCD e idoso	9
	Construir a sede do CRAS Espaço Esperança	7
	Ampliar SCFV na região do CDHU, San Martin e Vila Olímpia (6 a 14 anos e CCII) e no Santa Mônica (CCII)	6
	Implantação de um CRAS na região do San Martin e Vila Olímpia	5
	Realizar estudo orçamentário participativo do PAIF (custo do serviço), garantindo aumento de repasse se necessário	5
	Garantia do acesso dos usuários aos serviços	4
Sudoeste	Implantação de serviços específicos (SCFV) para atender a faixa etária de 15 a 24 anos, considerando que o CCII não contempla a expectativa desta faixa etária	13
	Ampliação de vagas e implantação de SCFV em territórios descobertos: Dist. Industrial/ São Cristovão / Recanto do Sol/ DIC I / DIC IV/ Santo Antonio/ Pq. Universitário / JD. Campos Elíseos / Viracopos/ Jd. Nossa Senhora Aparecida/ Vila Vitória / Ch. Aeroporto	13
	Implantação de CRAS: São Pedro Viracopos/ Jd. Sto Antonio/ Xangai / Recanto do Sol	12
	Reposição de RH através de concurso público (novo) e chamamento do concurso vigente, compondo as equipes de forma compatível às necessidades do serviço (NOB-RH)	11
	Aquisição e manutenção dos equipamentos de informática e materiais para oficinas	6
	Articulação Intersetorial para atendimento do público de 15 a 29 anos (com a Sec. Trabalho Renda)	4
	Acessibilidade dos serviços	2
	Desenvolver estratégias de abordagem social do público prioritário, de forma a ampliar e diversificar a oferta de projetos e ações da PSB	2
	Implantação dos serviços de PSB para PCD e idoso no domicílio	1

Tabela 37 - Íntegra das propostas e números de votos recebidos para o **eixo PSE** durante as plenárias regionais

REGIÃO	PROPOSTAS	Marcação de Prioridade NO SUBGRUPO
Leste	Implantação de uma casa de passagem para idosos (as) (15 vagas)	16
	Ampliar serviços de proteção para jovens 18-24 anos, e egressos de acolhimento que não conseguem desenvolver autonomia para viver fora de um espaço protegido, evitando a ida para a rua	13
	Implementação da unidade I do Centro POP	12
	Ampliar em 60 metas a capacidade de acompanhamento do SESF Leste e descentralizar o CREAS Leste/ Norte, a fim de potencializar as ações no território (curto prazo)	11
	Implantação de Casa de Passagem para famílias (25 vagas)	11
	Criação de bagageiro Municipal (população em situação de rua)	10
	Ampliação e descentralização das metas/ vagas do serviço de Cuidador Domiciliar e Centro Dia Idoso/ PCD	6
	Implantação de serviço complementar para crianças, adolescentes, jovens e adultos em situação de rua, através da educação social de rua e oficinas	5
	Ampliação das equipes públicas dos CREAS- Médio prazo	3
	Centro de Convivência - Casa de Oficinas para POP RUA- serviço complementar	3
	Ampliação de vagas em ILPI (40 vagas)	1
	Manutenção predial periódica e acessibilidade	1
Noroeste	Composição da equipe do CREAS Noroeste conforme NOB	13
	Implantação de Serviço de Acolhimento (abrigo) 0 a 18 anos na Noroeste	6
	Implantação de Casa de Passagem e República para idosos no município	6
	Implantação Centro Dia Idoso	5
	Implantação de pernoite protegido adulto na Noroeste	3
	Ampliação de serviços para a população em situação de rua na perspectiva territorial	0
	Ampliar a oferta de serviços de Média Complexidade na perspectiva territorializada	0
Sul	Implantação de Casas de Cuidados para: Crianças e adolescentes e idosos/ adultos, em cogestão com a Saúde	24
	Centro Dia do Idoso	15
	Implantação de uma Casa de Passagem para idosos, com 15 vagas	12
	Implantação de uma Casa de Passagem para casais e famílias e mães com recém-nascidos, com 25 vagas	9
	Ampliação de metas e RH para a Média Complexidade	9
	Ampliar a capacidade de atendimento de ILPI	8
	Implantação /ampliação de serviços para jovens de 18 a 24 anos	7
	Ampliação dos Serviços de Acolhimentos para crianças, adolescentes e jovens/ implantação e ampliação de Serviços de Acolhimento de jovens de 18 a 24 anos / Ampliação de Acolhimento Familiar e Casa de Cuidados para crianças/ adolescentes com problema de saúde crônicos	5
	Ampliar o acolhimento familiar (família acolhedora) de crianças / adolescentes	3
	Territorializar o Centro POP	3
	Reordenamento do Centro POP Sares I	3
	Instalação do bagageiro para a população em situação de rua	2
	Abrigo para famílias em situação de rua	2
	Ampliação de vagas no Centro Dia PCD	2
	Implantação de um Serviço de Acolhimento Institucional para crianças / adolescentes - região Noroeste	1
	Serviço de fortalecimento de ações para a população de rua, garantindo a convivência a oficinas	1
	Implantação de um CREAS - completando um por região - para região norte	1
	Implantação de um CENTRO POP na região	0

REGIÃO	PROPOSTAS	Marcação de Prioridade NO SUBGRUPO
Norte	Descentralizar o CREAS Leste/ Norte, implantando o CREAS NORTE com equipe pública e local específico, em curto prazo, a fim de qualificar e potencializar as ações territorializadas	9
	Redução das metas de atendimento por equipe de referência do SESF para 20, e equiparação da carga horária do (a) educador (a) social para 30 h por equipe, sem redução de recursos / verbas	9
	Reordenamento Centro POP Sares - Unidade I	9
	Implantar Centro Dia para Idosos	8
	Implantação de Casa de Passagem para famílias (25 vagas)	8
	Implantação de Serviços de Acolhimento para jovens de 18 a 24 anos	6
	Implantação de Casa de Passagem para Pessoa Idosa (5 vagas)	5
	Implantação de Casas de Cuidado para crianças/adolescentes, adultos e idosos em cogestão com a saúde	5
	Implantar Serviço Complementar ao Centro POP para desenvolver oficinas/ grupos/ trabalho socioeducativo	5
	Construção da sede para a Casa Abrigo de Mulheres - SARA M prazo 2020/2021	4
	Implantação de uma Casa de Passagem que atenda mulheres e filhos em situação de violência de gênero, com funcionamento 24hs	3
	Ampliação das metas para o serviço de cuidadores domiciliares	2
	Ampliação do Centro Dia para PCD	2
	Implantação de República para Idosos	2
	Ampliação de ILPI e principalmente para gênero masculino	2
	Reordenamento e qualificação do Abrigo de grande porte de crianças / adolescentes da região norte	1
Implantação de serviço de bagageiro para POP RUA	1	
Ampliação de república para jovens de 18 a 21 anos	0	
Sudoeste	Implantar o serviço de bagageiro para POP RUA	23
	Redução do número de atendimentos por equipe para qualificação do atendimento - Média e Alta Complexidade	20
	Implantação de Abrigo para Jovens de 18 a 24 anos	14
	Implantar Centro Dia para Idoso e PCD	10
	Casa de Cuidados para idosos	10
	Composição e/ou reposição dos cargos nos serviços públicos adequando as equipes de referência	8
	Serviço complementar ao Centro POP para desenvolver oficinas/ socioeducativo	6
	Equiparação da carga horária do educador em relação à quantidade de metas estabelecidas por equipe conforme o edital (SESF)	6
	República para Idosos	6
	Implantação de uma Casa de Passagem para mulheres vítimas de violências de gênero	5
	Reordenamento Centro POP Sares Unidade I	3
	Ampliação de República para Jovens de 18 a 21 anos	3
	Casa de Passagem para famílias (25 vagas)	2
	Descentralizar e ampliar as metas do serviço de cuidador	2
	Casa de Passagem para Idosos (15 vagas)	1
	Ampliação e adequação de espaço físico do CREAS Sudoeste	1
Implantação de Casa de Cuidados para crianças e adolescentes, em cogestão com a Saúde	1	
Criação de novos cargos na Assistência Social, tais como: Pedagogo, Terapeuta Ocupacional	1	

Tabela 38- Íntegra das propostas e números de votos recebidos para o **eixo Gestão** durante as plenárias regionais

REGIÃO	PROPOSTAS	Marcação de Prioridade NO SUBGRUPO
Leste	Reposição de RH (aposentados) nos serviços públicos (gestão)	16
	Educação permanente/ supervisão técnica para serviços públicos e parceiros PSB- PSE (média e alta)	15
	Realizar diagnóstico socioterritorial na perspectiva da qualificação dos serviços	9
	Capacitação das equipes para atendimento do público prioritário de cada serviço	5
	Reposição de RH	4
	Formação continuada para profissionais/usuários/conselheiros da rede; supervisão institucional	2
	Equiparação salarial entre poder público e OSC e carga horária	1
	Ampliar as metas do programa NUTRIR (gestão)	0
Noroeste	Regulamentação da lei municipal para os Benefícios Eventuais	16
	Equidade na divisão orçamentária de acordo com as regiões mais vulneráveis	15
	Acatar as deliberações da ultima Conferência, utilizar dados da Vigilância Socioassistencial para implantar serviços, mediante a situação da região Noroeste	14
	Implantar Conselhos Gestores nos serviços com participação dos usuários	13
	Investir na capacitação, com prioridade para a Média Complexidade, sobre o fenômeno de violência	6
	Municipalização dos serviços (execução direta gestão pública)	5
	Descentralizar a Vigilância com algumas ações- Ex: Estudo Socioterritorial, Pesquisa com os usuários e Presença nos espaços de controle no território	5
	Construção de metodologia para alinhamento do serviço da PSEA	1
	Iniciar discussão sobre o termo "especializado" no SESF e PAEFI	1
	Estruturar a Coordenadoria de Gestão do Trabalho	1
	Investir em capacitação para equipes e relatórios básicos	0
	Ampliar o acesso à informação de forma mais próxima da população (equipe itinerante), observando as propostas da Conferência de Assistência Social	0
Sul	Qualificação dos profissionais / serviços: Formação continuada, Supervisão técnica, Recomposição do RH, Definição de metas por equipe, Ações de reordenamento	32
	Ampliação de RH para SESF e PAEFI, com diminuição do número de metas por equipes de referência	23
	Implantar a Coordenadoria de Gestão do Trabalho	15
	Realização de novos concursos públicos e convocação, por concursos, visando à ampliação de equipe e reposição de aposentados	12
	Formação continuada para profissionais que atuam no SCFV considerando as especificidades do público prioritário	11
	Formação para todos os usuários e trabalhadores do SUAS sobre minorias societárias e formação para trabalhadores do SUAS sobre metodologia de trabalho	7
	Maior investimento na Proteção Básica (aumento do recurso)	6
	Ampliação das metas de atendimentos de Acolhimentos Familiar	3
	Devolutiva da Vigilância de dados e estudos que reflitam a realidade da região	3
	Ampliação RH	3
	Reposição de RH para processos de aposentadorias e exonerações	1
	Equiparação de carga horária do educador social no SESF	0
	Diagnóstico territorial da região Sul de forma que a divisão seja mais efetiva	0
	Efetivação do Plano de Cargos e Carreira	0

Norte	Revisão dos critérios de inclusão do programa Nutrir para ampliação do programa com famílias que hoje estão fora dos critérios	10
	Formação continuada para todos os trabalhadores e supervisão técnica	10
	Elaboração de Legislação para criação de novos cargos na Assistência Social, ex.T.O e Pedagogo	5
	Ampliação das metas do programa Nutrir	1
Sudoeste	Aumento de repasse para equiparação salarial dos funcionários das OSC em relação aos que exercem as mesmas funções	22
	Formação para os trabalhadores (educador, AS, PSI, etc.) sobre o atendimento do público prioritário	13
	Diagnóstico Socioterritorial POP rua para implantar serviços regionalizados	9
	Avançar para uma leitura dos dados (quantidade e qualidade) de forma mais territorializada, incluindo informações de outras políticas	5
	Formação continuada para todos os trabalhadores da Assistência e Supervisão Técnica	5

Tabela 39 - Íntegra das propostas e números de votos recebidos para o **eixo Controle Social** durante as plenárias regionais

REGIÃO	PROPOSTAS	Marcação de Prioridade NO SUBGRUPO
Leste	Formação de uma comissão de monitoramento e avaliação do PMAS no CMAS (com participação dos usuários)	14
	Criar canais de comunicação e participação popular territorializada, por eixo, do CMAS	14
	Constituição de fóruns regionais do CMAS	0
Noroeste	Melhor fiscalização dos serviços de Alta Complexidade, visando melhor atendimento e proteção aos usuários - evitando sofrer violência dentro das instituições	21
	Infraestrutura para os usuários participarem dos espaços de controle Social, como CMAS e outros Conselhos, Fórum...	20
	Acatar as deliberações da Conferência (última); descentralização Conselho Assistencial Social, como um canal maior para população	14
	Pressionar para o avanço do orçamento na região Noroeste, através dos espaços de controle social	12
	Descentralização do Conselho Tutelar Noroeste	11
	Fortalecimento e mobilização do Fórum Regional Noroeste, garantir capacitação aos participantes	5
	Discussão e elaboração do Plano Municipal de Combate e Enfrentamento ao fenômeno da Violência Sexual	2
Sul	Criação do Comitê Gestor no território para avaliação dos serviços socioassistenciais, com a participação de usuários, trabalhadores e gestores	29
	Estabelecer parceria entre SMASDH e Secretaria de Trabalho e Renda, para contratação de pessoas moradoras do território para mobilização e disseminação da informação para população daquela região	13
	Mudança de horário para possibilitar participação dos usuários nos Conselhos Municipais	5
	Análise, divulgação e monitoramento dos dados das pesquisas de satisfação dos usuários, com os devidos direcionamentos	4
	Fórum de enfrentamento à Violência na região	4
	Implantação de Conselhos Regionais, por Proteção, compostos por gestores, trabalhadores e usuários	2
	Comissão dos Conselhos Municipais apresentarem, de forma pública, seus relatórios anuais	1
	Garantir que os Conselhos Municipais se utilizem da linguagem acessível aos usuários	0
Norte	Formação de uma comissão de monitoramento do PMAS, no CMAS, com participação dos usuários	18
	Criar canais de comunicação e participação popular no CMAS	2
Sudoeste	Fomentar e garantir a participação dos usuários para compor o CMAS com vistas à participação e controle Social	16
	Criação de um instrumental "padrão" para os usuários avaliarem os serviços	14
	Formação para os usuários e profissionais da política sobre participação popular	4